



**FACULDADE MARIA MILZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
MEIO AMBIENTE**

**JASIEL COSTA DE SANTANA**

**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DO  
MICROCRÉDITO BANCÁRIO: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO  
NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BA**

**GOVERNADOR MANGABEIRA – BA**

**2016**

**JASIEL COSTA DE SANTANA**

**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DO  
MICROCRÉDITO BANCÁRIO: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO  
NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BA**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, na área de concentração em Políticas Públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Professora orientadora: Dra. Áurea Fabiana Apolinário de Albuquerque

**GOVERNADOR MANGABEIRA – BA**

**2016**

JASIEL COSTA DE SANTANA

**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DO  
MICROCRÉDITO BANCÁRIO: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BA**

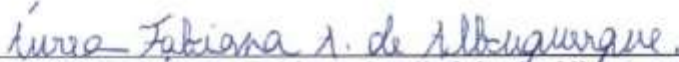
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza (FAMAM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

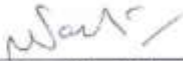
**Linhas de Pesquisa:** Políticas Públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento


**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea Fabiana Apolinário de Albuquerque (FAMAM/EMBRAPA)

Aprovado em: 20 / JANEIRO / 2016

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea Fabiana Apolinário de Albuquerque  
Presidenta da Banca Examinadora (FAMAM/EMBRAPA)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Warli Anjos de Souza  
Membro 1(UFRB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina Siqueira de Castro  
Membro 2(FAMAM)

GOVERNADOR MANGABEIRA - BA  
2016

### Dados Internacionais de Catalogação

231i	<p>Santana, Jasiel Costa de</p> <p>Inclusão financeira e desenvolvimento regional através do microcrédito bancário: uma avaliação do programa agroamigo no município de Governador Mangabeira - BA / Jasiel Costa de Santana. – 2015</p> <p>145 f.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Áurea Fabiana Apolinário de Albuquerque</p> <p>Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2015.</p> <p>1. Agricultura Familiar. 2. Microfinanças. 3. Microcrédito - Brasil. I. Albuquerque, Áurea Fabiana Apolinário de. II. Título.</p> <p>CDD 338.1981</p>
------	--

Dedico este trabalho especialmente a Deus, à minha esposa, meu filho, meus pais e irmãos, por estarem ao meu lado nesta caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela sua misericórdia, bênção e proteção quotidiana.

A minha família, especialmente a Marílya Santana (esposa), Jasiel Júnior (filho), Florisdete Costa (mãe), Roque Santana (pai), Joaquim Neto (irmão), Rodrigo Santana (irmão), Gildalva Lopes (sogra), Jamile Silva (cunhada) e ao meu amigo e Carlos da Hora que se envolveram, torceram e participaram diretamente neste trabalho.

A professora Dra. Áurea Albuquerque pela orientação, paciência e motivação.

Ao Dr. Carlos Lêdo pelas valorosas contribuições no campo da estatística

Aos professores do corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza (FAMAM).

A Berílio, Ane e todos os amigos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira pelo apoio fundamental para a realização da pesquisa de campo

A Nelson Souza Sales e demais colegas da Universidade Corporativa do Banco do Nordeste pelo apoio prestado durante todo o curso.

Ao Banco do Nordeste pelo apoio irrestrito à realização deste trabalho.

## RESUMO

No início da década de 1990 o Brasil passou por significativas transformações socioeconômicas que resultaram em uma maior solidez do sistema financeiro e, ao mesmo tempo, no fortalecimento das classes menos abastadas da sociedade. Esse cenário impactou diretamente sobre o papel dos bancos e instituições financeiras, que passaram a demonstrar interesse por essas classes, provocando um súbito processo de inclusão financeira a partir do microcrédito. Inspirado em ações como a de Muhammad Yunus (criador do Grameen Bank) e no êxito do Crediamigo, o Banco do Nordeste criou em 2005 o Programa Agroamigo visando explorar o potencial de alcance do crédito produtivo popular nas camadas menos favorecidas da população rural, julgando ser este programa um instrumento capaz de promover a inclusão financeira dos agricultores familiares. A presente dissertação de mestrado é fruto de um trabalho de pesquisa que, além de traçar o perfil dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf, buscou analisar o impacto do Programa Agroamigo em Governador Mangabeira, município do Recôncavo Baiano, no processo de inclusão financeira e contribuição ao desenvolvimento regional. Com base nas informações obtidas via questionário semiestruturado foram realizadas análises de frequência simples e construídas tabelas de referências cruzadas. Para os dados quantitativos e qualitativos levantados foi utilizada a análise de agrupamento considerando como medida de dissimilaridade a distância de Gower e o método de agrupamento UPGMA, chegando à formação de 14 grupos. Com base nos resultados obtidos foi possível verificar que o Programa Agroamigo trouxe contribuições relevantes para a inclusão financeira dos agricultores familiares do município estudado e para o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Pobreza. Microfinanças.

## ABSTRACT

In the early 1990s, Brazil has experienced significant socioeconomic changes that resulted in a greater solidity of the financial system and, at the same time, the strengthening of the poorer classes of its society. This scenario impacted directly on the role of banks and financial institutions that have shown interest in these classes, causing a sudden process of financial inclusion from microcredit. Inspired by actions such as Muhammad Yunus (founder of Grameen Bank) and the success of Crediamigo, the Bank of Northeast elaborated in 2005 the Agroamigo program which aim was to exploring the scope of potential popular productive credit in the less affluent sections of the rural population, deeming it this program a tool to promote financial inclusion of family farmers. This master thesis is the result of a research paper that in addition to outlining the profile of family farmers in Group B of Pronaf, sought to analyze the impact of Agroamigo Program in Governador Mangabeira, city of Baiano Reconcavo, in the financial inclusion process and contribution to regional development. Based on the information obtained via semi-structured questionnaire simple frequency analyzes were performed and built cross-reference tables. For quantitative and qualitative data collected was used cluster analysis considering how dissimilarity measures the distance of Gower and UPGMA clustering method, coming to the formation of 14 groups. Based on the results it was observed that the Agroamigo Program has provided outstanding contributions to financial inclusion of family farmers in the municipality studied and for regional development.

**Keywords:** Family Farming. Poverty. Microfinance.



## LISTA DE SIGLAS

ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste  
AGROAMIGO - Programa de Microcrédito Rural  
AITEC - Accion International Tecnológica  
ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BACEN - Banco Central do Brasil  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNB - Banco do Nordeste do Brasil  
CEAPE - Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
CREDIAMIGO - Programa de Microcrédito Urbano  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DAP - Declarações de Aptidão ao Pronaf  
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
FAO - Food and Agriculture Organization  
FENAPE - Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste  
FUMIN - Fundo Multilateral de Investimentos  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEC - Instituto do Nordeste da Cidadania  
IPC - Internationale Projekt Consult  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MCR - Manual de Crédito Rural  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MIX - Microfinance Information Exchange  
ONG – Organização Não Governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNMPO - Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SCM - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

UPGMA - Unweighted Pair Group Method with Arithmetic Mean

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade do entrevistado por sexo.....	61
Gráfico 2 - Distribuição dos Estabelecimentos por Condição de Uso da Terra.....	63
Gráfico 3 - Orientação para o uso sustentável dos recursos naturais, por sexo.....	75
Gráfico 4 - Utilização de outros financiamentos além do Agroamigo.....	80
Gráfico 5 - Uso de outro(s) financiamento(s) X Sexo do entrevistado.....	80
Gráfico 6 - Existência de Contas Bancárias X Sexo do entrevistado.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado Civil X Sexo do entrevistado.....	56
Tabela 2 - Escolaridade do entrevistado.....	57
Tabela 3 - Cor (ou raça) declarada no Censo demográfico 2010.....	58
Tabela 4 - Cor (ou raça) declarada pelos entrevistados.....	58
Tabela 5 - Cor (ou raça) declarada pelo entrevistado X Sexo do entrevistado.....	59
Tabela 6 - Idade dos entrevistados.....	60
Tabela 7 - Escolaridade dos entrevistados por sexo.....	62
Tabela 8 - Renda Familiar Bruta Anual.....	63
Tabela 9: Renda familiar bruta anual X Escolaridade do entrevistado.....	64
Tabela 10 - Percentual de agricultores por área da propriedade.....	65
Tabela 11 - Culturas principais.....	66
Tabela 12 - Área da propriedade ocupada pela(s) cultura(s) principal(is).....	67
Tabela 13 - Qual(is) cultura(s) recebeu(ram) investimentos?.....	68
Tabela 14 - Atividades pecuárias financiadas.....	68
Tabela 15 - Número de operações tomadas por sexo dos entrevistados.....	69
Tabela 16 - Lucro após aquisição do crédito Agroamigo.....	69
Tabela 17 - Lucro após o crédito do Agroamigo por sexo do entrevistado.....	70
Tabela 18: Recebe algum benefício Social?.....	71
Tabela 19 - Recebe benefícios sociais X Sexo do entrevistado.....	72
Tabela 20 - Melhorias realizadas na propriedade após o Agroamigo.....	72
Tabela 21 - Outras melhorias.....	73
Tabela 22 - Recebimento de Assistência Técnica.....	74
Tabela 23 - Orientações repassadas.....	76
Tabela 24 - Orientações para o uso adequado de recursos naturais X Assistência técnica.....	76
Tabela 25 - Recebimento de orientações para uso adequado de agrotóxicos.....	77
Tabela 26 - Porque não segue a orientação?.....	78
Tabela 27 - Prestação de orientações para preservação das nascentes.....	79
Tabela 28 – Bancarização.....	82
Tabela 29 - Disponibilidade de crédito.....	83
Tabela 30 - Acesso à rede de ensino.....	85

Tabela 31 - Pontos Positivos do Agroamigo.....	86
Tabela 32 - Pontos Negativos do Agroamigo.....	87
Tabela 33 - Porque acha que as condições de vida melhoraram.....	88
Tabela 34 – Maiores benefícios proporcionados pelo Agroamigo segundo os entrevistados.....	88

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 MICROFINANÇAS, MICROCRÉDITO E INCLUSÃO FINANCEIRA</b> .....	22
2.1 MICROFINANÇAS.....	22
2.2 MICROCRÉDITO.....	23
<b>2.2.1 Microcrédito Produtivo e Orientado</b> .....	26
2.3 MICROCRÉDITO NO MUNDO .....	27
2.4 BREVE HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL.....	28
2.5 O PAPEL DO BANCO DO NORDESTE (BNB) NO MICROCRÉDITO.....	33
2.6 INCLUSÃO FINANCEIRA.....	35
<b>3 AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF</b> .....	37
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	37
3.2 PRONAF.....	40
<b>3.2.1 Linhas de Crédito do PRONAF</b> .....	43
<b>3.2.2 Agroamigo</b> .....	48
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	51
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	54
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CLIENTES DO AGROAMIGO.....	54
<b>5.1.1 Sexo</b> .....	54
<b>5.1.2 Estado Civil</b> .....	55
<b>5.1.3 Estado civil X Sexo do entrevistado</b> .....	56
<b>5.1.4 Escolaridade</b> .....	56
<b>5.1.5 Cor (ou raça) declarada pelos entrevistados</b> .....	58
<b>5.1.6 Cor (ou raça) declarada pelo entrevistado X Sexo do entrevistado</b> .....	58
<b>5.1.7 Idade</b> .....	59
<b>5.1.8 Idade dos entrevistados por sexo</b> .....	60
<b>5.1.9 Renda Familiar Bruta Anual</b> .....	62
<b>5.1.10 Renda familiar bruta anual X Escolaridade do entrevistado</b> .....	63
5.2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS.....	64
<b>5.2.1 Tamanho médio dos estabelecimentos</b> .....	64
<b>5.2.2 Distribuição dos Estabelecimentos por Condição de Uso da Terra</b> .....	65

<b>5.2.3 Culturas principais.....</b>	<b>66</b>
<b>5.2.4 Área da propriedade ocupada pela(s) cultura(s) principal(is).....</b>	<b>66</b>
5.3 O CRÉDITO.....	67
<b>5.3.1 Destino do crédito.....</b>	<b>67</b>
<b>5.3.2 Número de operações tomadas por sexo dos entrevistados.....</b>	<b>68</b>
<b>5.3.3 O lucro do negócio.....</b>	<b>69</b>
5.4 BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	70
5.5 MELHORIAS REALIZADAS NA PROPRIEDADE APÓS O AGROAMIGO.....	72
5.6 ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	73
5.7 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	74
<b>5.7.1 Orientação para o uso adequado dos recursos naturais.....</b>	<b>74</b>
<b>5.7.2 Orientações ao produtor tomador do crédito.....</b>	<b>75</b>
<b>5.7.3 Orientações para uso adequado de recursos naturais X Assistência técnica.....</b>	<b>76</b>
<b>5.7.4 Recebimento de orientações para uso adequado de agrotóxicos.....</b>	<b>77</b>
<b>5.7.5 Prestação de orientações para preservação das nascentes.....</b>	<b>78</b>
5.8 INCLUSÃO FINANCEIRA.....	79
<b>5.8.1 Utilização de outros financiamentos além do Agroamigo.....</b>	<b>79</b>
<b>5.8.2 Bancarização.....</b>	<b>81</b>
<b>5.8.3 Disponibilidade de crédito.....</b>	<b>83</b>
5.9 QUALIDADE DE VIDA.....	84
<b>5.9.1. Alimentação no domicílio.....</b>	<b>84</b>
<b>5.9.2. Acesso à educação.....</b>	<b>84</b>
<b>5.9.3. Assistência médica.....</b>	<b>85</b>
<b>5.9.4 Acesso ao lazer.....</b>	<b>85</b>
5.10 PERCEPÇÃO DO CLIENTE EM RELAÇÃO AO AGROAMIGO.....	86
<b>5.10.1 Pontos positivos e negativos do Agroamigo.....</b>	<b>86</b>
<b>5.10.2 Condições de vida.....</b>	<b>87</b>
<b>5.10.3 Benefícios proporcionados pelo Agroamigo.....</b>	<b>88</b>
5.11 ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS.....	89
<b>5.11.1 Grupo 1.....</b>	<b>89</b>
<b>5.11.2 Grupo 2.....</b>	<b>89</b>
<b>5.11.3 Grupo 3.....</b>	<b>90</b>
<b>5.11.4 Grupo 4.....</b>	<b>90</b>

<b>5.11.5 Grupo 5</b> .....	90
<b>5.11.6 Grupo 6</b> .....	91
<b>5.11.7 Grupo 7</b> .....	91
<b>5.11.8 Grupo 8</b> .....	91
<b>5.11.9 Grupo 9</b> .....	92
<b>5.11.10 Grupo 10</b> .....	92
<b>5.11.11 Grupo 11</b> .....	93
<b>5.11.12 Grupo 12</b> .....	94
<b>5.11.13 Grupo 13</b> .....	94
<b>5.11.14 Grupo 14</b> .....	95
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO AGROAMIGO</b> .....	106
<b>APÊNDICE B - SORTEIOS STATDISK E BIOESTAT</b> .....	111
<b>APÊNDICE C - GRUPOS FORMADOS PELA ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS - MATRIZ DE DISTÂNCIA DE GOWER E MÉTODO UPGMA</b> .....	113
<b>APÊNDICE D - RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BA</b> .....	114
<b>ANEXO A – RELAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BA</b> .....	143
<b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA</b> .....	144



## 1 INTRODUÇÃO

Conforme destacado por Neri et al. (2008), entre as décadas de 1950 e 1980 surgiram, por todo o mundo, diversas experiências de programas de crédito destinados aos segmentos menos favorecidos da sociedade (sobretudo para aqueles empreendedores localizados nas áreas rurais), buscando-se com isso a redução da pobreza.

A maioria dessas iniciativas fracassou. Contudo, uma experiência vinda de Bangladesh demonstrou o potencial do microcrédito no combate à pobreza e para a oferta de crédito aos indivíduos tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, tornando-se referência para as instituições bancárias interessadas em criar programas de crédito voltados à população de baixa renda.

No início da década de 1990, o Brasil experimentou transformações socioeconômicas que impactaram diretamente sobre o papel dos bancos e instituições financeiras. Estas transformações provocaram uma impressão de segurança emanada pela solidez do sistema financeiro, o que resultou em um súbito interesse dos ofertantes de crédito pelas populações de baixa e baixíssima renda.

A mudança de comportamento dos agentes financeiros, sobretudo no que concerne à pulverização do crédito (que passou a atingir as camadas excluídas do sistema creditício tradicional) contribuiu para a aceleração do processo de inclusão financeira, refletindo no desenvolvimento local.

Além disso, o êxito das experiências internacionais contribuiu para que as instituições financeiras resolvessem assumir o risco e criar seus programas de crédito destinados a atender as necessidades das classes sociais localizadas na base da pirâmide social. A partir daí surgiram os programas de microcrédito, ou seja, programas de crédito destinados à geração de emprego e renda para a população mais pobre.

A década de 1990 também foi marcada pelos processos de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, gerando para os diversos setores da economia - inclusive o agropecuário - uma forte concorrência com outros países do Mercosul.

Essa nova conjuntura econômica, aliada aos intensos debates acerca do desenvolvimento do Brasil rural, promovidos pela Comissão de Agricultura do Congresso Nacional a partir da Constituição de 1988 (e que resultou na formulação

da LEI Nº 8.171/91 que estabeleceu as diretrizes da política agrícola nacional), contribuiu para fortalecer a luta do movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG e à Central Única dos Trabalhadores - CUT em favor do reconhecimento dos agricultores familiares como categoria de produtores rurais, e da formulação de uma política de crédito que fosse capaz de atender aos anseios e necessidades dos produtores de baixa renda.

De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (2011), o Governo Federal, em resposta às reivindicações dos agricultores familiares, criou em 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), uma espécie de embrião do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa que em poucos anos se tornou a principal política pública voltada para a agricultura de baixa renda. Sua importância foi tão grande que resultou no reconhecimento dos agricultores familiares, graças à aprovação de lei específica que, ao mesmo tempo, criou os critérios de enquadramento de produtores como agricultores familiares e também viabilizou a operacionalização dos programas de crédito no âmbito do PRONAF.

O Brasil é marcado pela assimetria no tocante ao desenvolvimento socioeconômico das suas regiões geográficas. Nesse contexto, a Região Nordeste destaca-se por apresentar, na maioria dos casos, os piores indicadores<sup>1</sup>. Não por acaso o acesso ao microcrédito ampliou-se com mais intensidade nesta região, que conta com os maiores programas de microfinanças da América do Sul<sup>2</sup> em número de

---

<sup>1</sup> O PIB per capita apurado pelo IBGE (2014a) para a Região Nordeste no ano de 2012 foi de R\$ 11.044,59, representando apenas 48,8% da média brasileira (R\$ 22.645,86). Em comparação com o PIB per capita das Regiões Sudeste (R\$ 29.718,34) e Sul (R\$ 25.633,53) o desempenho nordestino ainda foi pior, representando apenas 37,2% do resultado da Região Sudeste e 43,1% da Região Sul. A Região Nordeste em 2010, segundo o PNUD (2013), também apresenta os piores números quando o assunto é renda per capita, pois enquanto a renda per capita do Brasil era equivalente a R\$ 793,87, a do Nordeste não ultrapassava R\$ 470,74, o que representava 51% da média da Região Sudeste (R\$ 922,22) e 49,8% da média da Região Sul (R\$ 944,67). Ainda segundo o PNUD (2013), o percentual de pessoas extremamente pobres na Região Nordeste em 2010 alcançou 14,9%, resultado 2,25 vezes maior que o nacional (6,62%), 6,34 vezes maior que na Região Sudeste (2,35%) e 9 vezes maior que na Região Sul (1,65%). Em se tratando de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a Região Nordeste, em 2010, também figurava em último lugar com apenas 0,660, posicionando-se bem abaixo dos índices auferidos para o Brasil (0,7227), Região Sudeste (0,754) e Região Sul (0,756).

<sup>2</sup> Segundo o ranking anual das principais instituições microfinanceiras (IMF) da América Latina e Caribe, denominado "Microfinanzas Américas: las 100 mejores, edición 2014", elaborado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com a Microfinance Information Exchange (MIX), o Crediamigo e o Agroamigo ocupavam, em 2013, respectivamente a segunda e a terceira posições no que diz respeito ao número de operações vigentes em toda a América Latina, ficando atrás apenas do Compartamos Banco (México). Na América do Sul o Crediamigo ocupava a primeira posição, e o Agroamigo a segunda.

operações ativas, sendo o Crediamigo o primeiro, ocupando o Agroamigo a segunda posição.

Os resultados alcançados pelos programas de microcrédito acabam motivando a realização de estudos<sup>3</sup> para averiguar até que ponto o crédito concedido contribui para o desenvolvimento regional sustentável, sobretudo quando se trata de pequenos municípios<sup>4</sup>.

É o caso de Governador Mangabeira, município do Recôncavo da Bahia que possui aproximadamente 20 mil habitantes, dos quais cerca de 62,6% vivem na zona rural, o que permite classificá-lo como um município predominantemente rural, com taxa de urbanização de apenas 37,4%, a terceira mais baixa do Recôncavo da Bahia. Esta estrutura agrária contribui para uma significativa demanda por crédito rural.

A predominância de indivíduos vivendo no campo e o baixo tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários, somados ao elevado percentual de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas do Grupo B<sup>5</sup> (92%) sugerem a prevalência de agricultores familiares de baixa renda vivendo nos estabelecimentos agropecuários do município em questão.

Com isso, surge uma inquietação que dá vazão à elaboração do problema deste trabalho: Como o sistema de microcrédito do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste contribui para o processo de inclusão financeira dos agricultores familiares e para o desenvolvimento regional, considerando a conservação ambiental?

Apesar dos dados institucionais levarem a referências positivas dos programas, não foram realizados, até o momento, quaisquer trabalhos que avaliassem os impactos diretos nos beneficiários – e suas impressões – no município de Governador Mangabeira (como referenciado, o município com o maior número de operações ativas na Jurisdição de Santo Antônio de Jesus), sobretudo referente à inclusão financeira

---

<sup>3</sup> A exemplo dos trabalhos de Neri (2008 e 2012).

<sup>4</sup> O IBGE (2014b) estabeleceu 6 classes de tamanho de municípios por número de habitantes: 1ª - até 10.000 habitantes; 2ª - de 10.001 até 20.000 habitantes; 3ª - de 20.001 até 50.000 habitantes; 4ª - de 50.001 até 100.000 habitantes; 5ª - de 100.001 até 500.000 habitantes; 6ª - acima de 500.000 habitantes. Até 100 mil habitantes o IBGE considera o município como pequeno, sendo de médio porte aqueles que tem entre 100 mil e 500 mil habitantes, e de grande porte os com mais de 500 mil habitantes.

<sup>5</sup> De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2015), o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) foi criado em 2000 com o intuito de combater a pobreza rural e é destinado a agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20 mil, sendo que no mínimo 50% da renda devem ser provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento rural.

dos beneficiários. Considerando esta lacuna, o trabalho em questão busca avaliar os impactos do programa Agroamigo nesta localidade, enfatizando a inclusão dos produtores no mercado financeiro formal.

Com base no exposto, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

1. O Programa Agroamigo é um instrumento capaz de promover a inclusão financeira e contribuir para o desenvolvimento do município de Governador Mangabeira.
2. O Programa Agroamigo contribui para a conscientização dos agricultores familiares quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

Desta forma, definiu-se como objetivo geral deste trabalho analisar o impacto do Programa Agroamigo em Governador Mangabeira, município do Recôncavo Baiano, no processo de inclusão financeira e contribuição ao desenvolvimento regional.

Com o intuito de contribuir para a consecução do objetivo principal foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Traçar o perfil dos clientes do programa Agroamigo no município de Governador Mangabeira – BA.
2. Identificar melhorias nas condições de vida de microempreendedores rurais do município de Governador Mangabeira – BA, associadas ao microcrédito do Agroamigo.
3. Identificar atitudes sustentáveis na produção agropecuária e exploração do ambiente, praticadas pelos clientes do Agroamigo do município de Governador Mangabeira – BA.
4. Elaborar um relatório técnico de avaliação do Programa Agroamigo.

A escolha do município de Governador Mangabeira deve-se ao fato do BNB, desde dezembro de 2008 (quando passou a atender aos agricultores familiares do município em questão, de acordo com a metodologia do Programa Agroamigo) até 31 de dezembro de 2013, ter ultrapassado a marca de 1.600 operações, chegando ao montante dos R\$ 3,2 milhões contratados com agricultores familiares do Grupo B.

O saldo devedor no município neste mesmo período era de R\$ 1,1 milhão, correspondendo a pouco mais de 7,5% da carteira ativa da Agência de Santo Antônio de Jesus – BA, que possuía jurisdição composta por 29 municípios, tendo Governador Mangabeira o maior saldo devedor deste grupo<sup>6</sup>.

Governador Mangabeira, segundo o IBGE (2014c) é um município pertencente à Microrregião de Santo Antônio de Jesus e à Mesorregião Metropolitana de Salvador. Sua população em 2010 de acordo com o IBGE (2010) era igual a 19.818 habitantes<sup>7</sup>, distribuídos em 106,317 km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica igual a 186,40 habitantes por km<sup>2</sup>.

Além disto, Governador Mangabeira, de acordo com o IBGE (2014d), tem como limítrofes Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira e Cachoeira. Segundo o IBGE (2014d), em 2012 o PIB a preços correntes do município era de R\$ 120.562 mil, e o PIB *per capita* a preços correntes era de R\$ 6.050,51. Seu índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 (IDHM - 2010) de acordo com o PNUD (2013) era 0,643.

No que diz respeito à divisão territorial, o município de Governador Mangabeira, de acordo com informações disponibilizadas pelo Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal, está dividido em 34 comunidades rurais conforme Anexo A.

Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2006), o município de Governador Mangabeira possuía 1.622 estabelecimentos agropecuários com área total de 4.768 hectares, cujo tamanho médio dos estabelecimentos é de 2,94 hectares.

A população predominantemente rural, e com distribuição fundiária composta principalmente por minifúndios, sugere a prevalência de agricultores familiares nos estabelecimentos agropecuários.

Esta predominância também pode ser percebida ao consultar a lista de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) do município de Governador Mangabeira - disponível na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo informações do MDA<sup>8</sup>, o município possuía, na posição de junho de 2014,

---

<sup>6</sup> De acordo com os dados do BNB da agência de Santo Antônio de Jesus – BA que até dezembro de 2013 era responsável pelo atendimento aos clientes oriundos de Governador Mangabeira – BA.

<sup>7</sup> Em 2014 a população estimada do município chegava a 21.198 habitantes, resultando em uma densidade demográfica igual a 199,38 hab/km<sup>2</sup>.

<sup>8</sup> Informações geradas a partir de consulta realizada em 17 de junho de 2014 na seguinte página: <http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaMunicipio.aspx>

1.665 DAP's ativas, sendo 134 do Grupo Variável (8%) e 1.531 do Grupo B (92%), grupo este atendido pelo Programa Agroamigo.

A consulta à lista de DAP para o município de Governador Mangabeira mostrou destacada prevalência de agricultores familiares do Grupo B, justificada pelo baixo tamanho médio das propriedades existentes no município. No que concerne à renda dos estabelecimentos rurais, segundo o IBGE (2010), o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios rurais era de R\$ 791,69, com rendimento mediano *per capita* de R\$ 183,33, contrastando com a realidade urbana que contava com rendimento nominal médio mensal dos domicílios de R\$ 1.855,98 e com rendimento mediano *per capita* de R\$ 365,00.

Com base nestas informações, tem-se que o município de Governador Mangabeira é de porte pequeno (segundo classificação populacional do IBGE), com baixa taxa de urbanização, distribuição fundiária marcada pelo predomínio de minifúndios e elevada incidência de agricultores familiares do Grupo B, sendo, portanto, um lócus de estudo propício à avaliação de programas de microcrédito voltados à população rural.

O presente estudo está dividido em seis capítulos. Após esta introdução, o capítulo 2 aborda o conceito e a importância das microfinanças, apresenta as principais características do microcrédito e seu histórico mundial e nacional, assim como a importância do Banco do Nordeste (BNB) neste contexto, além de discutir o conceito de inclusão financeira.

O capítulo 3 traça um breve histórico da agricultura familiar no Brasil, desde a década de 1930 até a criação do marco legal da agricultura familiar, além de dar destaque ao PRONAF, importante política pública destinada a este público e apresentar as principais características do Programa Agroamigo.

Em seguida, o capítulo 4 descreve o percurso metodológico da pesquisa; já o capítulo 5 apresenta e discute os resultados obtidos na pesquisa, traçando o perfil dos clientes do Agroamigo de Governador Mangabeira – BA e elencando as principais características dos estabelecimentos rurais ocupados pelos clientes do Programa Agroamigo do município em estudo e disponibiliza informações referentes aos efeitos do crédito do Agroamigo sobre os agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA.

O capítulo 6 sumariza os principais resultados encontrados na pesquisa, apresentando o perfil dos agricultores familiares envolvidos no estudo e principais

características das suas propriedades rurais, o destino do crédito, a variação do lucro e o impacto do programa para a inclusão financeira dos agricultores familiares. Além disto, este capítulo também apresenta os principais resultados referentes à dimensão ambiental e propõe ações capazes de contribuir para que o Agroamigo atinja seu objetivo inerente à dimensão ambiental.

As citações, observações, análises e conclusões relacionadas a quaisquer referências à empresa Banco do Nordeste do Brasil S.A. contidas neste trabalho acadêmico, e suas eventuais implicações, são de inteira responsabilidade do autor e não representam, necessariamente, o pensamento ou a concordância da Instituição e nem de seus administradores.

## 2 MICROFINANÇAS, MICROCRÉDITO E INCLUSÃO FINANCEIRA

A oferta de serviços financeiros aos indivíduos mais pobres tem sido um assunto debatido com frequência por estudiosos do tema. Esse interesse decorre do efeito positivo que o crédito concedido - e o acesso a outras modalidades de serviços - tem causado para essa classe, que resolveu assumir o risco do endividamento.

Para melhor abordar – e de maneira cronológica – esta dinâmica, este capítulo está dividido nos seguintes tópicos: microfinanças (conceito e importância), microcrédito (caracterização, natureza e legislação nacional), histórico mundial e nacional do microcrédito, assim como a importância do Banco do Nordeste (BNB) neste contexto.

### 2.1 MICROFINANÇAS

Nos últimos anos o tema microfinanças passou a ser amplamente abordado. Esse interesse ganhou força sobretudo após o bengali Muhammad Yunus ter recebido o Prêmio Nobel da Paz em 2006 e, com isso, ratificar a importância das iniciativas baseadas nas microfinanças para o combate à pobreza no mundo.

As microfinanças envolvem todos os serviços financeiros à população de baixa renda, incluindo crédito para consumo. “O termo microfinanças (...) refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados” (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.18). Com o exposto percebe-se claramente a relevância das microfinanças à inclusão financeira e combate à pobreza.

Para van Rooyen, Stewart e Wet (2012), os programas de microfinanças, tanto em termos financeiros quanto em relação ao número de pessoas pobres que constituem seu público-alvo, figuram entre os maiores programas de desenvolvimento em todo o mundo. Essa posição de destaque ante aos demais programas de desenvolvimento, defendida por esses autores, deve-se ao fato dos programas de microfinanças atenderem a um nicho de mercado bastante peculiar, composto por indivíduos incapazes de atenderem às exigências do mercado formal de crédito bancário.



Conforme destacou Bastos (2012), o mecanismo chave das microfinanças é, justamente, o fornecimento de serviços financeiros formais aos indivíduos não alcançados pelo sistema bancário tradicional, permitindo aos mesmos saírem da situação de pobreza.

Em um sistema financeiro marcado pelo rigor dos processos de crédito e pela preocupação com a mitigação do risco, o acesso ao crédito por indivíduos incapazes de oferecer garantias só foi possível graças à implementação dos programas de microcrédito e microfinanças.

Para Abramovay et al. (2013), o principal objetivo dos programas de microfinanças em todo o mundo é disponibilizar crédito às populações incapazes de oferecer às instituições financeiras contrapartidas e garantias bancárias.

As instituições de microfinanças fornecem serviços financeiros a clientes que foram excluídos do setor bancário formal, buscando servir pessoas que as instituições bancárias tradicionais não consideram valer a pena atender e tendo como principais clientes microempreendimentos (ou nanonegócios) (NERI et al, 2008, p.29).

Nesse sentido, as microfinanças contribuem para o aumento da capilaridade do sistema financeiro, já que permite aos indivíduos não alcançados pelo sistema bancário tradicional acesso a diversos segmentos, especialmente o crédito, poupança e seguros. Com isso, o microcrédito ocupa papel de destaque no processo de expansão do sistema financeiro.

## 2.2 MICROCRÉDITO

Dentre os variados serviços oferecidos pelas instituições de microfinanças, o microcrédito se destaca dos demais pela sua capacidade de ampliação do consumo dos indivíduos pobres.

O microcrédito está atrelado à oferta de serviços financeiros para microempreendedores formais ou informais, independentemente da destinação do crédito. Em outras palavras, envolve a oferta de crédito para microempreendedores, seja para financiar atividades produtivas ou mesmo para financiar o consumo.

De acordo com Neri et al. (2008), o microcrédito é um empréstimo de baixo valor concedido a indivíduos de baixa renda. Deste modo, independente do destino que é dado ao crédito concedido, não se pode negar a relevância do microcrédito no que toca à inclusão financeira dos indivíduos pobres.

Portanto, o microcrédito possui conceito amplo, pois pode atuar como importante gerador de renda, sobretudo no setor informal da economia que tradicionalmente esteve à margem do sistema financeiro, além de contribuir para a redução do percentual de pessoas ocupadas não remuneradas ou desocupadas<sup>9</sup>, geralmente dependentes de benefícios sociais. Também possui a característica de atuar como facilitador do consumo desses indivíduos, que geralmente tem dificuldades para conseguir crédito nas instituições que adotam modelos tradicionais de concessão de crédito.

Para Soares e Melo Sobrinho (2008), o microcrédito consiste na prestação de serviços de natureza financeira exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras, e destaca-se dentre as atividades de microfinanças pela capacidade de geração de emprego e renda e pelo papel que assume no contexto das políticas públicas de combate à pobreza, contando com metodologia de concessão de crédito que se diferencia do modelo tradicional.

Neste sentido, a oferta de crédito destinado ao fomento de atividades produtivas, acompanhado de orientação para uso adequado e oportuno dos recursos, contribui para o sucesso dos empreendimentos e, conseqüentemente, para a redução da pobreza.

Seguindo esta mesma linha, Teixeira, Soares & Barreto (2008) enfatizaram a eficácia do microcrédito como política de combate à pobreza. Do mesmo modo, Neri (2008) destacou a relevância da oferta de crédito às camadas mais pobres e excluídas do sistema financeiro tradicional como forma de assegurar ao tomador a possibilidade de modernizar seu pequeno empreendimento, e de até mesmo poder ofertar seus produtos e/ou serviços em maior quantidade, variedade e qualidade, ampliando a chance de sucesso do empreendimento.

A disponibilização do crédito destinado aos microempreendedores (formais ou informais) que pretendam investir na infraestrutura de seus negócios e/ou para viabilizar a ampliação e diversificação de seus estoques, quando ocorrem em conjunto com a orientação para o uso adequado dos recursos financeiros amplia

---

<sup>9</sup> Segundo o IBGE, pessoas **ocupadas não remuneradas** são aquelas que exercem uma ocupação econômica, sem perceber qualquer remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. Já as pessoas **desocupadas** são aquelas que não possuíam trabalho em um dado período de referência, mas estavam à procura de trabalho e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

substancialmente a possibilidade de êxito dos empreendimentos. Isto envolve questões como destinação dos recursos, montante demandado, momento certo para investir, dentre outros.

De acordo com Neri & Medrado (2010), o microcrédito, visto como política social, tem a capacidade de incentivar os clientes a se envolverem em atividades produtivas que possam gerar aumento na renda dos tomadores de crédito.

Portanto, um programa de microcrédito, além de disponibilizar crédito na quantidade adequada para o microempreendedor, deve também ser capaz de identificar qual a sua real necessidade creditícia, a fim de estimulá-lo a empregar adequadamente o recurso que lhe foi confiado.

Monzoni Neto (2006) destaca que o microcrédito, devido à importância que possui para as políticas públicas de redução da pobreza e geração de renda, é a principal ferramenta das microfinanças, distinguindo-se das demais modalidades de empréstimo por adotar metodologia baseada na orientação e no acompanhamento aos empreendimentos.

A orientação e o acompanhamento dos empreendimentos produtivos são ações que somadas à oferta adequada de crédito tendem a contribuir para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do lucro dos empreendimentos produtivos.

Neri et al. (2008) destacam a capacidade do microcrédito de permitir que indivíduos desprovidos de capital acessem capital produtivo, e a isso chamaram de choque de capitalismo nos pobres. Seguindo a mesma linha, Souza (2011) destacou a relevância do microcrédito como importante e eficiente instrumento de redução da pobreza, tendo em vista que programas desta natureza estimulam o uso da capacidade empreendedora para geração de renda.

O microcrédito, neste sentido, reveste-se de grande potencial para promoção da inclusão social dos microempreendedores até então excluídos do sistema tradicional de crédito. Além disto, também contribui para a geração de emprego e renda para as camadas mais pobres da sociedade.

Capobinago, Silveira e Braga (2013) consideram o microcrédito um relevante instrumento de política social por estar atrelado à redução do desemprego e da pobreza, assim como ao desenvolvimento local, já que esta modalidade de crédito fomenta o autoemprego, conseqüentemente ampliando a oferta de postos de trabalho.

### 2.2.1 Microcrédito Produtivo e Orientado

A concessão de crédito destinado à geração de renda – e possibilidades de criação de postos de trabalho – com orientação profissional para uso consciente, destinado à população mais pobre, é o que se convencionou chamar de Microcrédito Produtivo e Orientado. Esta modalidade de crédito visa oferecer apenas crédito para microempreendedores, sejam eles urbanos ou rurais, não financiando o consumo, pois se destina exclusivamente às atividades produtivas. É, portanto, o crédito capaz de ampliar a capacidade de crescimento dos empreendimentos financiados, pois seu fim é, exclusivamente, o fomento de atividades com potencial de geração de emprego e renda.

A Lei Federal nº 11.110, de 25 de Abril de 2005, definiu a atividade de concessão de crédito aos microempreendedores da seguinte forma:

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei. (BRASIL, 2005).

A lei em questão traz importantes contribuições para as microfinanças ao explicitar as peculiaridades do microcrédito produtivo e orientado, tornando imprescindível o relacionamento direto dos agentes financeiros com os empreendedores em seus empreendimentos produtivos, estabelecendo a obrigatoriedade da prestação de orientação, por indivíduos aptos, ao tomador final dos recursos de modo que o crédito seja aplicado na quantidade certa e no momento oportuno.

## 2.3 MICROCRÉDITO NO MUNDO

Há mundialmente várias instituições financeiras voltadas para o microcrédito, seja este produtivo ou mesmo para o consumo. A primeira experiência de que se tem registro remonta ao final da primeira metade do século XIX.

Conforme Monzoni Neto (2006), a primeira experiência surgiu no sul da Alemanha em 1846, com a ação da Associação do pão, uma organização criada pelo pastor Raiffeisen e que cedia farinha de trigo para os fazendeiros endividados da região fabricarem e comercializarem seus pães para obter capital de giro. Essa associação, segundo o autor, cresceu e tornou-se uma cooperativa de crédito voltada para os mais pobres.

Esta iniciativa pioneira demonstrou o potencial de pequenos empréstimos produtivos para a geração de riqueza, pois os insumos emprestados viabilizaram a produção e a comercialização dos produtos fabricados.

Pouco mais de meio século após a iniciativa alemã, surgiu a primeira organização de microcrédito do continente americano da qual se tem registro. Vinda do Canadá, a *Caisses Populaires*, conforme lembra Zumbelli (2012), surgiu em 1900 na cidade de Quebec e foi criada por um jornalista e um grupo de 12 amigos, que emprestaram apenas 26 dólares canadenses aos pobres da região em que trabalhavam.

Provavelmente nenhuma experiência é tão conhecida internacionalmente quanto a que Muhammad Yunus desenvolveu nas proximidades da Universidade de Chittagong em Bangladesh no ano de 1976.

Yunus percebeu que as pessoas pobres que residiam na pequena aldeia de Jobra, nos arredores da Universidade de Chittagong, não tinham acesso ao sistema financeiro tradicional e acabavam recorrendo aos agiotas para financiar suas atividades produtivas. Após seu contato com Sufia Begun, uma artesã pobre que fabricava e vendia tamboretas de bambu para sustentar seus filhos, Yunus constatou a importância da oferta de crédito para romper com um ciclo de exploração que mantinha os aldeões de Jobra reféns da influência dos agiotas. (YUNUS, 2000).<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Como descrito no livro "O Banqueiro dos Pobres" (YUNUS, 2000), Muhammad Yunus, então professor na Universidade de Chittagong, resolveu buscar uma solução para romper com o ciclo de exploração que acometia os moradores de Jobra. Para tanto, solicitou a Maimuna, uma de suas alunas que o auxiliava na coleta de informações referentes ao povoado, que ela preparasse uma relação contendo todos os habitantes de Jobra que usavam os recursos de agiotas para realizar sua produção.

O sucesso das experiências que se sucederam deu ao economista a prova de que precisava para convencer bancos privados e internacionais a apoiá-lo na criação do Grameen Bank, conforme ressaltado pelo próprio Muhammad Yunus. (YUNUS, 2000).

Conforme o próprio Yunus destacou em “O Banqueiro dos Pobres”, 94% das pessoas que acessam o crédito dos programas oferecidos pelo Grameen Bank são mulheres analfabetas espalhadas por 36 mil aldeias, o que representa mais da metade das comunidades rurais de Bangladesh, e que majoritariamente devolvem o valor concedido (em média US\$ 150,00 por pessoa) na data acordada, registrando uma adimplência superior a 98%.

Mesmo nos locais com altos níveis de pobreza extrema, os empréstimos de baixo valor concedidos pelo Grameen Bank foram capazes de provocar a evolução das famílias financiadas, contribuindo para melhora na nutrição, redução da mortalidade no primeiro ano de vida, evidente melhoria nas condições sanitárias, acesso ao abastecimento de água potável e uso de anticoncepcionais.

Tanto Zubelli (2012) quanto Soares e Melo Sobrinho (2008) atentam para o potencial de alcance de crédito produtivo popular do Grameen Bank, em Bangladesh, nas camadas menos favorecidas da população, destacando a importância desta iniciativa de combate à pobreza.

A experiência, alcance e impactos do Grameen Bank renderam ao bengalês o Prêmio Nobel da Paz de 2006, contribuindo para consolidar o microcrédito como importante ferramenta de combate à pobreza.

## 2.4 BREVE HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Como explanado por Dantas (2007 apud CORSINI, 2007, p. 62), o Brasil foi responsável por protagonizar uma das primeiras experiências de microcrédito da América Latina. Desenvolvido em 1973, nas capitais dos estados da Bahia e de

---

O resultado do trabalho realizado pela aluna apontou a existência de 42 pessoas que tomaram emprestado um total de 856 takas, equivalentes a pouco menos de US\$ 27,00 para todo o grupo. Yunus então resolveu emprestar esta quantia às 42 pessoas para que elas pudessem quitar suas dívidas com seus intermediários, ficando livres para vender seus produtos a quem lhes pagasse melhor. Ele não estabeleceu prazos para o reembolso do crédito ofertado, o que não prejudicou o reembolso destes valores. A despeito do não estabelecimento de prazos, como Yunus imaginou os empréstimos foram devidamente reembolsados, dando-lhe a certeza que precisava para convencer parceiros e expandir o crédito para outras aldeias.

Pernambuco, o programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) consistia na concessão de financiamentos à população de baixa renda, acompanhado de orientação e lastreado por um fundo formado com recursos doados pela Accion International Tecnológica - AITEC, fundação norte-americana atualmente denominada ACCION International. Ainda segundo este autor:

A UNO, organização especializada em crédito e capacitação, apoiada pela Accion International, iniciou a experiência pioneira de desenvolvimento de pequenos negócios, proporcionando capacitação e financiamentos para atividades produtivas em Recife e em Salvador. As suas iniciativas contribuíram para a elaboração de uma alternativa de apoio financeiro aos empreendedores, mediante o desenvolvimento da metodologia do grupo solidário que a Accion International desenvolveu, em parceria com organizações não governamentais (ONG) da América Latina e do Caribe, sendo, posteriormente, disseminada a outros continentes (CORSINI, 2007, p.65).

Essa associação civil sem fins lucrativos foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação voltado aos microempreendimentos populares, particularmente no setor informal (MOTA; SANTANA, 2011, p.33). Como lembram Maciel et al (2009), a UNO oferecia capacitação em temas básicos em gerenciamento para os clientes que acessavam o crédito.

A UNO, portanto, consistia em uma forma embrionária de crédito produtivo e orientado, que ao longo de 18 anos financiou milhares de empreendimentos produtivos na Bahia e em Pernambuco. Tendo fomentado várias atividades produtivas, além de associativismo e cooperativismo, foi por muitos anos a principal referência para a expansão do microcrédito na América Latina,

Conforme destaca Dantas (2005), o pioneirismo da experiência da UNO ecoou por vários países da América Latina graças à ação de representantes da Accion, resultando no surgimento de diversos programas de crédito individual destinados a atender as necessidades de pequenos empreendedores informais urbanos.

A UNO surgiu como alternativa ao desinteresse dos bancos em destinar recursos para atender às necessidades dos microempreendedores, cujas operações pleiteadas apresentavam baixa rentabilidade e envolviam elevados riscos (sobretudo por causa das dificuldades deste público em apresentar garantias que atendessem às exigências bancárias). A partir daí abriu-se espaço para que as instituições sem fins

lucrativos, incentivadas pela cooperação internacional, organizassem seus próprios programas de microcrédito.

Conforme relatado por Corsini (2007), na década seguinte ao surgimento da UNO uma experiência-piloto implementada pelo Centro Ana Terra e estimulada pelo Unicef e pela Accion International - contando com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), deu origem aos Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – Rede CEAPE. Esta iniciativa teve origem em Porto Alegre, no ano de 1986, transformando-se em um dos maiores programas de microcrédito do Brasil, notabilizando-se por trazer para o país a metodologia do aval solidário com o intuito de resolver o problema da garantia, um dos principais entraves à massificação do microcrédito no território brasileiro.

O autor também lembra que com a criação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – FENAPE (hoje CEAPE Nacional) em 1990, a Rede CEAPE se espalhou por todo o Brasil, tornando-se um dos mais importantes programas de microcrédito produtivo e orientado do Brasil.

Na década de 1990 surgiram outros programas de microcrédito, já adotando metodologia semelhante àquela implementada pelo CEAPE. De acordo com Carvalho (2010), um desses programas é o Viva Cred. Surgido em 1997, o programa foi fruto da ONG VivaRio e de representantes da sociedade civil, que se uniram no intuito de fundar uma instituição de microcrédito exclusiva ao estado do Rio de Janeiro, despertando o interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da consultoria alemã Internationale Projekt Consult – IPC.

O Viva Cred iniciou suas atividades pela Rocinha no ano de 1997, após seus agentes de crédito terem sido treinados na Bolívia. Nos cinco anos subsequentes, ampliou sua área de atuação com mais quatro unidades (Maré, Rio das Pedras, Glória, Zona Oeste) e uma em Macaé (CARVALHO, 2010, p.68).

No mesmo ano em que o Viva Cred iniciou suas atividades no Rio de Janeiro, teve início o projeto-piloto que viria a se tornar o maior e mais importante programa de microcrédito do Brasil: o Programa Crediamigo do BNB. Inicialmente este projeto-piloto foi desenvolvido a partir da instalação de cinco unidades do Crediamigo: Fortaleza - CE, Itabuna - BA, Recife - PE, São Luís - MA e Aracaju - SE, até que em 1998, o BNB realizou o lançamento oficial do Programa Crediamigo.



Conforme destacou Neri (2008), com a criação do Crediamigo o BNB tornou-se o primeiro banco público de primeiro piso<sup>11</sup> do Brasil a desenvolver e operacionalizar um modelo voltado para o microcrédito.

Contudo, faltava ao Crediamigo capacidade operacional, pois a estrutura do BNB, sobretudo no que concerne ao seu quadro funcional, não possuía ainda quantitativo necessário para atender à demanda crescente por crédito, situação que começou a mudar a partir da aprovação da Lei 9.790/1999, conhecida como Lei das OSCIPS.

Segundo Capobiango, Silveira e Braga (2013, p. 4):

En el año de 1999, la aprobación de la Ley no 9.790/1999, conocida como Ley de las Oscips (Organizaciones de Sociedad Civil de Interés Público), amplió la forma de actuación del Tercer Sector, compuesto por agentes privados con fines públicos, permitiendo la formación de vínculos entre entidades públicas y privadas con transferencia de fondos destinados a la operación de microcrédito. Posteriormente, en el año 2001, la Ley no 10.194/2001 establece la creación de entidades especializadas en microcrédito, denominadas Sociedades de Crédito al Micro emprendedor (SCM). Todas estas medidas representan avances en el marco regulatorio que impulsan el desarrollo de las acciones vueltas para el campo de las Microfinanzas.

Visando melhorar a operacionalização do programa dentro dos preceitos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o BNB firmou em 2003 uma importante parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), uma Organização da sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada por funcionários do banco em 1993 durante a Campanha Nacional de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida.

Em pouco mais de 16 anos, o Crediamigo tornou-se o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, notabilizando-se pela oferta facilitada de crédito a milhares de empreendedores informais ou formais da economia.<sup>12</sup>

Atualmente o Crediamigo integra Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal (Crescer), estratégia do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

---

<sup>11</sup> De acordo com o SEBRAE, “instituições de primeiro piso são instituições – inclusive as não reguladas pelo Bacen – que atuam de forma direta junto aos micros e pequenos empreendimentos, independentemente de sua forma jurídica de organização”.

<sup>12</sup> Segundo o ranking anual das principais instituições microfinanceiras (IMF) da América Latina e Caribe, denominado “Microfinanzas Américas: las 100 mejores, edición 2014”.

A oferta de crédito desburocratizado, o uso da metodologia baseada no aval solidário e o acompanhamento e orientação dos empreendedores para melhor aplicação do recurso a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado são condições que consolidaram o Crediamigo como o maior programa de microcrédito do país e, portanto, como importante instrumento de inclusão financeira e social, na medida em que proporciona o acesso ao crédito a empreendedores que estavam à margem do sistema financeiro.

Já no início deste século, em meados de 2003, o Governo do Estado do Espírito Santo deu início a uma experiência própria no âmbito do microcrédito. Através do Decreto Estadual no 1.203-R/2003, o governo instituiu uma modalidade especial de crédito destinado a promover a inclusão econômica e social de microempreendedores, mediante a concessão de crédito aliado à capacitação e assistência técnica aos tomadores, surgindo assim o Programa Nossocrédito, que em apenas 6 anos de existência já atendia aos 78 municípios do estado do Espírito Santo (CAÇADOR, 2014).

Ainda segundo Caçador (2014), o Programa Nossocrédito vem tendo crescimento médio anual de 84%, passando das 445 operações contratadas em 2004 para mais de 18 mil operações em 2012. Em se tratando de montante contratado, o programa passou de R\$ 1,8 milhão (2004) para R\$ 91,7 milhões (2012), expansão anual média de 88,7%, percentual equivalente a 5,8 vezes ao das operações de crédito do Sistema Financeiro no Espírito Santo no mesmo período.

De acordo com Chaves (2011), embora o Sistema Financeiro Nacional (SFN) seja considerado bem regulado e fiscalizado, a sua contribuição no que concerne ao combate à pobreza e às desigualdades regionais tem sido limitada.

Neri e Medrado (2010) apontaram algumas características do mercado de crédito brasileiro que resultam em uma situação chamada por eles de “inanição creditícia tupiniquim”, a saber:

- a) Volume relativo de crédito inferior ao de países com níveis similares de renda.
- b) Baixa qualidade dos empréstimos, já que o mercado de crédito brasileiro privilegia mais o consumidor do que o produtor.
- c) Foco em empréstimos de curto prazo em detrimento dos empréstimos de longo prazo.

- d) Taxas de juros exorbitantes, influenciadas pela alta taxa básica de juros (SELIC) e pelo alto spread financeiro envolvido nas taxas de empréstimos.

As características descritas acima demonstram o quanto se pode avançar na oferta de crédito produtivo no Brasil, perpassando pela redução das taxas de juros praticadas, ampliação do volume de recursos destinados ao fomento de atividades produtivas e, conseqüentemente, no aumento da inclusão financeira.

Apesar das experiências exitosas descritas, muito ainda precisa ser revisto no mercado de crédito brasileiro que apesar do crescimento recente ainda apresenta algumas distorções e limitações históricas no que concerne ao acesso, sobretudo pelas camadas mais pobres da sociedade.

## 2.5 O PAPEL DO BANCO DO NORDESTE (BNB) NO MICROCRÉDITO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) foi criado pela Lei Federal nº 1649 de 19 de julho de 1952, no período conhecido na história brasileira como a Segunda Era Vargas, com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas entre o Nordeste e as outras regiões do país. O BNB está organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto (com ações negociadas na BM&F Bovespa), embora tenha mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal Brasileiro.

O BNB é reconhecido como a maior instituição financeira de desenvolvimento regional da América Latina e tem sua atuação pautada no desenvolvimento sustentável e no combate à pobreza. Com sede em Fortaleza, capital do estado do Ceará, sua área de atuação é composta de todos os estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo, o que o permite atender a toda a área que compõe o designado Polígono das Secas<sup>13</sup>.

---

13 De acordo com o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2005), o Polígono das Secas foi criado pela Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e teve seu traçado complementado pelo Decreto Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Além disto, o Decreto Lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, delegou à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE a competência de declarar quais seriam os municípios pertencentes a área do Polígono. Com a extinção da SUDENE e criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE pela Medida Provisória nº 2.146-1 de 04 de maio de 2001, esta tarefa ficou a cargo do Ministério da Integração Nacional até a instituição da nova SUDENE pela Lei Complementar nº125/2007.

Tendo como missão “Atuar na promoção do desenvolvimento sustentável, como Banco Público competitivo e rentável”, o BNB diferencia-se, assim, das demais instituições financeiras do país. Além disso, sua visão é a de ser o Banco preferido na Região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável.

Com base nesses pilares, o BNB tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos estados que compõem a sua área de atuação. Para tanto, presta apoio creditício às atividades produtivas capazes de gerar ocupação e renda, contribuindo decisivamente para que a pobreza seja superada em todo o território onde está presente.

De acordo com o BNB (2015a), o banco conta com uma rede de 273 agências que, aliadas aos trabalhos dos Agentes de Desenvolvimento (profissionais que trabalham diretamente com os clientes e lideranças locais, promovendo articulações para dar mais efetividade às ações de desenvolvimento idealizadas pelo Banco), e das Agências Itinerantes (eventos realizados nos municípios jurisdicionados pelas agências do BNB de acordo com as demandas, nas quais são efetivadas transações bancárias em localidades onde o Banco não possui agência fixa), permitem que o Banco esteja presente em cerca de 2 mil municípios em sua área de atuação.

O BNB atua também como órgão executor de políticas públicas com foco no desenvolvimento regional, a exemplo da operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e na administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos cuja operacionalização é de sua responsabilidade.

A instituição tem o importante papel de atrair investimentos para os estados que compõem sua área de abrangência. Sua atuação vai além da intermediação financeira, pois ao disponibilizar uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na Região, acaba prestando atendimento integrado aos empresários que pretendem investir nos municípios que compõem sua jurisdição. Além disto, o BNB presta apoio à comunidade científica ao financiar estudos e pesquisas com recursos não reembolsáveis.

## 2.6 INCLUSÃO FINANCEIRA

Para Bader & Savoia (2013), a inclusão financeira constitui em estender serviços financeiros a pessoas até então excluídas do sistema bancário. Trata-se de promover a oferta desses serviços a uma camada da população que historicamente teve dificuldades em acessá-los.

Em 2009 o Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou o 'Projeto de Inclusão Financeira' visando definir um modelo de inclusão financeira adequado às necessidades da população brasileira. Para tanto, o BACEN fomentou uma série de discussões com diversos atores do Sistema Financeiro Nacional (SFN), a exemplo do I Fórum Banco Central Sobre Inclusão Financeira realizado em 2009. Ao revisar seu planejamento, o BACEN passou a considerar sua capacidade de contribuir para assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

Nos anais do II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, realizado em Brasília, de 17 a 19 de novembro de 2010, cunhou-se a seguinte definição para inclusão financeira: "Processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para a sua qualidade de vida" (II FÓRUM BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2010, p. 13). Esta definição reforça a ideia de que a inclusão financeira é um processo gradual e dinâmico, ou seja, à medida que os indivíduos passam a ter acesso aos produtos e serviços financeiros há uma melhoria da qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A inclusão financeira das pessoas menos favorecidas oferece um grande potencial de alavancagem para a economia das regiões nas quais esse segmento se concentra, trazendo esse público à economia formal (BADER; SAVOIA, 2013, p.210). Esta afirmativa reforça a ideia de que o acesso pelas camadas mais pobres da sociedade aos serviços financeiros é um meio de contribuir para o fortalecimento das atividades produtivas exercidas por este público.

Nesse sentido, o microcrédito exerce importante papel no processo de inclusão financeira por se tratar, conforme lembra Braga (2011), de um serviço de intermediação financeira voltado para a população de baixa renda, caracterizado pela possibilidade de acesso a financiamento e, conseqüentemente, ao desenvolvimento das suas atividades produtivas.

Com o exposto, tem-se que o acesso aos produtos e serviços financeiros pelas camadas mais pobres, sobretudo quando ocorre por meio do microcrédito produtivo e orientado, parece contribuir para a melhoria das condições de vida da população de baixa renda.

### 3 AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

Este capítulo busca traçar um breve histórico da agricultura familiar no Brasil, desde a década de 1930 até a criação do marco legal da agricultura familiar. Também se propõe a tratar do PRONAF, uma importante política pública voltada para este público.

#### 3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Nas três primeiras décadas do século XX a estrutura econômica brasileira era predominantemente agrária e exportadora, sendo o cultivo de café a principal atividade agropecuária.

A partir da década de 1930, como lembra Pires (2013), o país decidiu romper com a estrutura econômica notadamente primária exportadora e rural, dando espaço a uma estrutura industrial e urbana, desencadeando profundas metamorfoses na agropecuária nacional depois dos anos 1960. O autor também salienta que essas transformações tiveram como base a Revolução Verde que criou as condições para o abastecimento de alimentos e matérias-primas, além de incrementar a oferta de trabalho para o setor industrial e urbano, já que o progresso técnico que chegou às unidades agropecuárias foi responsável por expulsar das propriedades rurais os produtores que não foram capazes de incorporar as suas unidades de produção às inovações procedentes da Revolução Verde. Com isso surgiram duas grandes categorias de trabalhadores no meio rural: os assalariados, que passaram a trocar sua força de trabalho por salários e os agricultores familiares, que alocaram sua força de trabalho nos estabelecimentos agropecuários da própria família.

O processo de formação da economia brasileira foi marcado pela existência de grandes latifúndios monocultores, revelando uma significativa concentração das terras nas mãos de uma pequena parcela da população. Com a abolição da escravatura, essas grandes propriedades passaram a demandar um grande efetivo de trabalhadores assalariados (PIRES, 2013).

Os agricultores familiares permaneceram até a última década do século XX à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas governamentais de financiamento, comercialização agrícola e assistência técnica. Tal condição foi agravada pelo fato Revolução Verde demandar altos investimentos em tecnologias e técnicas para

aumentar a produtividade, levando muitos agricultores familiares a venderem suas propriedades e a buscar trabalho nas médias e grandes propriedades rurais, além da indústria que estava em expansão no país

Conforme destacado por Pires (2013, p.20):

(...) o padrão de desenvolvimento rural brasileiro pós-1964, além de concentrar a estrutura fundiária em grandes propriedades rurais e reforçar as políticas *top down* (cima para baixo), criou canais diferenciados para o escoamento do crédito entre os produtores rurais, privilegiando, deste modo, os grandes e médios em detrimento dos pequenos produtores rurais.

Os estudos desenvolvidos pela Food and Agriculture Organization (FAO), em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>14</sup> ao longo da década de 1990 contribuíram para o reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil. Esses estudos revelaram a existência de um novo e poderoso eixo de desenvolvimento para o país, mostrando um Brasil composto por pequenas propriedades baseadas na diversificação das culturas e na mão de obra de natureza familiar.

O relatório de pesquisa do IPEA (2013), acerca da Caracterização do Público Potencial do PRONAF “B” a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006 revelou que a grande propriedade (cuja base de trabalho é assalariada) foi a que recebeu os maiores estímulos da política agrícola advindos do crédito rural farto e barato, enquanto os produtores que usam a base de trabalho familiar - e que representam o maior segmento da população rural do país - permaneceu à margem das políticas governamentais de apoio à produção, financiamento, comercialização agrícola, assistência técnica, entre outras tantas.

Abramovay e Piketty (2005) salientam que a expressão agricultura familiar passou a ser usada recentemente, destacando que antes de 1995 os termos empregados para este segmento eram pequena produção, produção de baixa renda, agricultura de subsistência e agricultura não-convencional.

Faltava aos agricultores familiares um instrumento legal que fosse capaz reconhecê-los enquanto importante segmento produtivo e que garantisse a institucionalização de políticas públicas inclusivas para este público.

---

<sup>14</sup> Estudos realizados através do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO entre 1996 e 1999.



Tal reconhecimento ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.326 de 24/07/2006 que estabeleceu as diretrizes para criação formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Além de caracterizar a figura do agricultor familiar e estabelecer os principais requisitos para enquadrar os indivíduos praticantes de atividades no meio rural como agricultores familiares. Tais requisitos são os que seguem:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006).

Seguindo a lógica da definição legal, Guanziroli, Di Sabbato & Vidal (2011), definiram o agricultor familiar como o indivíduo que baseia sua produção na utilização de mão de obra familiar, exercendo, por meio dos familiares envolvidos do processo produtivo, a gestão direta e presencial do empreendimento. Ainda segundo esses autores, os agricultores familiares contribuem mais com a interiorização do desenvolvimento quando comparados aos agricultores não-familiares, pois tendem a fincar raízes nas regiões onde atuam e, com isso, contribuem para a viabilização do comércio local e para o surgimento de aglomerações urbanas.

O universo da agricultura familiar, de acordo com MDA (2000), compreende os estabelecimentos cuja direção dos trabalhos é exercida pelo produtor e cujo trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

O Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2006, revelou a existência de 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, dos quais 4.366.267 ou 84,36% das unidades de produção, eram explorados por agricultores familiares.

Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012), ao comparar os principais resultados do censo agropecuário do IBGE de 1996 com os resultados do censo de 2006, destacaram a participação da agricultura familiar no que concerne ao emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), sendo responsável por absorver 13,04 milhões de pessoas, ou seja, 78,75% do total da mão de obra no campo. Os autores também ressaltaram que nas regiões Norte e Nordeste a agricultura familiar passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente em função do efeito das políticas públicas a exemplo do Pronaf. O mesmo não ocorreu

nas demais regiões do país que apresentaram em termos relativos queda na participação da agricultura familiar na produção. Esses resultados estão em conformidade com os apresentados por Castro, Resende & Pires (2014) ao afirmarem que a agricultura familiar brasileira exerce importantes papéis no que tange à geração de emprego e renda e na produção de alimentos.

O aumento dos empregos e da renda neste segmento contribui para manter ocupada parte da população residente nas pequenas cidades e comunidades rurais do interior do país, evitando que os agricultores, sobretudo os mais jovens, abandonem suas atividades no campo e migrem para as cidades em busca de melhores oportunidades sem necessariamente possuírem a qualificação necessária para ocupar os postos de trabalho ofertados nos grandes centros.

Com o exposto, evidencia-se a importância da agricultura familiar, o que torna relevante a discussão referente ao acesso ao crédito produtivo como estratégia para fortalecer esta categoria de agricultores.

### 3.2 PRONAF

Ao longo da maior parte do século XX, os agricultores familiares encontraram dificuldades para acessar as linhas de crédito agrícola que atendessem a suas necessidades. Isto se deve, principalmente, ao fato de não haver uma definição legal que os amparasse, com isso normalmente eram equiparados aos miniprodutores, tendo que disputar o crédito com as demais categorias e sendo obrigado a atender as mesmas exigências que o grande produtor para ter acesso aos empréstimos e financiamentos bancários, dificultando sobremaneira o seu acesso aos recursos bancários. Esta situação perdurou por quase todo o século XX, pois “até o início da década de 1990, não havia nenhum tipo de política pública específica, com abrangência nacional, voltada para o financiamento do segmento social formado pelos produtores familiares no Brasil” (IPEA, 2013, p.15).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar–PRONAF em 1995, através da Resolução 2.191 promulgada em 24/08/1995 e ratificado pelo Decreto Presidencial 1.946, de 28 de Julho de 1996, deu aos agricultores familiares a chance de acessar linhas de crédito em condições diferenciadas. Isso por que o PRONAF foi criado com a finalidade de promover o

desenvolvimento rural sustentável, de modo a propiciar aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Schneider, Cazella e Mattei (2004) lembraram que o PRONAF tem como principal objetivo o fortalecimento da capacidade produtiva dos agricultores familiares, colaborando para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e para a geração de emprego e renda nas áreas rurais.

O PRONAF tem a proposta de fortalecer a agricultura familiar mediante ao estímulo ao financiamento à infraestrutura produtiva. Além disso, o programa também se destina a apoiar os serviços agropecuários e as atividades rurais não-agropecuárias, visto que estas atividades, via de regra empregam diretamente a força de trabalho do produtor rural e de sua família. Com isso garante-se a ocupação e manutenção do homem e da mulher no campo.

Conforme lembra o BNB (2011), o PRONAF inicialmente voltou-se para ações ligadas ao crédito de custeio, passando a disponibilizar crédito para investimento apenas em 1997, ocasião em que o programa passou a ser operacionalizado em todo o Brasil.

É inegável que, embora o início do programa tenha sido bastante tímido e com foco limitado apenas nas atividades de custeio, a sua criação foi um dos maiores marcos – talvez o maior - para a inclusão produtiva dos agricultores familiares de todo o território brasileiro.

Segundo a resolução nº 4.107 do Banco Central do Brasil (BACEN) de 28 de junho de 2012 :

o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BACEN, 2012).

Os beneficiários do PRONAF conforme consta no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do BACEN (MCR), são os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovadamente se enquadrem nos programas mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida.

Pires (2013) destacou a importância do PRONAF enquanto política pública criada com o intuito de corrigir a realidade assimétrica que perdurou na distribuição de créditos entre os agentes econômicos do campo nacional, já que o programa passou a atender a um público que estava à margem do sistema de crédito rural

brasileiro, conhecido por tradicionalmente privilegiar aos médios e grandes agricultores.

O PRONAF era o elemento que faltava para que os agricultores familiares fossem inseridos no sistema de crédito rural, pois foi criado para atender justamente à parcela de produtores rurais que tradicionalmente estava excluída do sistema de crédito até então extremamente concentrado nas mãos de poucos agricultores.

O Decreto Presidencial 1.946, de 28 de Julho de 1996 estabelece que as ações do PRONAF devem ser orientadas pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras. (BRASIL, 1996)

É interessante ressaltar que a criação do PRONAF gerou impactos para além da mera ampliação do acesso ao crédito dos agricultores familiares. A guisa de exemplo podem-se citar a ampliação da oferta de assistência técnica para os agricultores familiares, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Lei 10.696 de 2003 e a publicação da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 que estabeleceu a obrigatoriedade do uso de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação - FNDE no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

A partir do ano de 2003 o MDA atribuiu à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) as tarefas de capacitar e profissionalizar os agricultores familiares. Já as atividades de pesquisa e extensão rural foram incorporadas ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, programa este que ficou sob a coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, no âmbito da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA.

Essas ações denotam a mudança de pensamento dos gestores públicos que perceberam a importância do apoio aos agricultores familiares como condição necessária ao crescimento do país.

### **3.2.1 Linhas de Crédito do Pronaf**

Esta seção tem o objetivo de contextualizar o leitor acerca das diversas linhas de crédito no âmbito do Pronaf. Pretende-se com isso dar-lhe uma noção da amplitude desta importante política pública. As linhas de crédito voltadas para Grupo B por serem voltadas para o público estudado neste trabalho, serão discutidas em tópicos específicos.

O BNB<sup>15</sup> (2015b), com base no Manual de Crédito Rural (MCR) opera as seguintes linhas de crédito por grupos do Pronaf:

1. **Pronaf Grupo A** - Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias dos agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O limite de crédito desse programa é de R\$ 25 mil por agricultor, fracionado em até três operações, podendo esse valor ser elevado para R\$ 26,5 mil quando contemplar verba para Assistência Técnica. Prazo da operação pode chegar a dois anos, incluídos até três anos de carência e a taxa de juros é de 0,5% ao ano. No reembolso do crédito o cliente poderá

---

<sup>15</sup> Adaptado de Quadro Resumo - Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF

contar com bônus de adimplência de 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.

2. **Pronaf Grupo A/C** - Destina-se ao financiamento do custeio das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, ao beneficiamento ou industrialização da produção dos agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O limite de crédito desse programa é de até R\$ 7,5 mil por operação, podendo cada agricultor contratar, no máximo, três operações de custeio. A taxa de juros é de 1,5% ao ano, com prazo máximo de até dois anos para custeio agrícola e de até um ano para custeio pecuário.
3. **Pronaf Semiárido** - Destina-se ao financiamento de projeto de convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica de agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf –Comum). O limite de crédito desse programa é de até R\$ 18.mil, com prazo de até dez anos, incluídos até três anos de carência e com taxa de juros de 1% ao ano.
4. **Pronaf Mulher** - Destina-se ao financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse da mulher agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo Renda Variável (Pronaf – Comum). As taxas de juros praticadas para municípios com decretação de situação de emergência em função de estiagem ou seca são as seguintes: valor até R\$ 30 mil: 1% ao ano; acima de R\$ 30 mil até R\$ 60 mil: 1,5% ao ano; acima de R\$ 60 mil até R\$ 150 mil: 2,0% ao ano. Nas demais situações: valor até R\$ 10 mil: 1% ao ano; valor superior a R\$ 10 mil até R\$ 150 mil: 2% ao ano. O limite de financiamento individual é de R\$ 150 mil e coletivo de R\$ 750 mil. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura, o limite será de R\$ 300.mil. O prazo por operação é de até dez anos, incluídos até três anos de carência.
5. **Pronaf Grupo Renda Variável** – O programa destina-se ao atendimento das necessidades creditícias de agricultores familiares com renda bruta anual de

até R\$ 360.mil, permitindo o financiamento a atividades produtivas nas modalidades de investimento e custeio. No primeiro caso o programa de crédito é chamado de Pronaf Mais Alimentos e destina-se ao financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural e também custeio agropecuário. Neste caso o limite de crédito individual é de até R\$ 150.mil, com taxa de juros máxima de 2% ao ano e com prazo para pagamento não podendo ultrapassar dez anos (incluídos até três anos de carência), exceto quando o crédito se destinar a construção de estruturas de armazenagem cujo prazo pode chegar a quinze anos. Já no segundo caso, o programa contempla o financiamento dos custeios de agrícolas e pecuárias. Neste caso o limite de crédito individual é de até R\$ 100.mil, com taxa de juros máxima de 3,5% ao ano, sendo que o prazo para pagamento não pode ultrapassar três anos no caso de custeio agrícola, dois anos no caso de custeio agropecuário para aquicultura e um ano nos demais casos.

6. **Pronaf Agroindústria** - Tem como público alvo os agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais. É um crédito na modalidade de investimento destinado a financiar a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias. O limite de crédito individual é de até R\$ 150 mil para pessoa física e de até R\$ 300 mil para empreendimento familiar rural. A taxa de juros não pode ultrapassar os 2% ao ano e com prazo para pagamento não podendo ultrapassar dez anos (incluídos até três anos de carência), exceto quando o crédito se destinar a construção de estruturas de armazenagem cujo prazo pode chegar a quinze anos.
  
7. **Pronaf Jovem** – Esta linha de crédito tem como público alvo os jovens agricultores e agricultoras familiares que sejam maiores de dezesseis anos e que não tenham mais de vinte e nove anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Renda Variável, que atendam as condições previstas no Manual de Crédito Rural do BACEN. Existindo apenas na modalidade de investimento e com limite de até R\$ 15 mil (em até três

operações), este programa permite financiar a infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor a uma taxa de juros de 1% ao ano com prazo de até dez anos (incluídos até três anos de carência).

8. **Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar** - Seu público-alvo são pessoas físicas enquadradas como agricultores familiares titulares de DAP e Cooperativas ou associações constituídas de agricultores familiares, que tenham, no mínimo, 70% de seus participantes ativos na condição de agricultores familiares enquadrados no PRONAF. É uma linha de crédito na modalidade de custeio que se destina ao financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros. Tem os seguintes limites de crédito: até R\$ 12 mil para Pessoa física; até R\$ 210 mil para empreendimento familiar rural; até R\$ 4 milhões para Associações; até R\$ 10 milhões para Cooperativa singular e até R\$ 30 milhões para Cooperativa central. A taxa de juros é de 4% ao ano e o prazo para pagamento é de 12 meses.
  
9. **Pronaf Agroecologia** – Linha de crédito na modalidade de investimento destinada a agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável. Sua finalidade é financiar os sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos. O limite de crédito é de até R\$ 150 mil para a modalidade individual e até R\$ 750 mil quando se trata de crédito coletivo. A taxa de juros é de 1% ao ano e o prazo para pagamento pode chegar a dez anos, incluídos até três anos de carência.
  
10. **Pronaf Floresta** - Linha de crédito na modalidade de investimento destinada a agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável. Sua finalidade é financiar os sistemas agroflorestais, a exploração extrativista ecologicamente sustentável, a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e o enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada. Os limites de crédito são os seguintes: para agricultores do Pronaf Renda Variável - até R\$



35 mil quando se destinar a sistemas agroflorestais e até R\$ 25 mil para os demais casos; para agricultores dos Grupos A, A/C e B: Até R\$15 mil. A taxa de juros é de 1% ao ano e o prazo para pagamento pode chegar até vinte anos incluída carência limitada de até doze anos, nos financiamentos com recursos do FNE, destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, e ao público-alvo do Grupo Renda Variável, e de até doze anos, incluída a carência de até oito anos, nos demais casos.

**11. Pronaf ECO** - Linha de crédito na modalidade de investimento destinada a agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável. Tem a finalidade de financiar projetos de tecnologias de energia renovável e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, e implantação das culturas de dendê e seringueira. Os limites de crédito são os seguintes: Individual de até R\$ 80.mil por beneficiário, quando for destinado às culturas de dendê e seringueira e nos demais casos até R\$ 150 mil por beneficiário e R\$ 750 mil para crédito coletivo.

**12. Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")** – Linha de crédito na modalidade de investimento destinada a atender agricultores familiares do Grupo "B" do Pronaf. Esta linha de crédito pode financiar investimentos nas atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários. Os limites de crédito são os seguintes: R\$2,5 mil, por operação sendo que o somatório dos financiamentos concedidos a famílias de agricultores desse grupo, com direito a bônus de adimplência, não excederá R\$7,5 mil em casos em que não foi aplicada a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e R\$4 mil quando se aplicar a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), sendo que o somatório dos financiamentos concedidos a famílias de agricultores desse grupo, com direito a bônus de adimplência, não deve exceder R\$12 mil. As

operações no âmbito deste programa contam com bônus de adimplência sobre cada parcela do financiamento paga até a data de seu vencimento, variando entre 25% fora da região semiárida; e de 40% quando o financiamento se destinar a empreendimento localizado no semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O prazo para reembolso desses financiamentos não poderá exceder dois anos.

Com a aplicação da metodologia do PNMPO, o microcrédito produtivo rural conhecido como Pronaf Grupo B passou a ser disponibilizado à população rural mais pobre por meio dos agentes de microcrédito que discutem com as famílias, em seus próprios estabelecimentos, o uso adequado dos recursos advindos das propostas de crédito. Tendo em vista se tratar do foco deste estudo, o Agroamigo, programa de microcrédito do BNB responsável pela aplicação dos recursos do PRONAF para o Grupo B, será descrito com mais detalhes a seguir.

### **3.2.2 Agroamigo**

O Agroamigo é o Programa de Microfinanças Rural criado pelo Banco do Nordeste em 2005, e operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a fim de otimizar a aplicação dos recursos do Pronaf para o grupo B. Sua atuação o transformou no maior programa de microfinanças rural da América do Sul.

Para Abramovay et al. (2013, p. 20), “o Agroamigo contribui de maneira significativa para a emergência do desenvolvimento, já que amplia as chances de inserção das atividades de seu público nos mercados locais”.

Como lembrou Neri (2012), os programas do Banco do Nordeste são responsáveis pela difusão do microcrédito em maior escala nas cidades brasileiras e nos campos do Nordeste.

De acordo com o BNB (2015c), o Agroamigo visa melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar da região nordeste e norte de Minas Gerais, atendendo, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Sua missão é “contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar

na área de atuação do Banco do Nordeste, mediante a concessão de microcrédito rural, orientado e acompanhado, de forma sustentável, promovendo a melhoria de renda dos clientes”. Já a sua visão é “ser líder da América Latina no mercado de microfinanças rurais direcionado aos(às) agricultores(as) familiares, atendendo aos(às) empreendedores(as) de forma orientada, ética e acompanhada”.

Ainda segundo o BNB (2015c), a metodologia do Programa Agroamigo prevê o atendimento personalizado do agente de microcrédito às demandas dos agricultores familiares na comunidade onde eles residem, visando com isso identificar as atividades produtivas praticadas por estes agricultores e orientá-los no uso adequado do crédito.

Como lembram Abramovay et al. (2013), o Agroamigo destina-se a ampliar e qualificar a concessão de microcrédito produtivo e orientado a agricultores familiares do Grupo B do Pronaf, reduzindo os custos de acesso ao crédito para esse público.

Embora seja tradicionalmente voltado para atender ao Grupo B do Pronaf (categoria de agricultores familiares que hoje obtêm receita anual de até R\$ 20 mil), a partir de 2012 o programa de microcrédito do BNB passou a contar com o Agroamigo Mais, um novo produto destinado a conceder crédito até o montante de R\$ 15 mil aos demais grupos do Pronaf, exceto A e A/C.

Com isso o Agroamigo, em resposta à necessidade de expansão, passou a contar com dois produtos: o Agroamigo Crescer, destinado aos agricultores com renda anual de até R\$ 20 mil, com financiamentos de até R\$ 4.000,00<sup>16</sup>, e o Agroamigo Mais, programa direcionado a agricultores com renda anual acima de R\$ 20 mil e até R\$ 360 mil, com financiamentos até R\$ 15 mil e um limite total de endividamento de R\$ 30 mil em operações contratadas no Agroamigo.

Os objetivos definidos pelo BNB (2015c) para o programa são os seguintes:

1. Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial.
2. Atender ao cliente na própria comunidade, por meio do Agente de microcrédito.
3. Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente.

---

<sup>16</sup> Em dez/2013 o limite por financiamento era de R\$ 3.500,00.

4. Agilizar o processo de concessão do crédito.
5. Promover a inclusão financeira do(a) agricultor(a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco.
6. Sensibilizar os(as) agricultores(as) familiares quanto à importância da educação financeira.
7. Conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

No âmbito do Agroamigo, o BNB atende, por meio de 170 unidades, a quase 2.000 municípios em 10 dos 11 estados de sua área de atuação, sendo que apenas o Estado do Espírito Santo não conta com o programa.

A participação do BNB no segmento de microcrédito é bastante expressiva, pois como mencionado anteriormente, a instituição possui os dois maiores programas da América do Sul em número de operações.

Conforme lembrou Neri (2012), a área rural nordestina abriga 47% dos extremamente pobres do país, sendo necessário potencializar a capacidade de geração de renda nessas localidades a fim de combater a pobreza rural. Neste processo, a concessão de microcrédito rural ganha destaque na superação da pobreza no país.

Em se tratando dos resultados alcançados, o Agroamigo, graças à adaptação da metodologia do Crediamigo, conseguiu se destacar entre os maiores programas de microcrédito da América Latina, ocupando a terceira posição em número de clientes.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza descritiva, pautada em procedimentos técnicos qualitativos (pesquisa bibliográfica e avaliação documental) e quantitativos de corte transversal com uso de dados primários e secundários, tendo como lócus de estudo o município de Governador Mangabeira – BA, com foco nos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf que contrataram operações de crédito no âmbito do Programa Agroamigo entre 01 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

O acesso às informações referentes aos clientes do Banco do Nordeste foi devidamente autorizado pela área competente do banco, e a relação de clientes com seus respectivos endereços foi obtida a partir da consulta à base de clientes da agência de Santo Antônio de Jesus – BA, que em 31 de dezembro de 2013 era responsável pela aplicação dos recursos do Agroamigo no município de Governador Mangabeira.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram levantados dados a partir dos relatórios internos da agência do Banco do Nordeste de Santo Antônio de Jesus, e a partir da aplicação de questionários com clientes do programa escolhidos mediante amostragem aleatória estratificada, conforme definido abaixo.

A população do estudo é composta pelos 890 agricultores familiares do Grupo B do Pronaf do município de Governador Mangabeira – BA que tiveram acesso ao crédito do Agroamigo entre 01 dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. Para definição da amostra utilizou-se o sistema Statdisk versão 12.0.2, da Triola and Pearson Education. Por meio da opção *Analysis* selecionou-se a opção *Sample Size Determination* e, em seguida, *Estimate Proportion* (APÊNDICE B), adotando como parâmetros uma margem de erro de 10% - considerando que a população é homogênea e de tamanho expressivo – e nível de confiança de 95%.

Este resultado foi obtido a partir da seguinte fórmula:

$$n = N \hat{p} \hat{q} (Z_{\alpha/2})^2 / \hat{p} \hat{q} (Z_{\alpha/2})^2 + (N-1) E^2$$

Onde:

N = n<sup>o</sup> de indivíduos na amostra.

Z<sub>α/2</sub> = valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado (utilizou-se 1,96 para intervalo de confiança igual a 95%).

$E$  = Margem de erro.

$p\hat{}$  = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria de interesse deste estudo.

$q\hat{}$  = proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria de interesse deste estudo ( $q\hat{}$  =  $1 - p\hat{}$ )<sup>17</sup>.

Inserindo os valores na fórmula, tem-se:

$$n = 890 \times 0,5 \times 0,5 \times (1,96)^2 / 0,5 \times 0,5 \times (1,96)^2 + (111 - 1) \times (0.10)^2 = 87$$

Portanto, os parâmetros adotados geraram uma amostra composta por 87 indivíduos para aplicação dos questionários.

Em seguida, a população em estudo foi agrupada por sexo, obtendo-se 576 indivíduos do sexo feminino e 314 indivíduos do sexo masculino.

Posteriormente, os dois grupos foram classificados por ordem alfabética e em seguida numerados. O próximo passo foi a definição dos indivíduos para aplicação dos questionários. Para tanto, utilizou-se o programa BioEstat 5.0, selecionando a opção *Estatísticas*, em seguida *Amostragem Estratificada* (APÊNDICE B), inserindo “2” para número de estratos, “87” para tamanho da amostra, e no campo *População para Estrato 01* foi inserido o numeral 314, representando o total de homens na população em estudo e para o Estrato 02 foi inserido o numeral 576 representando o total de mulheres da população em estudo. Como resultado, foram gerados dois sorteios da seguinte forma: Estrato 01, tamanho da amostra composta por 31 indivíduos do sexo masculino, e Estrato 02, amostra composta por 56 indivíduos do sexo feminino.

Os indivíduos sorteados responderam a uma série de questões que dizem respeito ao perfil sócio econômico dos agricultores familiares, atividades econômicas financiadas, variação do lucro após o crédito do Agroamigo, melhorias realizadas nos empreendimentos, orientação para uso adequado de recursos naturais, bancarização e inclusão financeira e qualidade de vida dos agricultores familiares.

O questionário aplicado com os agricultores familiares participantes deste estudo foi elaborado com base no trabalho de Souza (2011) e foi adaptado para

---

<sup>17</sup> De acordo com Levine (2000), sempre que  $p$  e  $q$  não forem conhecidos deve-se utilizar 0,5.

atender às necessidades da pesquisa com os microempreendedores rurais de Governador Mangabeira.

Os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários semiestruturados foram tabulados e lançados no programa IBM SPSS Statistics 22.0 a fim de se obterem as frequências simples e as tabelas de referências cruzadas que compõem os resultados deste estudo.

Para os dados quantitativos e qualitativos foi utilizada análise de agrupamento considerando como medida de dissimilaridade a distância de Gower (GOWER, 1971) e método de agrupamento UPGMA - *Unweighted Pair Group Method with Arithmetic Mean* (SNEATH & SOKAL, 1973) (APÊNDICE C). A validação dos agrupamentos foi determinada pelo coeficiente de correlação cofenético, de acordo com Sokal e Rohlf (1962). O número de grupos foi definido pelo critério do pseudo-t2 utilizando o pacote “NbClust” (CHARRAD et al., 2013) do programa R (R Core Team, 2014).

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente capítulo tem o propósito de apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da aplicação de questionário com clientes do Agroamigo, assim como a análise da base de clientes disponibilizadas pelo BNB. Com isso foi possível traçar o perfil dos clientes do Agroamigo de Governador Mangabeira – BA, e elencar as principais características dos estabelecimentos rurais ocupados pelos agricultores familiares deste município, clientes do Programa Agroamigo do BNB.

Um dos objetivos definidos pelo Programa Agroamigo é o de conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente. Com isso fez-se necessário verificar se os agricultores familiares receberam algum tipo de orientação desta natureza.

Também são apresentadas informações referentes à utilização do crédito do Agroamigo, o número de operações contratadas por agricultor familiar e a variação do lucro após o acesso ao crédito, além de discutir o impacto do Programa Agroamigo para a inclusão financeira dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf.

A pesquisa realizada em Governador Mangabeira mostrou que o Programa Agroamigo é bem avaliado pela grande maioria dos agricultores familiares que contrataram operações de crédito entre dezembro de 2008 e dezembro de 2013. Como será visto adiante, os resultados mostraram que o Agroamigo contribui para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf.

### **5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CLIENTES DO AGROAMIGO**

As informações levantadas a partir da aplicação de questionário com a amostra de clientes do Agroamigo, assim como a análise da base de clientes disponibilizadas pelo BNB, permitiram traçar o perfil socioeconômico da população dos clientes do Agroamigo de Governador Mangabeira – BA.

#### **5.1.1 Sexo**

O percentual de homens e mulheres atendidos pelo Programa Agroamigo no município de Governador Mangabeira é, respectivamente, de 36% e 64%. Esse resultado se assemelha ao encontrado por Maciel (2008), no qual o percentual de



indivíduos do sexo feminino chegava a 70,7%, sinalizando uma participação expressiva das mulheres no tocante à busca por crédito produtivo.

Por outro lado, os resultados divulgados pelo BNB (2014) mostraram certo equilíbrio entre os sexos no que concerne ao acesso ao microcrédito orientado rural, com participação feminina em 47% dos contratos. Vasconcelos (2014), por sua vez, verificou que 55% dos clientes do Agroamigo eram do sexo feminino e 45% eram do sexo masculino.

Abramovay et al. (2013) mostraram que clientes mais antigos (com duas ou mais operações) são predominantemente do sexo masculino (57%), e que os ingressantes no programa apresentam uma distribuição por sexo quase idêntica, tendendo levemente para o sexo masculino (50,5%).

Neri (2012), em seu estudo *Microempresários Nordestinos Rurais e Impactos do Agroamigo* constatou a predominância do sexo masculino (52% dos clientes)

Ainda em relação ao sexo, dados do IPEA (2013) mostram que nos estabelecimentos familiares do grupo B do PRONAF nos estados do Nordeste e em Minas Gerais em 2006, há uma expressiva participação do sexo masculino na direção dos estabelecimentos familiares, sendo que os homens são responsáveis por 80,9% destes estabelecimentos.

Com base no exposto, os dados obtidos na pesquisa realizada em Governador Mangabeira revelaram um significativo avanço no processo de igualdade de sexo no que concerne à inclusão financeira das mulheres agricultoras familiares.

### **5.1.2 Estado Civil**

Em se tratando do estado civil, a presente pesquisa constatou que 50,6% dos entrevistados se declararam casados, Já Neri (2012) verificou em seu estudo que o percentual de indivíduos que se declararam casados chegava a 64,9%. Já o trabalho de Vasconcelos (2014) apontou que 51,7% dos entrevistados conviviam em união estável, enquanto que o de Abramovay et al. (2013) 57,8% dos indivíduos se declararam casados, tendo Maciel (2008) verificado percentual ainda maior para este estado civil: 75,6% dos agricultores familiares do Grupo B de Caucaia - CE.

### 5.1.3 Estado civil X Sexo do entrevistado

Ao comparar as variáveis sexo e estado civil dos entrevistados percebeu-se que o percentual de homens que se declararam casados é bem superior ao de mulheres, sendo 67,7% do total dos homens e 41,1% do total das mulheres. O sexo feminino apresentou percentuais maiores para todos os demais estados civis, com destaque para o percentual de viúvos(as) que foi de 14,3% para as mulheres perante 3,2% para os homens; o percentual de mulheres solteiras foi de 14,3%, resultado 120% superior ao encontrado para o sexo masculino (6,5%).

**Tabela 1 - Estado Civil X Sexo do entrevistado**

Estado Civil	Feminino		Masculino	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Casado(a)	23	41,1	21	67,7
Viúvo(a)	8	14,3	1	3,2
Solteiro(a)	8	14,3	2	6,5
Separado(a)/Divorciado(a)	4	7,1	1	3,2
União Estável	13	23,2	6	19,4
Total	56	100,0	31	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.1.4 Escolaridade

Em relação à variável escolaridade, a pesquisa evidenciou a prevalência de indivíduos com ensino fundamental incompleto concentrando 60,9% dos entrevistados, sendo seguido pelos indivíduos com ensino médio completo com 24,1% dos casos. Por sua vez, Vasconcelos (2014) constatou que 75% dos entrevistados em seu estudo tinham apenas ensino fundamental incompleto. No extremo oposto, apenas 5,7% dos agricultores se declararam não alfabetizados, o que revela uma tendência positiva em favor do combate ao analfabetismo. Por outro lado, apenas 1,1% dos indivíduos entrevistados declararam ter nível superior incompleto.

Os resultados da presente pesquisa mostram uma tendência evolutiva quando comparados aos divulgados no trabalho de Neri (2012), que avaliou os dados do Censo Agropecuário de 2006, revelando um percentual extremamente elevado de agricultores familiares nordestinos do Grupo B que não sabiam ler nem escrever (44,75%), e 30,44% desses agricultores tinham apenas ensino fundamental

incompleto, 4,05%, ensino fundamental completo, e apenas 2,24% desse público tinha ensino médio completo.

Quando analisou a escolaridade dos agricultores familiares clientes do Agroamigo, Maciel (2008) observou que cerca de um terço dos entrevistados se declararam analfabetos e que 85% cursaram, no máximo, até o Ensino Fundamental I. Já Neri (2012) constatou que 27,97% dos clientes eram alfabetizados sem grau de escolaridade e que 54,95% tinham apenas ensino fundamental incompleto.

Já o BNB (2015e), no *Relatório 2014 Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste*, mostrou que apenas 8% do público atendido possuía nível médio completo e 53% tinha apenas nível fundamental incompleto. Além disto, mais de ¼ destes agricultores (26%) se declararam apenas alfabetizados. É importante ressaltar que o somatório dos agricultores alfabetizados com aqueles que declararam possuir apenas ensino fundamental incompleto chegou a 79% e, quando considerado o percentual de analfabetos, o percentual sobe para 84%, revelando um baixo nível de escolaridade para os agricultores familiares clientes do Agroamigo.

**Tabela 2 - Escolaridade do entrevistado**

	Nº de indivíduos	%
Fundamental incompleto	53	60,9
Fundamental completo	4	4,6
Médio incompleto	3	3,4
Médio completo	21	24,1
Superior incompleto	1	1,1
Não alfabetizado	5	5,7
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Um resultado relevante é o baixo percentual de indivíduos que se declararam analfabetos, correspondendo a 5,7% do total de indivíduos; isto porque, segundo dados do PNUD (2013), em 2010 o percentual da população de Governador Mangabeira com 25 anos ou mais de idade que se declarou analfabeta chegava a 22,69%, o que pode indicar um bom desempenho da política de combate ao analfabetismo.

### 5.1.5 Cor (ou raça) declarada pelos entrevistados

Na categoria cor ou raça o resultado da pesquisa mostra que 51,7% dos entrevistados se declararam de cor ou raça parda, tendo 43,7% informado ter cor ou raça preta, sendo que apenas 3,4% declararam ser de cor ou raça branca e 1,1%, indígenas. Esses resultados destoam um pouco dos verificados no censo demográfico de 2010, conforme tabela abaixo:

**Tabela 3- Cor (ou raça) declarada no Censo demográfico 2010**

Cor (ou raça)	Nº de indivíduos	%
Indígena	23	0,12
Amarela	219	1,11
Branca	1.558	7,86
Preta	6.602	33,3
Parda	11.416	57,6
Total	19.818	100

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2010).

Estes resultados podem sinalizar uma influência das políticas de afirmação de raça no combate ao preconceito, mas ao mesmo tempo denotam forte prevalência de indivíduos de cor ou raça preta e parda lutando pela subsistência.

**Tabela 4 - Cor (ou raça) declarada pelos entrevistados**

	Nº de indivíduos	%
Branca	3	3,4
Preta	38	43,7
Parda	45	51,7
Indígena	1	1,1
Total	87	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.1.6 Cor (ou raça) declarada X Sexo do entrevistado

Quando comparados os percentuais encontrados para cor ou raça declarada pelos entrevistados com o sexo, os valores são quase idênticos, com diferença mais significativa apenas para os indígenas, que foram 3,2% dos homens, e 0% das

mulheres, e com relação aos que declararam ter cor ou raça preta representando 44,6% do total das mulheres e 41,9% do total dos homens.

**Tabela 5 - Cor (ou raça) declarada pelo entrevistado X Sexo do entrevistado**

	Feminino		Masculino	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Branca	2	3,6	1	3,2
Preta	25	44,6	13	41,9
Parda	29	51,8	16	51,6
Indígena	0	0,0	1	3,2
Total	56	100,0	31	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

### 5.1.7 Idade

Quando analisada a categoria idade, o estudo mostra a prevalência de indivíduos com idade compreendida entre 35 e 49 anos, atingindo o percentual de 40,2% dos agricultores familiares, um pouco acima dos resultados verificados pelo BNB (2014) para faixa semelhante (35% dos indivíduos entre 36 e 50 anos). Maciel (2008), em seu respectivo estudo, verificou que 41,5% têm até 40 anos de idade, enquanto que 48,8% possuíam entre 40 e 60 anos.

Para a faixa compreendida entre 25 e 34 anos, o percentual obtido na pesquisa foi significativamente menor que o encontrado pelo BNB (2014), com respectivamente 18,3% e 31%, o que equivale a apenas 59% dos dados verificados em todo o Nordeste, o que indica a prevalência do acesso ao crédito do Agroamigo por indivíduos de meia idade no município de Governador Mangabeira.

Além disto, o acesso ao crédito por indivíduos acima de 50 anos verificado na pesquisa foi bastante superior ao encontrado pelo BNB (2014): 38,9% contra 27%.

Quando comparados os resultados da pesquisa realizada com clientes do Agroamigo de Governador Mangabeira – BA com aqueles obtidos por Abramovay et al. (2013), o percentual de indivíduos com idades entre 25 e 39 anos em Governador Mangabeira foram 16,9% menores que os dos clientes com duas ou mais operações (42,7%); 6% menores que os dos clientes ingressantes (37,8%); 11% maiores que clientes com duas ou mais operações; e 7% maiores que os dos clientes ingressantes com idade entre 40 a 59 anos.

Convêm destacar que 21,7% dos indivíduos que acessaram o crédito em Governador Mangabeira - BA tinham 60 anos ou mais, o que revela um ponto positivo do programa Agroamigo no que concerne ao acesso ao crédito produtivo por indivíduos idosos do município em questão, sendo este resultado 53% e 129% maior que o encontrado por Abramovay et al. (2013) para clientes, respectivamente, com duas ou mais operações e para clientes ingressantes do Programa Agroamigo.

**Tabela 6 - Idade dos entrevistados**

Idade	Nº de indivíduos	%
20 a 24 anos	2	2,3
25 a 29 anos	5	5,7
30 a 34 anos	11	12,6
35 a 39 anos	15	17,2
40 a 44 anos	10	11,5
45 a 49 anos	10	11,5
50 a 54 anos	9	10,3
55 a 59 anos	6	6,9
60 a 64 anos	5	5,7
65 a 69 anos	6	6,9
70 a 74 anos	6	6,9
75 a 79 anos	1	1,1
80 anos ou mais	1	1,1
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

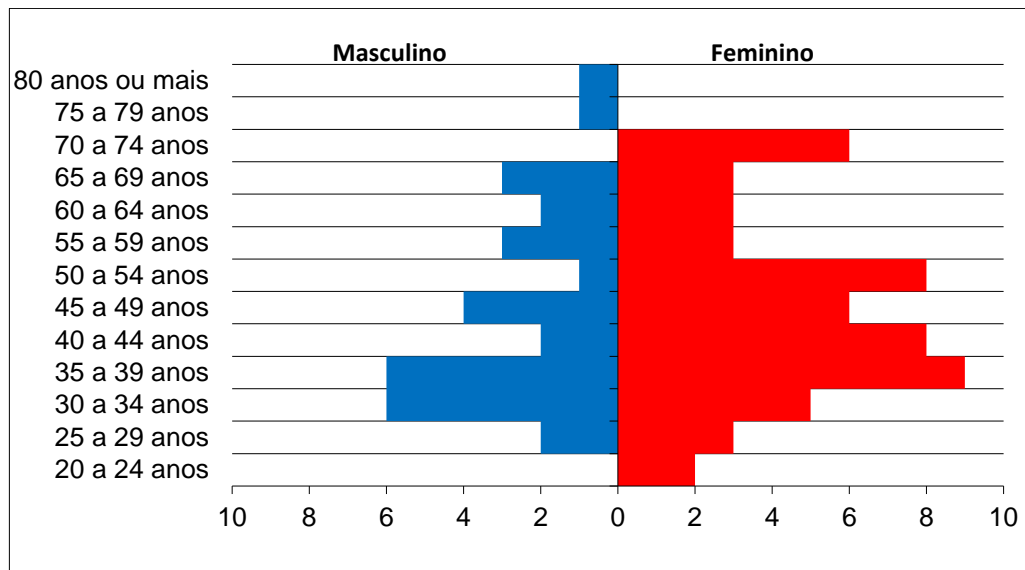
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.1.8 Idade dos entrevistados por sexo

No que concerne à idade, a pesquisa revelou que 51,8% dos participantes do sexo masculino tem entre 25 e 44 anos, sendo que a maior concentração encontra-se na faixa de indivíduos entre 30 e 39 anos (38,8%). Já no caso das mulheres este percentual é de 44,7%, chegando a 48,3% quando consideradas as mulheres com idades entre 20 e 24 anos. Para este sexo há uma maior concentração nas faixas etárias localizadas entre 35 e 44 anos, com 30,4%.

O percentual de mulheres com idade entre 45 e 59 anos chegou a 30,4%, contra 25,8% no caso dos homens com mesma faixa etária. Já o percentual de idosos atendidos pelo programa Agroamigo em Governador Mangabeira foi bastante próximo, com ligeira vantagem para os homens (22,6%) ante 21,5% das mulheres.

**Gráfico 1 - Idade do entrevistado por sexo**



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No entanto, embora os percentuais acumulados praticamente se equivalham, a concentração de mulheres foi maior entre 70 e 74 anos (10,7%); já para os homens, a maior concentração está na faixa etária compreendida entre 65 e 69 anos (9,7%).

Quando comparadas a escolaridade e a faixa etária dos participantes da pesquisa, constatou-se que dos indivíduos com apenas ensino fundamental incompleto (que representam 60,9% dos entrevistados) a maior incidência está situada no intervalo entre 35 e 39 anos, perfazendo 17% dos indivíduos com este nível de escolaridade.

Do total de indivíduos que declararam ter nível médio completo, cerca de 29% tinham idades que variavam entre 30 e 34 anos, enquanto que 23,8% encontravam-se nas faixas etárias compreendidas entre 40 a 44 anos, mesmo percentual dos indivíduos com faixa etária entre 45 a 49 anos, ou seja, mais de  $\frac{3}{4}$  dos indivíduos com ensino médio completo tinham entre 30 e 44 anos. Ressalta-se que o total de indivíduos que declararam ter ensino médio era superior a 24%, segunda maior concentração de escolaridade.

Apenas 01 (um) indivíduo (1,15%) entre todos os que participaram da pesquisa declarou ter nível superior incompleto. Já os indivíduos entrevistados que se declararam não alfabetizados tem mais de 45 anos, com maior incidência na faixa etária compreendida entre 70 e 74 anos, o que representa 33% dos indivíduos com esta faixa etária ou 40% do total de indivíduos com esta escolaridade. Ressalte-se

que do total de indivíduos que participaram da pesquisa, o percentual de indivíduos que se declararam não alfabetizados foi de apenas 5,7%, o que pode sinalizar um avanço no combate ao analfabetismo no município em questão.

Ao tecer uma análise comparativa entre as variáveis escolaridade e sexo dos entrevistados, percebe-se melhor desempenho do sexo feminino com maiores percentuais para os níveis maiores de escolaridade.

Embora os resultados no que concerne à escolaridade sejam muito parecidos para ambos os sexos, percebe-se ligeira prevalência dos indivíduos do sexo feminino para os níveis de maior escolaridade. Entretanto, os maiores percentuais tanto para o sexo feminino quanto para o masculino estão concentrados no nível fundamental incompleto, considerado um nível baixo de escolaridade. A tabela 7 traz informações mais completas acerca deste cruzamento de dados.

**Tabela 7 - Escolaridade dos entrevistados por sexo**

Escolaridade	Feminino		Masculino	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Fundamental incompleto	33	58,9	20	64,5
Fundamental completo	3	5,4	1	3,2
Médio incompleto	2	3,6	1	3,2
Médio completo	14	25,0	7	22,6
Superior incompleto	1	1,8	0	0,0
Não alfabetizado	3	5,4	2	6,5
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.1.9 Renda Familiar Bruta Anual

Com relação à renda familiar bruta anual dos entrevistados, o presente trabalho revelou que 83,9% dos participantes declararam, na ocasião da tomada das propostas de crédito, terem obtido renda familiar bruta anual igual ou inferior a R\$ 10 mil, sendo que a média aritmética simples desses rendimentos é de apenas R\$ 5.035,95, e que 54% dos entrevistados declararam obter renda familiar bruta anual igual ou inferior a R\$4 mil.



**Tabela 8 - Renda Familiar Bruta Anual**

Renda Familiar*	N.	%
Até R\$1.000,00	1,0	1,1
Mais de R\$1.000,00 a R\$2.000,00	18,0	20,7
Mais de R\$2.000,00 a R\$3.000,00	19,0	21,8
Mais de R\$3.000,00 a R\$4.000,00	9,0	10,3
Mais de R\$4.000,00 a R\$5.000,00	7,0	8,0
Mais de R\$5.000,00 a R\$6.000,00	3,0	3,4
Mais de R\$6.000,00 a R\$7.000,00	4,0	4,6
Mais de R\$7.000,00 a R\$8.000,00	7,0	8,0
Mais de R\$9.000,00 a R\$10.000,00	5,0	5,7
Mais de R\$10.000,00	9,0	10,3
Não informado	5,0	5,7
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

#### **5.1.10 Renda familiar bruta anual X Escolaridade do entrevistado**

O cruzamento dos dados referentes à renda familiar bruta anual com a escolaridade dos entrevistados revelou que indivíduos com ensino fundamental incompleto, e indivíduos com ensino médio completo, apresentaram os maiores percentuais na faixa de renda igual ou superior a R\$ 10 mil, ambos com 44,4% do total, sendo que apenas 10,3% dos entrevistados informaram ter auferido receita anual dentro desta faixa.

O percentual de indivíduos com ensino médio completo também foi maior para a faixa de renda superior a R\$7 mil até R\$8 mil, com 57,1% do total. Nos demais casos, os indivíduos com ensino fundamental incompleto apresentaram percentuais superiores a 50%, valor esperado já que 60,9% dos entrevistados declararam ter ensino fundamental incompleto. Desta forma, não há evidências de que o grau de escolaridade tem influência direta com a renda familiar bruta anual percebida pelos clientes do Agroamigo que participaram deste estudo.

**Tabela 9: Renda familiar bruta anual X Escolaridade do entrevistado**

	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Não alfabetizado
	%	%	%	%	%	%
Até R\$1.000	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
R\$1.000 a R\$2.000	20,8	25,0	33,3	14,3	0,0	40,0
Mais de R\$2.000 a R\$3.000	20,8	50,0	33,3	14,3	0,0	40,0
Mais de R\$3.000 a R\$4.000	11,3	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0
Mais de R\$4.000 a R\$5.000	9,4	0,0	0,0	9,5	0,0	0,0
Mais de R\$5.000 a R\$6.000	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de R\$6.000 a R\$7.000	5,7	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0
Mais de R\$7.000 a R\$8.000	3,8	0,0	0,0	19,0	0,0	20,0
Mais de R\$9.000 a R\$10.000	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de R\$10.000	7,5	25,0	0,0	19,0	0,0	0,0
Não informado	3,8	0,0	33,3	4,8	100,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa 2015.

## 5.2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS

Esta seção apresenta as principais características dos estabelecimentos rurais ocupados pelos agricultores familiares do município de Governador Mangabeira – BA, clientes do Programa Agroamigo do BNB.

Nela serão expostas as informações referentes ao tamanho dos estabelecimentos, condição de uso da terra e as culturas principais.

### 5.2.1 Tamanho médio dos estabelecimentos

A pesquisa indicou um tamanho médio da propriedade equivalente a 1,52 hectare, resultado inferior ao encontrado pelo IBGE (2006) para o mesmo município (2,94 ha), muito inferior à área média dos estabelecimentos familiares do Grupo B para o Brasil (24,1 ha) e para o Nordeste (20,8 ha) mencionados por Guanziroli, Di Sabbato & Vidal (2011), quando estes analisaram os resultados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Já o trabalho do IPEA (2013) mostrou que a área média dos estabelecimentos do grupo B no Nordeste era de 9,60 ha em 2006 e na Bahia era de 11,6 ha.

A amostra apresentou a seguinte distribuição do percentual de agricultores por área:

**Tabela 10 - Percentual de agricultores por área da propriedade**

Área da propriedade	Nº de indivíduos.	%
Até 1/2 ha	23	26,4
Mais de 1/2 a 1 ha	20	23,0
Mais de 1 a 1,5 ha	15	17,2
Mais de 1,5 a 2 ha	12	13,8
Mais de 2 a 2,5 ha	8	9,2
Mais de 2,5 a 3 ha	3	3,4
Mais de 3 ha	6	6,9
Total	87	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Nota-se que mais de  $\frac{1}{4}$  dos indivíduos entrevistados informaram realizar suas atividades agropecuárias em áreas iguais ou inferiores a  $\frac{1}{2}$  ha. Se considerarmos os agricultores familiares com área igual ou inferior a 1 ha, o percentual chega a 49,3%, praticamente metade do público que concordou em participar do estudo. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Maciel (2008), que verificou a existência de 54% de famílias com tamanho da terra onde plantam entre 0,5 e 1 hectare.

A pesquisa também revelou que os agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA, clientes do Agroamigo, ocupavam em média 76,2% da área das propriedades com as culturas principais.

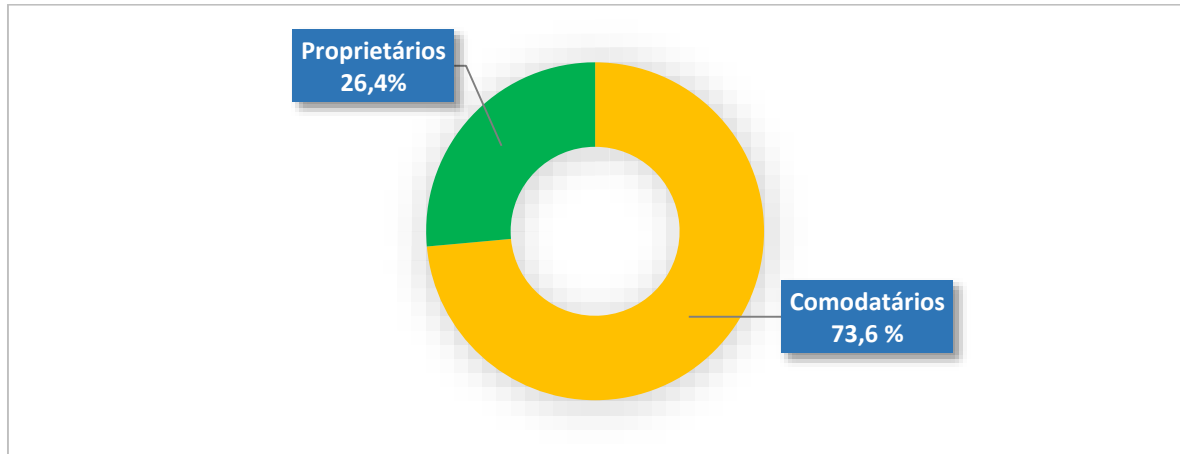
### 5.2.2 Distribuição dos Estabelecimentos por Condição de Uso da Terra

Em se tratando do aspecto fundiário, a distribuição dos estabelecimentos, segundo condição do uso da terra por agricultores familiares do Grupo B clientes do Agroamigo em Governador Mangabeira – BA, apresentou a prevalência de comodatários (73,6%) em relação aos proprietários (26,4%), revelando uma grande fragilidade em relação à propriedade dos meios de produção.

Esses dados contrastam com os verificados por Guanzioli, Di Sabbato & Vidal (2011), que evidenciaram em 2006 uma forte prevalência de proprietários no Nordeste (73%) e no Brasil (79%), e com os de Neri (2012), que verificou a predominância de proprietários (48,75%) entre clientes do Agroamigo, sendo que 16,27% destes clientes

eram Arrendatários ou Comodatários. Já Maciel (2008) verificou que 33,3% dos agricultores eram comodatários e 25,6% proprietários.

### Gráfico 2 - Distribuição dos Estabelecimentos por Condição de Uso da Terra



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.2.3 Culturas principais

A pesquisa realizada em Governador Mangabeira revelou que 70,1% dos entrevistados cultivam mandioca nos estabelecimentos explorados. Além disso, 59,8% dos clientes entrevistados declararam cultivar laranja, e 27,6% dos entrevistados informaram cultivar limão em seus estabelecimentos rurais, enquanto que 16,1% plantam outras culturas.

**Tabela 11 - Culturas principais**

Cultura	Nº de clientes.	%
Laranja	52	59,8
Limão	24	27,6
Mandioca	61	70,1
Outras	14	16,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.2.4 Área da propriedade ocupada pela(s) cultura(s) principal(is)

No que concerne à área da propriedade ocupada pela(s) cultura(s) principal(is), os resultados mostraram que 51,7% dos agricultores familiares ocupavam mais de

80% da área do estabelecimento, enquanto que apenas 11,5% dos entrevistados informaram utilizar até 40% da área da propriedade com a(s) cultura(s) principal(is).

**Tabela 12 - Área da propriedade ocupada pela(s) cultura(s) principal(is)**

	Número de clientes	%
Mais de 20 a 40%	10	11,5
Mais de 40 a 60%	17	19,5
Mais de 60 a 80%	15	17,2
Mais de 80 a 100%	45	51,7
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.3 O CRÉDITO

Este item apresenta informações referentes ao destino do crédito do Agroamigo, o número de operações contratadas por sexo e a variação do lucro após o acesso ao crédito.

#### 5.3.1 Destino do crédito

Quando questionados se adquiriram crédito destinado ao financiamento agrícola, apenas 35,6% dos entrevistados afirmaram que sim. Por outro lado, do público que optou pela participação neste estudo, 86,2% afirmaram ter acessado ao crédito do Agroamigo com o intuito de investir em atividades pecuárias diversas.

A cultura da laranja aparece como principal atividade agrícola financiada, concentrando 64,5% dos financiamentos. Já a mandioca vem em segundo lugar com ¼ dos financiamentos, percentual que pode ser explicado pelo fato desta atividade ser considerada custeio, não sendo, portanto, permitido o seu financiamento isoladamente pelo Agroamigo, podendo apenas ser financiada como custeio vinculado ao financiamento desde que não ultrapasse 35% do montante financiado.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Conforme BNB (2015d) as regras do Programa Microcrédito Produtivo Rural - PRONAF Grupo B, definidas pelo Manual Básico de Operações de Crédito do Banco do Nordeste, vedam a concessão de crédito destinado a custeio agrícola e pecuário, podendo, no entanto, o projeto de investimento contemplar verbas típicas de custeio, até o limite de 35% do valor total do projeto.

**Tabela 13 - Qual(is) cultura(s) recebeu(ram) investimentos?**

Cultura	Número de clientes	%
Laranja	20	64,5
Limão	7	22,6
Hortaliças	2	6,5
Mandioca	8	25,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

As atividades de avicultura e suinocultura ocupam lugar de destaque com, respectivamente, 77,3% e 60% das propostas financiadas. Uma explicação plausível é o pequeno tamanho dos empreendimentos<sup>19</sup>, que inviabiliza o financiamento de outras atividades que demandam maiores áreas para sua exploração, a exemplo das pecuárias de corte e de leite, que estão presentes, respectivamente, em apenas 8% e 10,7%, das propostas de crédito. Em seu trabalho Maciel (2008) verificou que 60% dos entrevistados tomaram crédito para a avicultura, enquanto que Vasconcelos (2014) verificou que 65% dos créditos foram direcionados à bovinocultura.

**Tabela 14 - Atividades pecuárias financiadas**

Atividade pecuária	Número de clientes	%
Aves	58	77,3
Caprinos	2	2,7
Suínos	45	60,0
Bovinos de corte	6	8,0
Bovinos de Leite	8	10,7
Ovinos	3	4,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

### 5.3.2 Número de operações tomadas por sexo dos entrevistados

O percentual acumulado de indivíduos do sexo masculino que firmou mais de um contrato de financiamento pelo Programa Agroamigo foi de 58,1%, enquanto que para o sexo feminino o percentual foi de 51,8%, resultado 12% menor que o obtido para o sexo masculino. Quando comparados os percentuais obtidos para indivíduos

<sup>19</sup> A área média das propriedades dos participantes da pesquisa é, como já mencionado, 1,52 hectare

que acessaram o crédito quatro vezes, o percentual do público feminino foi de 8,9% perante 3,2% dos indivíduos do sexo masculino.

**Tabela 15 - Número de operações tomadas por sexo dos entrevistados**

Nº de operações	Feminino		Masculino	
	Número de clientes	%	Número de clientes	%
01 operação	27	48,2	13	41,9
02 operações	15	26,8	10	32,3
03 operações	9	16,1	7	22,6
04 operações	5	8,9	1	3,2
Total	56	100,0	31	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.3.3 Lucro do negócio

Dos 87 entrevistados, 71 (81,6%) afirmaram que o lucro do negócio após a aquisição do crédito do Agroamigo aumentou, e 13 entrevistados (14,9%) informaram que o lucro aumentou muito após o acesso ao crédito. Apenas dois entrevistados (2,3%) afirmaram que o crédito não influenciou na variação do lucro e um indivíduo (1,1%) declarou que o lucro diminuiu após contratar a operação de crédito, alegando que os animais financiados morreram e que por isso teve prejuízo.

É importante ressaltar que este questionamento diz respeito à percepção do indivíduo no que concerne à variação do lucro do negócio. Não foi utilizado nenhum mecanismo sofisticado de aferição dos resultados obtidos pelos indivíduos, mesmo por que o entrevistador não teve acesso a dados referentes às receitas e despesas dos empreendimentos rurais, tão pouco foi este um dos objetivos deste estudo.

A tabela abaixo mostra os resultados obtidos na íntegra:

**Tabela 16 - Lucro após aquisição do crédito Agroamigo:**

Variação do lucro	Número de entrevistados	%
Aumentou	71	81,6
Aumentou muito	13	14,9
Diminuiu	1	1,1
Permaneceu	2	2,3
Total	87	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quando foram comparadas as respostas dos entrevistados do sexo feminino com os do sexo masculino, percebeu-se que a variação foi muito pequena, sendo que a maioria dos entrevistados de ambos os sexos informou que o lucro do negócio aumentou, resposta verificada para 83,9% do sexo feminino e 77,4% do sexo masculino.

Em relação aos que informaram que o lucro, após o Agroamigo, aumentou muito, houve ligeira prevalência no percentual alcançado pelo público masculino, chegando a 19,4% contra 12,5% para o público feminino. Por outro lado, nenhum entrevistado do sexo feminino informou ter experimentado diminuição no lucro, e apenas um indivíduo do sexo masculino (3,2%) declarou ter percebido diminuição no lucro após o acesso ao crédito, cujo motivo já foi explicitado no tópico anterior. Para 3,6 % dos indivíduos do sexo feminino o lucro permaneceu inalterado, algo que não ocorreu para os entrevistados do sexo masculino.

Os percentuais verificados nas respostas de ambos os sexos foram muito parecidos, com variações muito pequenas. O gráfico a seguir resume os resultados encontrados para este questionamento:

**Tabela 17 - Lucro após o crédito do Agroamigo por sexo do entrevistado**

Variação	Feminino		Masculino	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Aumentou	47	83,9	24	77,4
Aumentou muito	7	12,5	6	19,4
Diminuiu	0	0,0	1	3,2
Permaneceu	2	3,6	0	0,0
Total	56	100,0	31	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

#### 5.4 BENEFÍCIOS SOCIAIS

Quando questionados acerca do recebimento de benefícios sociais, apenas 13,8% dos entrevistados afirmaram que não recebiam nenhum benefício desta natureza. Por outro lado, 62% dos entrevistados declararam que recebiam auxílio do bolsa família, percentual quase idêntico ao divulgado no Relatório de Resultados e



Impactos do FNE 2013 (62,3%) e ligeiramente superior aos 55% verificados por Vasconcelos (2014). Além disto, 24,1% informaram receber aposentadoria e apenas 5,7% dos indivíduos que participaram desta pesquisa declararam receber pensão. A tabela abaixo traz estas informações com mais detalhes:

**Tabela 18: Recebe algum benefício Social?**

Benefício	Nº de indivíduos	%
Aposentadoria	14	16,1
Aposentadoria e pensão	5	5,7
Bolsa Família	49	56,3
Bolsa Família e Aposentadoria	2	2,3
Bolsa Família e Pensão	3	3,4
Pensão	2	2,3
Não recebe nenhum benefício	12	13,8
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Ao cruzar as informações referentes ao acesso a benefícios sociais com o sexo dos entrevistados (tabela 19), os dados revelaram uma ligeira prevalência do sexo feminino em relação ao recebimento de aposentadoria, com 26,8% ante 19,3% do sexo masculino. O sexo feminino também apresentou maior percentual para o recebimento de pensão, com 12,5% contra 9,6% para o gênero masculino. Por outro lado, 64,5% dos indivíduos do sexo masculino declararam receber o bolsa-família perante 60,8% do sexo feminino.

Embora os percentuais obtidos sejam muito parecidos, percebe-se uma ligeira prevalência de indivíduos do sexo masculino no que concerne ao recebimento de benefícios sociais, já que apenas 12,9% deles declararam não receber nenhum benefício desta natureza, enquanto que o percentual feminino foi de 14,3%.

**Tabela 19 - Recebe benefícios sociais X Sexo do entrevistado**

Benefício	Feminino		Masculino	
	Nº de indivíduos.	%	Nº de indivíduos.	%
Aposentadoria	9	16,1	5	16,1
Aposentadoria e pensão	4	7,1	1	3,2
Bolsa Família	30	53,6	19	61,3
Bolsa Família e Aposentadoria	2	3,6	0	0,0
Bolsa Família e Pensão	2	3,6	1	3,2
Pensão	1	1,8	1	3,2
Não recebe nenhum benefício	8	14,3	4	12,9
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 5.5 MELHORIAS REALIZADAS NA PROPRIEDADE APÓS O AGROAMIGO

No que concerne à realização de melhorias na propriedade após o acesso ao crédito do Agroamigo, verificou-se que a maioria absoluta dos entrevistados não adquiriu máquinas e equipamentos (98,9% dos casos).

A resposta negativa também prevaleceu para a aquisição de meio de transporte próprio, troca de veículo por outro mais moderno e para outras melhorias<sup>20</sup>, com respectivamente 75,9%, 87,4% e 73,6%. O único caso em que a resposta positiva obteve mais de 50% foi para ampliação/melhoria das instalações, com 75,9%.

**Tabela 20 - Melhorias realizadas na propriedade após o Agroamigo**

Melhoria	Sim		Não	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Aquisição de máquinas e equipamentos <sup>21</sup>	1	1,1	86	98,9
Ampliação/Melhoria das instalações	66	75,9	21	24,1
Aquisição de meio de transporte próprio	21	24,1	66	75,9
Troca de veículo por outro mais moderno	11	12,6	76	87,4
Outras melhorias	23	26,4	64	73,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

<sup>20</sup> Neste caso o entrevistado teve a liberdade de citar qualquer melhoria que achasse relevante.

<sup>21</sup> A máquina adquirida foi uma roçadeira à gasolina.

Do total de indivíduos que realizaram outras melhorias (26,4% dos entrevistados), 87% afirmaram ter adquirido ferramentas agrícolas e 43,5% declararam que além das ferramentas também adquiriram carros de mão. A tabela abaixo apresenta os resultados detalhados:

**Tabela 21 - Outras melhorias**

	N.	%
Ferramentas agrícolas	10	43,5
Pulverizador	2	8,7
Terreno	1	4,3
Ferramentas agrícolas e carro de mão	10	43,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 5.6 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A prestação da assistência técnica é uma ação de extrema relevância para a implementação e sucesso de qualquer política pública que vise à inclusão produtiva e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Seu papel é determinante para a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural.

A pesquisa revelou que apenas 33,3% dos clientes do Agroamigo que responderam ao questionário afirmaram contar com os serviços prestados pelas instituições de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, percentual semelhante aos 39% verificados por Maciel (2008). Do total dos que informaram receber assistência técnica em Governador Mangabeira, cerca de 38% declararam contar com este serviço anualmente. Os dados obtidos não são surpresa dado o fato da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, única instituição oficial de assistência técnica do Estado da Bahia, estar passando por um processo de descontinuação, fato que prejudica principalmente os agricultores familiares, sobretudo os do Grupo B do Pronaf, que em sua maioria não tem condições financeiras de contratar os serviços de profissionais capazes de prestar a assistência técnica necessária.

**Tabela 22 - Recebimento de Assistência Técnica**

	Nº de indivíduos	%
Mensalmente	1	1,1
A cada dois meses	4	4,6
A cada três meses	4	4,6
A cada quatro meses	2	2,3
A cada seis meses	7	8,0
Anualmente	11	12,6
Não recebe assistência técnica	58	66,7
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

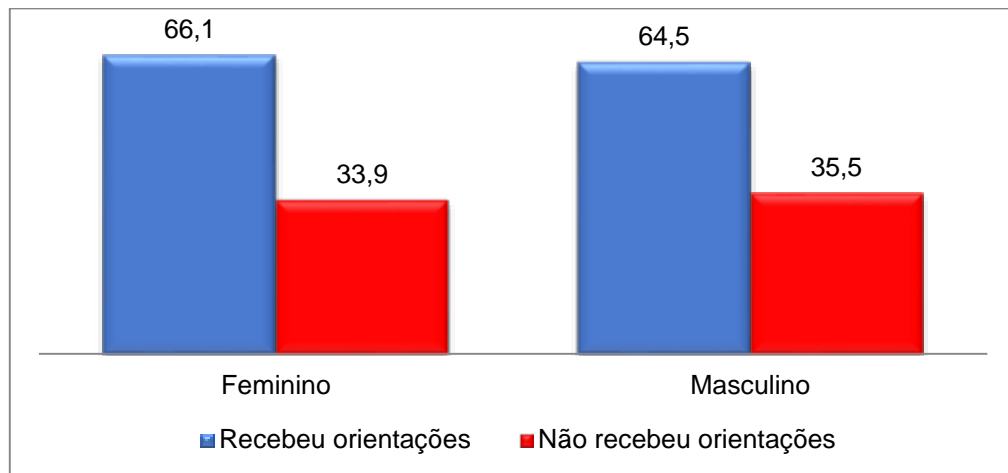
## 5.7 DIMENSÃO AMBIENTAL

A pesquisa realizada em Governador Mangabeira – BA teve como um dos objetivos específicos a identificação de atitudes sustentáveis na produção agropecuária e exploração do ambiente praticadas pelos clientes do Agroamigo.

Convém ressaltar que um dos objetivos definidos pelo referido programa é conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente. Com isso fez-se necessário verificar se os agricultores familiares receberam algum tipo de orientação desta natureza. Os resultados obtidos são brevemente discutidos a seguir.

### 5.7.1 Orientação para o uso adequado dos recursos naturais

No que concerne à orientação para o uso sustentável dos recursos naturais, 65,5% dos entrevistados informaram haver recebido algum tipo de orientação neste sentido, com resultados muito parecidos quando separados os resultados por sexo (gráfico 3).

**Gráfico 3 - Orientação para o uso sustentável dos recursos naturais, por sexo**

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

O fato de quase dois terços dos entrevistados terem declarado que receberam algum tipo de orientação para o uso sustentável dos recursos naturais é bastante positivo, mas de certa forma mostra que ainda há uma parcela considerável dos agricultores que não receberam qualquer orientação ou que não compreenderam as orientações repassadas a ponto de reproduzi-las. Isto mostra a relevância da assistência técnica e extensão rural no que concerne à educação ambiental.

### 5.7.2 Orientações ao produtor tomador do crédito

Ao serem perguntados sobre quais foram as orientações repassadas, as respostas que mais se repetiram nos questionários foram: usar adubos orgânicos, não desmatar e evitar o uso de agrotóxicos, com respectivamente 38,6%, 29,8% e 28,1%.

A tabela a seguir traz os resultados na íntegra:

**Tabela 23 - Orientações repassadas**

Orientação repassada	Número de indivíduos.	%
Preservar o meio ambiente	10	17,5
Não desmatar	17	29,8
Evitar o uso de agrotóxicos	16	28,1
Usar adubos orgânicos	22	38,6
Descarte adequado do lixo	9	15,8
Não poluir/Poluir menos	4	7,0
Plantar árvores	3	5,3
Preservar a água	3	5,3
Rotação de cultura	3	5,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.7.3 Orientações para uso adequado de recursos naturais X Assistência técnica

Embora aproximadamente 2/3 dos entrevistados tenham declarado que não recebem nenhum tipo de assistência técnica, o efeito desta atividade pode ser percebido quando cruzados com o recebimento de orientação para uso adequado de recursos naturais, já que 79,3% dos indivíduos que informaram ter recebido assistência técnica também declararam ter recebido orientação para o uso sustentável de recursos naturais.

No caso daqueles que declararam não receber assistência técnica, aproximadamente 58,6% afirmaram que receberam orientação para uso adequado dos recursos naturais. Em termos relativos, a oferta de assistência técnica parece ter efeito direto e positivo sobre a orientação para a preservação de recursos naturais. A tabela abaixo traz as informações completas:

**Tabela 24 - Orientações para o uso adequado de recursos naturais X Assistência técnica**

	Recebe assistência técnica		Não recebe assistência técnica	
	Nº de indivíduos.	%	Nº de indivíduos.	%
Recebeu orientações para uso adequado	23	79,3	34	58,6
Não recebeu orientações para uso adequado	6	20,7	24	41,4
Total	29	100,0	58	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

#### 5.7.4 Recebimento de orientações para uso adequado de agrotóxicos

Com relação ao recebimento de orientação para o uso de agrotóxicos, aproximadamente 39,1% dos entrevistados afirmaram que não receberam orientação de alguém ou de alguma instituição e 60,9% afirmaram ter recebido orientação de variadas fontes, conforme tabela 25 a seguir.

Os principais responsáveis por prestar orientação desta natureza, segundo os entrevistados, foram os fornecedores, com 37,7%, seguidos dos armazéns de fumo (20,8%) e da EBDA (13,2%).

**Tabela 25 - Recebimento de orientações para uso adequado de agrotóxicos**

	Nº indivíduos	%
Fornecedor	20	37,7
Associação	4	7,5
Armazém Fumageiro	11	20,8
EBDA	7	13,2
Sindicato	5	9,4
Outros	6	11,3
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Dos indivíduos que declararam ter recebido alguma orientação para uso de agrotóxicos, 64,2% dos entrevistados declararam agir conforme a orientação recebida e 35,8% afirmaram que não agem conforme orientação.

Verificou-se ainda que o percentual de indivíduos do sexo masculino que informou agir conforme orientação foi de 70% perante 60,6% do sexo feminino.

Do total de entrevistados que informaram não seguir a orientação, 36,8% declararam que não agem conforme orientado por descuido, e 26,3% informaram que não agem de acordo com a orientação simplesmente por não utilizarem agrotóxicos. Além disto, 15,8% acham que não precisam seguir as orientações repassadas. A tabela 26 traz as informações na íntegra.

**Tabela 26 - Porque não segue a orientação?**

Motivo	Número de indivíduos	%
Acha que não precisa	3	15,8
Descuido	7	36,8
Outros	4	21,1
Não utiliza agrotóxicos	5	26,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

É importante ressaltar que 82,8% dos indivíduos que declararam receber assistência técnica também informaram ter recebido orientação para uso adequado de agrotóxicos, fato que ratifica a importância das instituições de assistência técnica para a prática de uma agricultura familiar sustentável. Para os indivíduos que afirmaram não contar com assistência técnica, o percentual dos que declararam ter recebido orientação para uso de agrotóxicos foi exatamente igual ao dos indivíduos que declararam não receber estas orientações.

#### **5.7.5 Prestação de orientações para preservação das nascentes**

Ainda no que concerne à dimensão ambiental, os agricultores familiares também foram indagados acerca do recebimento de orientação referente à preservação das nascentes. Com isso, 61% dos agricultores afirmaram ter recebido orientação desta natureza, enquanto que 39% destes indivíduos declararam não ter recebido nenhuma orientação.

Dos que afirmaram ter recebido orientação para a preservação de nascentes, 39,6% disseram tê-las recebido do agente de microcrédito do Agroamigo, 24,5% afirmaram que a orientação foi repassada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Governador Mangabeira, e apenas 9,4% atribuíram a aquisição deste tipo de conhecimento ao trabalho da EBDA, entidade oficial de assistência técnica do Estado da Bahia. A tabela a seguir traz informações mais detalhadas acerca deste questionamento.



**Tabela 27 - Prestação de orientações para preservação das nascentes**

Responsável pela orientação	%
Agroamigo	39,6
Associação	5,7
Armazém Fumageiro	5,7
EBDA	9,4
Sindicato	24,5
Outros	15,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A expressiva maioria dos agricultores que disseram ter recebido orientação para a preservação de nascentes declarou agir conforme as orientações (94,3%).

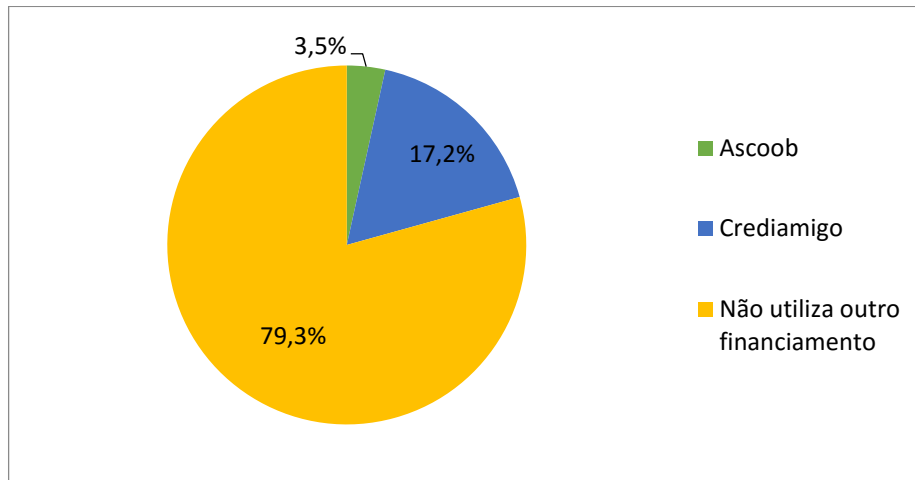
## 5.8 INCLUSÃO FINANCEIRA

Este trabalho teve como principal objetivo analisar o impacto do microcrédito do Agroamigo em Governador Mangabeira, município do Recôncavo Baiano, no processo de inclusão financeira e sua contribuição ao desenvolvimento regional. A fim de verificar este impacto, analisou-se o acesso destes clientes a outros financiamentos, assim como a contas bancárias e à disponibilidade de produtos de crédito.

### 5.8.1 Utilização de outros financiamentos além do Agroamigo

A relevância do Programa Agroamigo para o processo de inclusão financeira dos agricultores familiares de Governador Mangabeira pode ser percebida ao se analisar os seguintes dados: do total de indivíduos que participaram da pesquisa, 79,3% informaram ser o Agroamigo a sua única fonte de financiamento (Gráfico 5); já 17,2% afirmaram que também utilizavam recursos do Crediamigo para produzirem e apenas 3,5% afirmaram que também utilizavam financiamentos da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB).

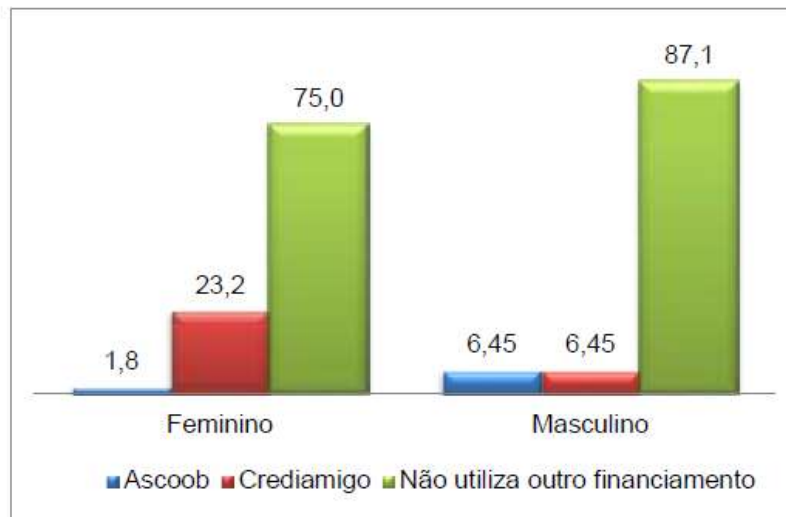
#### Gráfico 4 - Utilização de outros financiamentos além do Agroamigo



Fonte: Dados da pesquisa 2015

Ao se analisar os resultados considerando os sexos dos entrevistados, pode-se notar que a demanda por outros créditos além do Agroamigo era maior entre as mulheres (25%) do que entre os homens (12,9%), conforme apresentado no gráfico 5 a seguir:

#### Gráfico 5 - Uso de outro(s) financiamento(s) X Sexo do entrevistado



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Considerando apenas os indivíduos que afirmaram usar outros financiamentos, 92,9 % dos indivíduos de sexo feminino afirmaram utilizar crédito do Crediamigo, e apenas 7,1% informaram utilizar crédito da Ascoob. Quanto ao sexo masculino, os

percentuais foram iguais para as duas fontes alternativas de crédito. Esses resultados ratificam o potencial do Programa Agroamigo para a inclusão financeira dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf

### 5.8.2 Bancarização

Dos 87 (oitenta e sete) entrevistados, 33 (trinta e três) agricultores, (38%), declararam não possuir conta corrente ou poupança antes do acesso ao crédito do Agroamigo; conseqüentemente, 54 indivíduos (62%) possuíam alguma destas modalidades de contas.

Do total de indivíduos entrevistados, 51,7% declararam já possuir conta poupança antes do acesso ao crédito do Agroamigo. Em seu trabalho, Vasconcelos (2014) constatou que 45% dos indivíduos que participaram do estudo tinham conta poupança.

Em relação aos que afirmaram ter acesso à conta corrente antes da obtenção de crédito do Agroamigo, apenas 18,4% de todos os entrevistados declararam possuir este tipo de conta. Esse resultado se aproxima do observado por Maciel (2008), que verificou que 24,4% dos entrevistados possuíam contas corrente em estabelecimentos bancários. Já Vasconcelos (2014) encontrou um percentual de apenas 11,7% com esta modalidade de conta.

Depois do acesso ao crédito percebeu-se um expressivo aumento no número de indivíduos com contas bancárias, saindo de 54 para 85 indivíduos, ou seja, saltando de 62% para 97,7% do total de participantes da pesquisa, sendo que 71,3% afirmaram possuir contas poupança e 78,2% afirmaram possuir conta corrente. A tabela a seguir sintetiza estas informações:

**Tabela 28 – Bancarização**

	Antes do Agroamigo		Depois do Agroamigo	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Poupança	45	51,7	62	71,3
Conta corrente	16	18,4	68	78,2

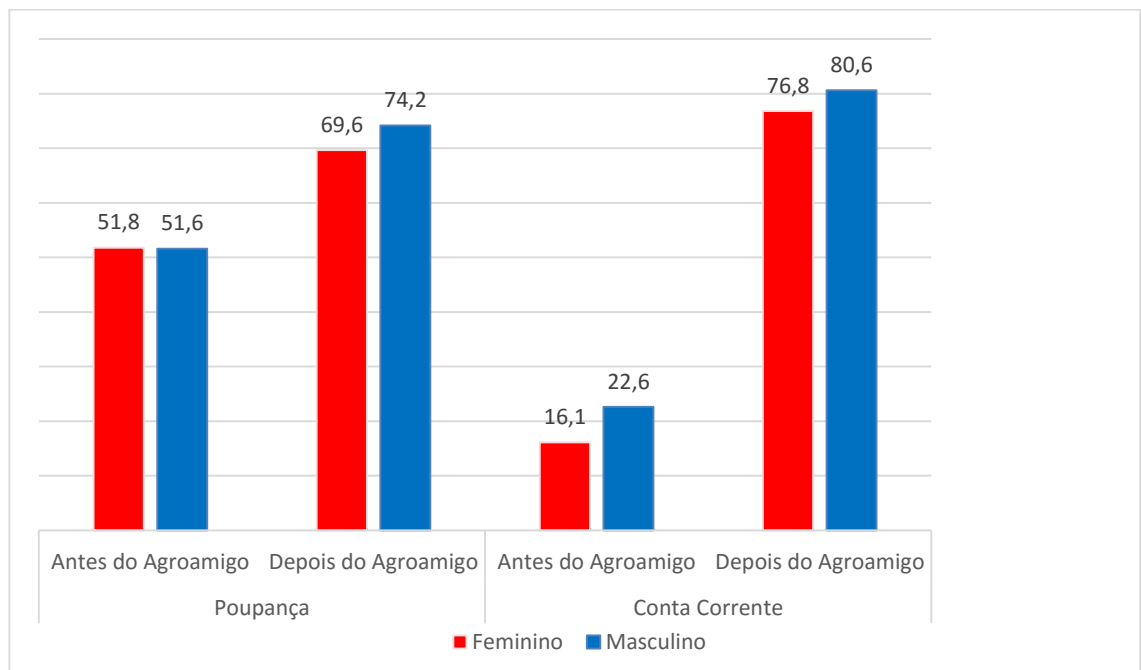
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O aumento na quantidade de indivíduos que afirmaram ter acesso a contas bancárias após o crédito do Agroamigo, sobretudo quando considerados os percentuais para conta corrente (que saltou de 18,4% para 78,2%), implica em afirmar que o Programa Agroamigo contribuiu para a bancarização dos agricultores familiares.

Embora os percentuais verificados para conta corrente sejam similares, percebe-se que o percentual de indivíduos do sexo masculino que afirmou ter este tipo de conta é ligeiramente superior ao percentual verificado no caso do sexo feminino.

Em relação ao acesso a contas poupança antes do Agroamigo, os percentuais verificados para o sexo feminino (51,8%) e masculino (51,6%) foram praticamente idênticos. Após o acesso ao crédito, estes percentuais permaneceram muito próximos, mas, neste caso, ligeiramente superiores aos do sexo masculino, aumentando expressivamente em ambos os sexos quando comparado com a situação antes do crédito.

**Gráfico 6 - Existência de Contas Bancárias X Sexo do entrevistado**



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Em termos de evolução do processo de bancarização, o sexo feminino apresentou aumento de 377% em relação à situação antes do crédito, e o sexo

masculino, 257%. É importante ressaltar que em ambos os sexos houve um expressivo avanço no que concerne à bancarização dos agricultores familiares.

### 5.8.3 Disponibilidade de crédito

Antes do acesso ao crédito do Agroamigo, 88,5% dos agricultores que participaram desta pesquisa declararam ter acesso a outras fontes de crédito. Deste percentual, 98,7% afirmaram possuir crediário, e 6,5% disseram ter cartão de crédito. Ninguém afirmou ter cheque especial.

Após o acesso ao crédito do Agroamigo, o percentual de indivíduos que afirmou ter crediário passou a ser de 96,2%, uma variação decorrente da redução do percentual de indivíduos que declarou não ter acesso a outros créditos. Além disto, 2,5% dos entrevistados afirmaram ter acesso a cheque especial e 22,8% declararam possuir cartão de crédito, neste último caso representando um aumento de 250%.

Os resultados encontrados contribuem para validar a afirmação de que o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste contribui significativamente para a bancarização e para a inclusão financeira dos agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA, tendo em vista o fato de que apenas 6,5% dos agricultores que declararam ter acesso a outras fontes de crédito possuíam acesso anterior ao crédito bancário (cartão de crédito ou cheque especial). Após o acesso ao crédito do Agroamigo este percentual aumentou para 25,3%, ainda considerado baixo mas já sinalizando um avanço no processo de inclusão financeira.

É certo que 87,4% de todos os que participaram da pesquisa tinham acesso a crediário, mas esta fonte de crédito, embora extremamente útil para o agricultor familiar, normalmente independe de comprovação criteriosa de renda.

**Tabela 29 - Disponibilidade de crédito**

	Antes do Agroamigo		Depois do Agroamigo	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Cheque especial	0	0,0	2	2,5
Crediário	76	98,7	76	96,2
Cartão de crédito	5	6,5	18	22,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 5.9 QUALIDADE DE VIDA

O questionário aplicado junto aos agricultores familiares que compuseram a amostra da presente pesquisa também contemplou algumas questões referentes à qualidade de vida dos clientes do Programa Agroamigo e suas respectivas famílias.

### 5.9.1 Alimentação no domicílio

O primeiro questionamento abordou o efeito do Agroamigo sobre a alimentação dos domicílios familiares. Expressiva parcela dos entrevistados (85%) declarou que a alimentação no domicílio melhorou depois do acesso ao crédito, e apenas 15% dos agricultores disseram que a alimentação permaneceu a mesma.

### 5.9.2. Acesso à educação

No que concerne ao acesso à educação, os resultados mostraram que 46% dos entrevistados declararam que o acesso à educação melhorou. Para 51,7%, nada mudou após o crédito do Agroamigo e para 2,3% o acesso à educação piorou.

Vale ressaltar que antes do acesso ao crédito 31% dos agricultores familiares que responderam ao questionário afirmaram não haver indivíduos em seu domicílio estudando. Depois do acesso ao crédito este percentual aumentou para 34,5%.

Já o percentual de agricultores que afirmaram ter membros da família frequentando escolas públicas depois do acesso ao crédito foi de 93%. Isto se justifica por dois motivos: em primeiro lugar, a quantidade de agricultores familiares que afirmou não ter indivíduos nos domicílios frequentando a escola aumentou de 31% para 34,5%, tendo efeito direto sobre os percentuais daqueles com membros domiciliares frequentando a escola; em segundo, porque o percentual de agricultores que afirmou ter membros da família frequentando a rede particular de ensino saiu de 0% para 5,3%.

A tabela a seguir traz informações mais completas acerca deste assunto:

**Tabela 30 - Acesso à rede de ensino**

Rede de ensino	Antes do Agroamigo		Depois do Agroamigo	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Pública	59	98,3	53	93,0
Particular	0	0,0	3	5,3
Pública e particular	1	1,7	1	1,8
Total	60	100,0	57	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.9.3. Assistência médica

Quando questionados acerca do acesso à assistência médica, 2,3% dos indivíduos afirmaram que não iam ao médico tanto antes quanto depois do acesso ao crédito do Agroamigo. Em relação aos que afirmaram buscar assistência médica quando necessário, 66% disseram que usavam apenas o atendimento público e 34% afirmaram que utilizavam tanto o atendimento público quanto o particular antes do acesso ao crédito do Agroamigo.

O percentual dos que afirmaram utilizar apenas o atendimento público após o acesso ao crédito do Agroamigo caiu para 56,5%, e dos que afirmaram usar o atendimento público e particular aumentou para 43,5%, mostrando uma sutil mas importante melhoria no que concerne à busca de atendimento médico com mais qualidade. Vasconcelos (2014) verificou que 100% dos entrevistados usavam o serviço público de saúde.

### 5.9.4 Acesso ao lazer

No que diz respeito ao efeito do crédito do Agroamigo para a melhoria nas condições de acesso ao lazer, para 40,2% dos entrevistados houve melhora depois do crédito e para 57,5% não houve nenhuma melhoria neste sentido, sendo que 2,3% não souberam responder se houve alguma variação influenciada pelo crédito. Vasconcelos (2014), em seu trabalho, observou que para 51,7% o acesso ao lazer permaneceu inalterado após o crédito do Agroamigo.

## 5.10 PERCEPÇÃO DO CLIENTE EM RELAÇÃO AO AGROAMIGO

O Programa Agroamigo foi bem avaliado pela maioria dos agricultores familiares que participaram desta pesquisa.

Os resultados mostraram que o Agroamigo contribuiu para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf, e que um percentual muito reduzido de agricultores identificou pontos negativos no programa.

### 5.10.1 Pontos positivos e negativos do Agroamigo

A pesquisa também buscou perceber como os agricultores familiares avaliam o programa Agroamigo. Para isso foi solicitado que cada entrevistado citasse pelo menos um ponto positivo e um ponto negativo do programa de microcrédito rural do BNB.

Dos entrevistados, 24,1% consideraram como ponto positivo o fato do programa proporcionar aumento da produção e do lucro; já 11,5% consideraram como pontos positivos o atendimento e a orientação prestados pelos agentes de microcrédito e 41,4% dos agricultores apontaram o bônus e as condições de pagamento como principais pontos positivos do programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste (Tabela 31).

**Tabela 31 - Pontos Positivos do Agroamigo**

	Número de indivíduos	%
Acesso à água	5	5,7
Acesso facilitado ao crédito	3	3,4
Atendimento e orientação dos agentes de microcrédito rural	10	11,5
Aumento da produção e do lucro	21	24,1
Bônus e condições de pagamento	36	41,4
Melhorias na propriedade	2	2,3
Melhoria na alimentação e qualidade de vida	2	2,3
Possibilidade de investir na produção e aumentar o lucro	4	4,6
Outros	4	4,6
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.



Um dado que chama a atenção é o fato de 88,5% dos entrevistados não identificarem nenhum ponto negativo no programa Agroamigo; conseqüentemente, apenas 11,5% dos agricultores perceberam ao menos um ponto negativo no Programa Agroamigo (Tabela 32). Os principais pontos negativos segundo os entrevistados foram data de pagamento não tomar como base a data de liberação (30%), prazo curto para pagamento (30%) e vistoria rigorosa (20%). Maciel (2008) verificou que 9,8% dos entrevistados consideraram o prazo para pagamento curto.

**Tabela 32 - Pontos Negativos do Agroamigo**

	Nº de indivíduos	%
Data de pagamento não toma como base a data de liberação	3	30,0
Demora na liberação	1	10,0
Muitas exigências	1	10,0
Prazo curto	3	30,0
Vistoria rigorosa	2	20,0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.10.2 Condições de vida

Para 95,4% dos agricultores familiares que participaram deste estudo, as condições de vida melhoraram após o acesso ao crédito do Agroamigo, e apenas 4,6% informado que não houve mudança em suas condições de vida. Esse resultado se assemelha ao encontrado por Maciel (2008), segundo o qual 97,6% dos agricultores familiares acreditam que os financiamentos do Agroamigo podem ajudar a melhorar suas condições de vida.

Dos indivíduos que perceberam melhora nas condições de vida, 47% afirmaram que fizeram esta avaliação porque o crédito do Agroamigo possibilitou que investissem na produção e que conseqüentemente obtivessem lucro. Para 20,5%, o programa de microcrédito do BNB aumentou a renda da família possibilitando adquirir produtos que antes não conseguiam, e 15,7% afirmaram que com o bônus de adimplência foi possível investir na casa e/ou na poupança. A tabela 36 traz todas as respostas a este questionamento.

Em relação aos que afirmaram terem as condições de vida permanecido as mesmas, as justificativas foram as seguintes: por não terem aplicado os recursos

adequadamente (50% dos casos), crédito insuficiente para melhorar as condições de vida (25%) e por conta dos animais financiados terem morrido (25%).

**Tabela 33 - Porque acha que as condições de vida melhoraram**

Por que as condições de vida melhoraram	Nº de indivíduos	%
Aumentou a renda da família possibilitando adquirir produtos que antes não conseguia	17	20,5
Ampliação no acesso à água	6	7,2
Investimentos na produção e obtenção de lucros	39	47,0
Com o bônus pode investir na casa e/ou na poupança	13	15,7
Comprou meio de transporte e/ou investiu na casa	3	3,6
Outros	5	6,0
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.10.3 Benefícios proporcionados pelo Agroamigo

Outro dado relevante é que 97,7% dos entrevistados afirmaram que o Agroamigo trouxe benefícios para si próprio e para sua família, e apenas 2,3% dos entrevistados afirmaram que o programa não lhes trouxe qualquer benefício.

Dentre os benefícios mencionados pelos agricultores (Tabela 34), o que mais se destacou foi o *aumento da produção, lucro e renda familiar* presente na resposta de 38,8% dos entrevistados, seguido de *melhorou a qualidade de vida* com 11,8% das respostas e do *acesso à água* destacado por 10,6% dos entrevistados.

**Tabela 34 – Maiores benefícios proporcionados pelo Agroamigo segundo os entrevistados**

Benefícios	Nº de indivíduos	%
Compra de bens	4	4,7
Aumento da produção, lucro e renda familiar	33	38,8
Acesso ao crédito	6	7,1
Acesso à água	9	10,6
Aumento do rebanho	8	9,4
Investiu/ampliou a propriedade	3	3,5
O bônus	5	5,9
Melhorou a qualidade de vida	10	11,8
Reforma da casa	7	8,2
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 5.11 ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS

Os grupos a seguir foram formados pela análise de agrupamento considerando matriz de distância de Gower e método de agrupamento *Unweighted Pair Group Method with Arithmetic Mean* (UPGMA)

### 5.11.1 Grupo 1

O Grupo 1 é formado por 03 (três) indivíduos que possuem as seguintes características em comum: ensino fundamental incompleto; cor parda; casados; tomaram financiamento para agricultura; aumento no lucro; não usa outro financiamento além do Agroamigo; não adquiriu máquinas ou equipamentos nem meios de transporte próprios após o acesso ao crédito do Agroamigo; não recebeu orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; residem em casas próprias; não possuíam conta corrente antes do crédito do agroamigo; tinham acesso a crediário antes de se tornarem clientes do Agroamigo; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; não encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; e as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

### 5.11.2 Grupo 2

O Grupo 2 é formado por 10 (dez) indivíduos com as seguintes características em comum: tomaram financiamento para agricultura e para a pecuária; constataram aumento no lucro; receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; tinham acesso a crediário antes de se tornarem clientes do Agroamigo, mas não tinham acesso a cheque especial nem cartão de crédito; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; e as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

### **5.11.3 Grupo 3**

O Grupo 3 é formado por 21 (vinte e um) indivíduos com as seguintes características em comum: tomaram financiamento apenas para a pecuária; não adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos.

### **5.11.4 Grupo 4**

O Grupo 4 é formado por 7 (sete) indivíduos com as seguintes características em comum: são de cor preta ou parda; tomaram financiamento apenas para a pecuária; tomaram crédito para a compra de suínos; o lucro aumentou; não adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; não recebeu orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; tinham conta poupança antes e depois do acesso ao crédito do Agroamigo; possuíam crediário antes de se tornarem clientes do Agroamigo; e as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

### **5.11.5 Grupo 5**

O Grupo 5 é formado por 13 (treze) indivíduos com as seguintes características em comum: são de cor preta ou parda; tomaram financiamento apenas para a pecuária; o lucro aumentou; não adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; recebeu orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; não utiliza equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; não tinha acesso a cartão de crédito antes do acesso ao crédito; não indicou pontos negativos no programa Agroamigo.

### **5.11.6 Grupo 6**

O Grupo 6 é formado por 13 (treze) indivíduos com as seguintes características em comum: tomaram financiamento apenas para a pecuária; não adquiriu máquinas

ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; não recebeu orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; não usa equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; não tinha acesso a cartão de crédito antes do acesso ao crédito do Agroamigo.

#### **5.11.7 Grupo 7**

O Grupo 7 é formado por 2 (dois) indivíduos com as seguintes características em comum: possuem ensino fundamental Incompleto; cor parda; são proprietários das terras exploradas; tomaram financiamento apenas para pecuária; tomaram crédito para a aquisição de aves; tem o cultivo de laranja como atividade principal; para o lucro aumentou; nenhum dos indivíduos usa outro financiamento além do Agroamigo; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos nem meios de transporte próprios após o acesso ao crédito do Agroamigo; indivíduos receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; residem em casas próprias; nenhum tinha conta corrente antes do crédito do Agroamigo; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; o acesso à educação permaneceu o mesmo, pois nenhum dos indivíduos estudava antes nem depois do acesso ao crédito; usavam assistência médica pública e particular antes e depois do crédito do Agroamigo; nenhum deles recebe assistência técnica; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

#### **5.11.8 Grupo 8**

O Grupo 8 é formado por 4 (quatro) indivíduos com as seguintes características em comum: possuem ensino fundamental Incompleto; cor preta ou parda; tomaram financiamento para agricultura e para pecuária; nenhum dos indivíduos tomou crédito para o plantio de limão; o lucro do negócio aumentou; nenhum dos indivíduos usa outro financiamento além do Agroamigo; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; nenhum deles usa equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; queimam as embalagens de agrotóxicos; residem em casas próprias; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo;

nenhum dos agricultores recebe assistência técnica; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

#### **5.11.9 Grupo 9**

O Grupo 9 é formado por 3 (três) indivíduos com as seguintes características em comum: tem cor preta ou parda; tomaram financiamento para agricultura e para pecuária; nenhum dos indivíduos tomou crédito para o plantio de limão; tomaram crédito para a compra de aves; o lucro do negócio aumentou; nenhum dos indivíduos usa outro financiamento além do Agroamigo; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos nem meios de transporte próprio após o acesso ao crédito do Agroamigo; não houve orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; os indivíduos queimam as embalagens de agrotóxicos; passaram a residir em casas próprias após o crédito do Agroamigo; nenhum tinha conta corrente antes do crédito do Agroamigo; possuíam crediário; nenhum dos indivíduos tinha acesso a cartão de crédito antes de se tornarem clientes do Agroamigo; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; passaram a usar tanto o serviço médico público quanto o particular após o acesso ao Agroamigo; nenhum dos agricultores recebe assistência técnica; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

#### **5.11.10 Grupo 10**

O Grupo 10 é formado por 2 (dois) indivíduos com as seguintes características em comum: tem cor parda; convivem em união estável; são comodatários; tomaram financiamento para agricultura; a cultura principal é a mandioca; o lucro do negócio aumentou; recebem Bolsa Família; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos nem meios de transporte próprio após o acesso ao crédito do Agroamigo; realizaram melhorias nos estabelecimentos; não houve orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; não usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; nenhum dos agricultores tinha conta corrente antes do crédito do Agroamigo; passaram a ter contas corrente após o crédito do Agroamigo; já possuíam poupanças antes do crédito do Agroamigo; já possuíam crediário antes

do crédito do Agroamigo; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo; consideraram o acesso à água o maior benefício proporcionado pelo Agroamigo.

#### **5.11.11 Grupo 11**

O Grupo 11 é formado por 2 (dois) indivíduos com as seguintes características em comum: tem cor preta ou parda; convivem em união estável; são comodatários; tomaram financiamento para agricultura; tomaram o crédito para laranja e limão; informaram que as culturas principais são laranja e limão; o lucro do negócio aumentou; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; realizaram melhorias nos estabelecimentos; todos receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; não usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; todos residem em casas próprias; nenhum dos agricultores tinha conta corrente antes do crédito do Agroamigo; todos os indivíduos já possuíam crediário antes do crédito do Agroamigo; nenhum dos indivíduos tinha acesso a cheque especial antes de se tornarem clientes do Agroamigo; para todos a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; o acesso à educação no domicílio melhorou; antes do acesso ao crédito os indivíduos estudavam em escolas públicas e passaram a estudar em escolas particulares após o acesso ao crédito; para todos o acesso ao lazer melhorou; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

#### **5.11.12 Grupo 12**

O Grupo 12 é formado por 03 (três) indivíduos com as seguintes características em comum: tem cor parda; são comodatários; tomaram financiamento para agricultura; o lucro do negócio aumentou; recebem Bolsa Família; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; realizaram melhorias nos estabelecimentos; receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; não usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; passaram a residir em casas próprias após o crédito do Agroamigo; nenhum dos agricultores tinha conta corrente antes do crédito do

Agroamigo já possuíam crediário antes do crédito do Agroamigo; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; o acesso à educação no domicílio melhorou; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

#### **5.11.13 Grupo 13**

O Grupo 13 é formado por 02 (dois) indivíduos com as seguintes características em comum: são de cor parda; são proprietários das terras exploradas; tomaram financiamento para agricultura e pecuária; tomaram crédito para o cultivo de laranja; informaram que a laranja é a cultura principal; o lucro do negócio aumentou; nenhum dos indivíduos usa outro financiamento além do Agroamigo; recebem aposentadoria; nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; realizaram melhorias nos estabelecimentos; nenhum dos indivíduos recebeu orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; não usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; nenhum deles recebeu orientação para preservação de nascentes; todos residem em casas próprias; todos os indivíduos já possuíam conta corrente antes do crédito do Agroamigo; nenhum destes indivíduos possui crediário antes do crédito do Agroamigo, permanecendo esta condição inalterada após o acesso ao crédito; nenhum dos indivíduos tem acesso a cartão de crédito; a alimentação do domicílio melhorou depois do acesso ao Agroamigo; o acesso à educação no domicílio permaneceu inalterado; o acesso ao atendimento médico permaneceu inalterado; o acesso ao lazer permaneceu inalterado; nenhum dos indivíduos conta com assistência técnica; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; as condições de vida melhoraram após o crédito do Agroamigo.

#### **5.11.14 Grupo 14**

O Grupo 14 é formado por 02 (dois) indivíduos com as seguintes características em comum: possuem ensino fundamental Incompleto; são de cor preta ou parda; são proprietários das terras exploradas; tomaram financiamento para agricultura; tomaram crédito para o cultivo de laranja; a laranja é a cultura principal; o lucro do negócio aumentou; nenhum dos indivíduos usa outro financiamento além do Agroamigo;



nenhum deles adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; nenhum dos indivíduos recebeu orientação para uso adequado dos agrotóxicos; receberam orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; queimam as embalagens dos agrotóxicos; usam equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos; nenhum deles recebeu orientação para preservação de nascentes; residem em casas próprias; nenhum dos indivíduos possuía conta corrente nem poupança antes do crédito do Agroamigo; passaram a ter contas poupanças depois do crédito do Agroamigo; passaram a ter crediário depois do acesso ao Agroamigo; afirmaram que o acesso à educação no domicílio permaneceu inalterado; afirmaram que o atendimento médico antes do acesso ao Agroamigo era exclusivamente público, passando a ser público e privado depois do acesso ao programa de microcrédito; o acesso ao lazer melhorou; nenhum dos indivíduos conta com assistência técnica; apontaram o aumento da produção e do lucro como pontos positivos do Agroamigo; nenhum deles encontrou pontos negativos no programa Agroamigo; o aumento da produção, do lucro e da renda familiar foram apontados como os maiores benefícios por todos os indivíduos deste grupo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitiram gerar o seguinte perfil dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf de Governador Mangabeira – BA: a prevalência de clientes do sexo feminino, predominantemente casados ou vivendo em união estável, com baixo nível de escolaridade, de cor preta ou parda, com forte participação de indivíduos de mais de 50 anos e renda bruta familiar anual média igual a R\$ 5.035,00, com cerca de 60% de beneficiários do Programa Bolsa Família. Estes mesmos resultados propiciaram a elaboração de documento técnico intitulado “Relatório de Resultados do Programa Agroamigo no Município de Governador Mangabeira – BA” (Apêndice D), que servirá para balizar tomadas de decisões futuras relativas ao programa não só no município em questão mas em outros de natureza e características similares.

A pesquisa evidenciou certa fragilidade em relação à propriedade dos meios de produção por parte dos clientes do Agroamigo no município em questão, já que cerca de  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados declararam ser comodatários.

Também constatou-se que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais é muito pequeno, não sendo superior a 1,52 hectare, e que quase a metade dos agricultores familiares que participaram desta pesquisa (49,3%) exploram suas atividades em áreas iguais ou inferiores a 1 ha, ocupando em média 76,2% da área das propriedades com as culturas principais: mandioca (70,1%) e laranja (59,8%).

Em se tratando do destino do crédito, a expressiva maioria dos agricultores familiares (86,2%) tomou crédito para a pecuária, com a avicultura e a suinocultura ocupando papel de destaque, certamente porque estas atividades demandam pequenas áreas.

O Programa Agroamigo contribuiu para o aumento do lucro de 96,5% dos entrevistados. Vale ressaltar que não foi utilizado nenhum método econômico-financeiro para se chegar a este resultado, pois a pesquisa baseou-se exclusivamente na percepção dos agricultores familiares entrevistados.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi identificar atitudes sustentáveis na produção agropecuária e exploração do ambiente, praticadas pelos clientes do Agroamigo no município de Governador Mangabeira.

Cerca de  $\frac{2}{3}$  dos entrevistados receberam algum tipo de orientação acerca do uso sustentável dos recursos naturais. Estes resultados são bastante positivos,

embora mostrem que há uma quantidade expressiva de indivíduos que não receberam orientações desta natureza ou não compreenderam as orientações recebidas. A assistência técnica neste caso revela-se de grande importância, já que 79,3% dos indivíduos que informaram ter recebido assistência também declararam ter obtido orientação para o uso sustentável de recursos naturais.

Em se tratando da orientação para o uso de agrotóxicos, cerca de 61% dos entrevistados informaram ter recebido este tipo de orientação, sendo os fornecedores destes insumos os principais responsáveis. A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) apareceu com apenas 13,2% das respostas, resultado que demonstra o quão delicado é o momento que a assistência técnica baiana vem passando.

O agente de microcrédito aparece como principal responsável por prestar orientação para a preservação de nascentes, com 39,6% de participação nas respostas. Embora tenha sido apontado como o principal responsável por prestar este tipo de orientação, o programa precisa ampliar sua contribuição para a formação de uma consciência ambiental por parte dos agricultores familiares.

Vale ressaltar que, embora figure como um dos objetivos deste programa de microcrédito, esta tarefa não é de sua exclusiva responsabilidade, cabendo principalmente aos órgãos de assistência técnica e entidades representativas dos agricultores familiares. O momento crítico pelo qual a assistência técnica baiana vem passando e que culminou com a extinção da EBDA impactam negativamente no alcance de melhores resultados no que concerne à dimensão ambiental.

Os resultados apresentados mostraram que o Programa Agroamigo contribuiu expressivamente para o processo de inclusão financeira dos Agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA. Para quase 80% desses agricultores, o programa de microcrédito rural do BNB era a única fonte de financiamento na ocasião da aplicação dos questionários.

É relevante mencionar que, embora o percentual de indivíduos que acessaram outros financiamentos seja equivalente a apenas 1/5 dos entrevistados, o Crediamigo, outro importante programa de microcrédito do BNB, aparece como principal opção.

O Programa Agroamigo também contribuiu para a bancarização dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf de Governador Mangabeira – BA, ampliando o acesso dos clientes do programa a contas bancárias, alcançando a quase

totalidade de 100% quando consideradas as duas modalidades de contas (corrente e poupança).

No que concerne à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, esta pesquisa constatou que a expressiva maioria dos entrevistados (85%) declarou ter a alimentação do domicílio melhorado após o crédito do Agroamigo; entretanto, pouco menos da metade dos indivíduos (46%) afirmaram que a educação dos membros da família melhorou.

Em se tratando do acesso ao serviço médico, verificou-se que o Agroamigo contribuiu sutilmente para o acesso a serviços médicos, já que após este acesso o percentual de indivíduos que frequentavam o serviço médico particular aumentou em 28%.

No que diz respeito aos grupos formados pela análise de agrupamento, considerando a matriz de distância de Gower e o método de agrupamento UPGMA, apesar deste método ter gerado 14(catorze) grupos, percebeu-se que os grupos 2, 3, 4,5 e 6 concentraram 73,6% dos entrevistados.

O Grupo 3 foi o que apresentou a maior concentração de clientes do Agroamigo (24,1%), tendo como principais características as seguintes: financiamento apenas para a pecuária; não adquiriu máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo; recebeu orientação para o uso sustentável dos recursos naturais; utilização de equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos;

As características que apresentaram maior contribuição para descrever o perfil dos agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA tomadores do crédito do Agroamigo foram: não ter adquirido máquinas ou equipamentos após o acesso ao crédito do Agroamigo (88,5%); tomar crédito para a pecuária (86,2%); registrar aumento no lucro (61%); ter recebido orientação para o uso sustentável de recursos naturais (65,5%).

O Programa Agroamigo foi bem avaliado pela expressiva maioria dos agricultores familiares que participaram desta pesquisa, e o fato de apenas 11,5% ter identificado pontos negativos no programa mas que para 95,4% dos entrevistados as condições de vida melhoraram, pode-se constatar que o Agroamigo está cumprindo seu papel no que concerne ao desenvolvimento regional do município de Governador Mangabeira - BA. Em suma, os resultados expostos ratificam a importância do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste para o processo de bancarização e,

principalmente, para a inclusão financeira dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf do município baiano de Governador Mangabeira.

Ações como a ampliação da distribuição da Cartilha Meio Ambiente do Agroamigo, e a realização de palestras e oficinas que abordem a temática, podem contribuir para que o programa atinja seu objetivo de conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

Da mesma forma, sugere-se que outros estudos desta natureza, mas com maior abrangência territorial, sejam realizados pelo banco visando à obtenção de informações que proporcionem uma melhoria contínua ao Programa Agroamigo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; et al. **Cinco anos do Agroamigo**: retrato do público e efeitos do Programa. 2.<sup>a</sup> ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. 2005. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Caderno de Ciência e Tecnologia**, 22(1):53-66.

Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8687/4873>>. Acesso em 26 Set. 2014.

BADER, Marcos; SAVOIA, José Roberto Ferreira. **Logística da distribuição bancária**: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 53, n. 2, abr. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 08 maio 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL(BACEN). **II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2010. 134 p. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais\\_II\\_forum\\_inclusao\\_financeira.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_II_forum_inclusao_financeira.pdf)>. Acesso em: 22 ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Manual do Crédito Rural**: MCR. Brasília, DF, 2012.

Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL(BNB). **Perfil do Banco do Nordeste**: Municípios Atendidos. Disponível em:

< <http://www.bnb.gov.br/municipios-atendidos>>. Acesso em 05 dez. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar**: grupos e linhas. Disponível em: <[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)>. Acesso em: 22 abr. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Agroamigo**: Apresentação. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 06 de abril de 2015c.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2013 Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**.

Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 22 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual Básico - Operações de Crédito**. Fortaleza. 2015. Disponível em : <<http://www.bnb.gov.br/normas-roteiros-e-recomendacoes>>.

Acesso em 01 Out. 2015d.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2014 Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**.

Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015e.

Disponível em :

<[http://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/relatorio\\_microfinancas\\_2014.pdf/cfd82dce-c521-44aa-b9a2-ba80f7220f51](http://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/relatorio_microfinancas_2014.pdf/cfd82dce-c521-44aa-b9a2-ba80f7220f51)>. Acesso em 11 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Relatório de Resultados 2009.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011

\_\_\_\_\_. **Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2013.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014. Disponível em : < <http://www.bnb.gov.br/sobre-o-nordeste-fne>>. Acesso em 10 de novembro de. 2014.

BASTOS, Livia Tiemi. **Microcrédito com responsabilidade individual:** análise da possibilidade de criação de valor compartilhado. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade de São Paulo, 2012.. Disponível em : <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022013-160902/pt-br.php>>. Acesso em 23 Abr. 2013.

BRAGA, Thaiz Silveira **.Programas públicos de microcrédito produtivo orientado:** uma avaliação da eficácia do CrediAmigo para inserção da população de baixa renda do setor Informal no mercado de crédito.Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em : <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/> .> Acesso em 03 Jun. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2015.

BRASIL. CASA CIVIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.110, de 25 de abril de 2005.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/> >. Acesso em: 06 mai. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Lista de DAP do Município de Governador Mangabeira - BA.** Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2000. 74 p. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTts4E7R59.pdf>>. Acesso em 12 ago.2014.

\_\_\_\_\_. **Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B).** Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/microcr%C3%A9dito-rural>>. Acesso em 11 dez. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Presidencial 1.946, de 28 de Julho de 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 06 mai. 2015.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 48, n. 6, p. 1475 a 1502, jan. 2014. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/36706>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; BRAGA, Marcelo José. Microfinanzas y Políticas Públicas en Brasil: Una Evaluación del Programa CrediAmigo en la Percepción de los Actores Implicados. In: CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS GIGAPP-IUOG, 3., 2012, Madrid. **Estudios/Working Papers GIGAPP**. Madrid: Gigapp- Iuiog, 2013. v. 26, p. 1 - 18. Disponível em: <[http://www.gigapp.org/administrator/components/com\\_jresearch/files/publications/WP-2013-26.pdf](http://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/WP-2013-26.pdf)>. Acesso em: 17 de set. 2014.

CARVALHO, F. F. V. **Expansão territorial de um programa de microcrédito por meio de parceria estado-terceiro setor: o caso viva cred-crediamigo**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial)-Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6673/Fernanda?sequence=1>>. Acesso em 12 Dez. 2014.

CASTRO, César Nunes de; RESENDE, Guilherme Mendes; PIRES, Murilo José de Souza. **Avaliação dos Impactos Regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar ( Pronaf)**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 54 p. 1974 Texto Para Discussão. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=22831](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22831)>. Acesso em: 01 out. 2014.

CHARRAD, M.; GHAZZALI, N.; BOITEAU, V.; NIKNAFS, A. (2011) NbClust: **An examination of indices for determining the number of clusters. R package version 1.4**. Disponível em:< <http://cran.r-project.org/web/packages/NbClust/index.html>>. Acesso em: 11 out 2015.

CORSINI, J. N. M. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do centro de apoio aos pequenos empreendimentos da Bahia – Ceape-Bahia**. Salvador, 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Salvador, Salvador. Disponível em : <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E32F8FF4A4D/micro\\_insercao\\_social\\_cidadesbaianas.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E32F8FF4A4D/micro_insercao_social_cidadesbaianas.pdf)>. Acesso em 25 jul.2014.

GOWER, J. C. **A general coefficient of similarity and some of its properties**. *Biometrics*, Arlington, v. 27, n. 4, p. 857-874. 1971.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Rev. Econ. Social. Rural**, Brasília: v. 50, n. 2, jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000200009&script=sci_arttext) Acesso em 06 Mar. 2015.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO Alberto; VIDAL, Maria de Fátima **Agricultura familiar no nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 16 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 16 Jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Contas Nacionais nº 42. Contas Regionais do Brasil 2012**, Rio de Janeiro. 2014a. Disponível em : <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Regionalis/2012/pdf/contas\\_regionais\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionalis/2012/pdf/contas_regionais_2012.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica: Estimativas da população dos municípios brasileiros com data referência em 1º de julho de 2014**. Rio de Janeiro. 2014b. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise\\_estimativas\\_2014.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf). Acesso em 16 Jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro. 2014c. Disponível em: < [ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/divisao\\_territorial](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial)>. Acesso em 12 dez. 2015

\_\_\_\_\_. **Governador Mangabeira**: Informações completas. 2014d. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291160&search=ba hial|governador-mangabeira|infograficos:-informacoes-completas](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291160&search=ba%20hial|governador-mangabeira|infograficos:-informacoes-completas)>. Acesso em 12 dez. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização do Público Potencial do PRONAF “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais**: ma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2013. 70 p.  
Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/1.pdf>>. Acesso em: 01 Abr. 2015.

LEVINE, D. M. / BERENSON, M. L. / STEPHAN, David. **Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DO AGROAMIGO EM CAUCAIA-CE**. 2008. 252 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.mapp.ufc.br/images/dissertações/2008/DISSERTACAO-de-Iracy-Soares-Ribeiro-Maciel-230609.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

MACIEL, H. M. KHAM, A. S. MAYORGA, R. D. JÚNIOR, J. S. A. O Impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na Melhoria das Condições das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 559-586, 2009.

**Microfinanzas Américas**: las 100 mejores, edición 2014 .

Disponível em: <<http://services.iadb.org/mifdoc/website/publications/52b91a89-0858-4378-bad8-8e1e48542e40.pdf>> Acesso em 25 Mai. 2015.

MONZONI NETO, M. P. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 2006. 194 f. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em :< <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2499>>. Acesso em 26 Mar. 2015.

MOTA, Wilton Luiz da; SANTANA, José Ricardo. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no nordeste: uma avaliação a partir do programa Crediamigo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 1, p.25-48, Janeiro/ Março 2011. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1225](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1225)>. Acesso em: 26 jul. 2014.

NERI, Marcelo Côrtes. **Microempresários Nordestinos Rurais e Impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro; FGV, CPS, 2012, 221 p. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/>>. Acesso em 04 Nov. 2013.

NERI, Marcelo Côrtes. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**: Perfil e performance dos clientes do Crediamigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NERI, M.; BUCHMANN, G.; HARRIS, H.; ANDARI, A. **Microcrédito**: teoria e prática. In: NERI, M. (org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**: perfil e performance dos clientes do Crediamigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. Experimentando microcrédito: uma análise de impacto do Crediamigo no acesso a crédito. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 1, p. 133-154, 2010.

PIRES, Murilo José de Souza. **Contradições em Processo**: Um Estudo da Estrutura e Evolução do PRONAF de 2000 a 2010. Brasília: Ipea, 2013. 68 p. 1914 Texto Para Discussão. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2433/1/TD\\_1914.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2433/1/TD_1914.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2014.

PNUD **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em : <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 15 Abr. 2015.

R Core Team (2014). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <http://www.R-project.org/>.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. et al. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em 19 nov. 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS(SEBRAE). **Gestão Financeira**: Classificações das instituições de microfinanças. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Classifica%C3%A7%C3%B5es-das-institui%C3%A7%C3%B5es-de-microfinan%C3%A7as>>. Acesso em 04 dez. 2015.

SNEATH, P. H.; SOKAL, R. R. *Numerical taxonomy: The principles and practice of numerical classification*. San Francisco: W.H. Freeman, 1973. 573p.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2ª Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. 202 p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 25 ago. 2014.

SOKAL, R. R. and ROHLF, F. J. **The comparison of dendrograms by objective methods**. *Taxon*, v.11 p.33-40. 1962.

SOUZA, Jane Mary Gondim de. **Microcrédito em Fortaleza**: Um instrumento de redução da pobreza. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.a., 2011. 118 p. (Documentos do Etene; nº 30).

TEIXEIRA, M.A.; SOARES, R.B.; BARRETO, F.A. **Condicionantes adicionais para a saída da situação de pobreza**: o caso dos clientes do Crediamigo. In: NERI, M. (org.). *Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VAN ROOYEN, C.; STEWART, R.; WET, T. de. **The Impact of Microfinance in Sub-Saharan Africa**: A Systematic Review of the Evidence. *World Development*. v. 40, n. 11, p.2249-2262, nov. 2012. Elsevier. Disponível em: <<http://dx.doi.org/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

VASCONCELOS, Bruno Cavalcante de. **O programa de microcrédito rural AGROAMIGO na busca pela melhoria na renda e nas condições de vida dos beneficiários no município de Rio Tinto – PB**. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11562/DISSERTAÇÃO Bruno Cavalcante de Vasconcelos.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11562/DISSERTAÇÃO%20Bruno%20Cavalcante%20de%20Vasconcelos.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ZUBELLI, Luana Maíra Rufino Alves. **Perspectivas do microcrédito para a redução da pobreza no Brasil**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO AGROAMIGO



### QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO AGROAMIGO\*

#### Identificação do(a) Entrevistado(a)

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo:

\_\_\_\_\_

#### Escolaridade:

1 ( ) Não alfabetizado; 2 ( ) Fundamental incompleto; 3 ( ) Fundamental completo; 4 ( ) Ensino Médio incompleto; 5 ( ) Ensino Médio completo; 6 ( ) Superior incompleto; 7 ( ) Superior completo; 8 ( ) Ensino Técnico; 9 ( ) Outros; 10 ( ) Não sabe/Não respondeu

Qual o número de pessoas alfabetizadas na família?<sup>1</sup>

a) ( ) Crianças – 0 a 11 anos; b) ( ) Adolescentes – 12 a 18 anos; c) ( ) Adultos – 19 a 59 anos; d) ( ) Idosos – 60 anos ou mais.

<sup>1</sup> Tomou-se como base as faixas etárias definidas para crianças, adolescentes e idosos preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13/07/1990) e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 01/10/de 2003)

#### Cor:

( ) Branca; ( ) Preta; ( ) Amarela; ( ) Parda; ( ) Indígena; ( ) Não sabe/Não respondeu

#### Estado Civil:

( ) Casado(a); ( ) Viúvo(a); ( ) Solteiro(a); ( ) Separado(a)/Divorciado(a); ( ) União Estável

#### Dados do Empreendimento

1) Qual a condição de uso da terra?

( ) Arrendatário\Comodatário; ( ) Meeiro; ( ) Parceiro; ( ) Posseiro; ( ) Proprietário; ( ) Ignorado.

2) Qual a área da sua propriedade?

\_\_\_\_\_

3) Qual(is) a(s) cultura(s) principal(is)?

\_\_\_\_\_

4) Quanto da terra é ocupada pela(s) cultura(s) principal(is)?

\_\_\_\_\_

5) Qual foi a atividade econômica financiada?

a) ( ) Agricultura - Qual cultura? \_\_\_\_\_; b) ( ) Pecuária – avicultura; c) ( ) Pecuária – Bovinocultura de corte; d) ( ) Pecuária – Bovinocultura de leite; e) ( ) Pecuária

- caprinocultura; f) ( ) Pecuária – ovinocultura; g) ( ) Pecuária – suinocultura; h) ( ) Outras atividades (Especificar) \_\_\_\_\_
- 6) Depois do crédito do Agroamigo o lucro do seu negócio:
- a) ( ) Aumentou; b) ( ) Aumentou muito; c) ( ) Diminuiu; d) ( ) Diminuiu muito;  
e) ( ) Permaneceu; f) ( ) Não sabe/Não respondeu
- 7) Antes do Agroamigo o(a) senhor(a) tomou crédito no âmbito do Pronaf B Tradicional?
- a) ( ) Sim b) ( ) Não. 7.1. Se sim, quantas vezes? \_\_\_\_\_
- 8) Tomou crédito no âmbito do Pronaf Semiárido Seca Grupo B?
- a) ( ) Sim b) ( ) Não.
- 9) Utiliza outro financiamento além do Agroamigo?
- a) ( ) Sim b) ( ) Não. 8.1.) Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_
- 10) Recebe algum(ns) do(s) seguinte(s) benefício(s) social(is)?
- a) ( ) Bolsa Família; b) ( ) Aposentadoria Rural ; c) ( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI d) ( ) Benefício de Prestação Continuada – BPC ; e) ( ) Não recebe benefícios sociais ; f) ( ) Outros - Especificar \_\_\_\_\_
- 11) Já teve acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE?
- a) ( ) Sim b) ( ) Não.  
11.1. Se sim, quantas vezes? \_\_\_\_\_
- 12) Já teve acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?
- a) ( ) Sim b) ( ) Não.  
12.1 Se sim, quantas vezes? \_\_\_\_\_
- 13) Que melhorias foram realizadas no estabelecimento após o Agroamigo?
- Aquisição de máquinas e equipamentos. a) ( ) Sim b) ( ) Não  
Quais? \_\_\_\_\_
- \_ Ampliação/ melhoria das instalações. a) ( ) Sim b) ( ) Não
- Aquisição de meio de transporte próprio (carro, bicicleta, moto) a) ( ) Sim b) ( ) Não
- Troca de veículo por um mais moderno a) ( ) Sim b) ( ) Não
- Outro \_\_\_\_\_ a) ( ) Sim b) ( ) Não
- 14) Houve orientação para o uso adequado dos recursos naturais?
- a) ( ) Sim b) ( ) Não  
14.1 Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 15) Como o(a) senhor(a) faz o descarte das embalagens dos agrotóxicos?  
\_\_\_\_\_
- 16) Quando o(a) senhor(a) aplica agrotóxicos o senhor utiliza algum equipamento de proteção?

a) ( ) Sim; b) ( ) Não.

16.1. Se sim, qual ou  
quais? \_\_\_\_\_

17) O(a) senhor(a) recebeu orientação para o uso adequado dos agrotóxicos?

a) ( ) Sim; b) ( ) Não;

17.1. Se sim, de  
quem? \_\_\_\_\_

17.2. Se sim o(a) senhor(a) vem agindo conforme orientado? ( ) Sim; ( ) Não.

17.3. Se não, por quê?  
\_\_\_\_\_

18) O senhor recebeu alguma orientação referente à preservação das nascentes?

( ) Sim; b) ( ) Não.

18.1. Se sim, de  
quem? \_\_\_\_\_;

18.2. Se sim o(a) senhor(a) vem agindo conforme orientado?

18.3 Se não, por quê?

### Domicílio

19) Condições de ocupação do domicílio:

#### Antes do Crédito

- 1 ( ) Próprio  
2 ( ) Alugado  
3 ( ) Cedido  
4 ( ) Outra \_\_\_\_\_

#### Depois do Crédito

- 1 ( ) Próprio  
2 ( ) Alugado  
3 ( ) Cedido  
4 ( ) Outra: \_\_\_\_\_

20) Qual o número de pessoas na família?<sup>1</sup>

- a) ( ) Crianças – 0 a 11 anos; b) ( ) Adolescentes – 12 a 18 anos; c) ( ) Adultos – 19 a 59 anos;  
d) ( ) Idosos – 60 anos ou mais.

21) Além da atividade rural, existe outra fonte de renda na família?

#### Antes

- 1 ( ) Aluguéis R\$ \_\_\_\_\_  
2 ( ) Outras atividades no campo R\$ \_\_\_\_\_  
R\$ \_\_\_\_\_  
3 ( ) Outras atividades na cidade R\$ \_\_\_\_\_  
R\$ \_\_\_\_\_  
4 ( ) Aposentadoria ou pensão R\$ \_\_\_\_\_  
R\$ \_\_\_\_\_

#### Depois

- 1 ( ) Aluguéis R\$ \_\_\_\_\_  
2 ( ) Outras atividades no campo  
3 ( ) Outras atividades na cidade  
4 ( ) Aposentadoria ou pensão

22) Bancarização

#### Antes

- 1 ( ) Poupança  
2 ( ) Conta corrente  
3 ( ) Outras aplicações

#### Depois

- 1 ( ) Poupança  
2 ( ) Conta corrente  
3 ( ) Outras aplicações

23) Disponibilidade de crédito

#### Antes

#### Depois

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 ( ) Cheque especial              | 1 ( ) Cheque especial              |
| 2 ( ) Crediário                    | 2 ( ) Crediário                    |
| 3 ( ) Cartão de crédito            | 3 ( ) Cartão de crédito            |
| 4 ( ) Sem acesso a outros créditos | 4 ( ) Sem acesso a outros créditos |

### Qualidade de Vida

24) Depois que entrou no Agroamigo, a alimentação do seu domicílio...

- a) ( ) Melhorou b) ( ) Permanece a mesmo c) ( ) Piorou d) ( ) Não sabe/Não respondeu

25) Acesso à Educação

- a) ( ) Melhorou b) ( ) Permanece o mesmo c) ( ) Piorou d) ( ) Não sabe/Não respondeu

#### Antes

- 1 ( ) Pública  
2 ( ) Particular  
3 ( ) Curso de capacitação  
4 ( ) Ninguém estudava

#### Depois

- 1 ( ) Pública  
2 ( ) Particular  
3 ( ) Curso de capacitação  
4 ( ) Ninguém estuda

26) Em relação à Assistência Médica

#### Antes

- 1 ( ) Não vai ao médico  
2 ( ) Atendimento público  
3 ( ) Plano de Saúde  
4 ( ) Outros

#### Depois

- 1 ( ) Não vai ao médico  
2 ( ) Atendimento público  
3 ( ) Plano de Saúde  
4 ( ) Outros

27) O acesso ao Lazer

- a) ( ) Melhorou b) ( ) Permanece o mesmo c) ( ) Piorou d) ( ) Não sabe/Não respondeu

28) O(a) Senhor(a) conta com assistência técnica?

- ( ) Sim ( ) Não.

28.1.) \_\_\_\_\_ Se \_\_\_\_\_ sim, \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ que  
frequência? \_\_\_\_\_

29) Cite, ao menos, um ponto positivo e um ponto negativo do Programa Agroamigo

Ponto positivo: \_\_\_\_\_

Ponto

Negativo: \_\_\_\_\_

30) Para o(a) Senhor(a) e sua família, após o Agroamigo:

- 1 ( ) As condições de vida melhoraram.

Por

quê? \_\_\_\_\_

—

- 2 ( ) As condições de vida permaneceram as mesmas.

Porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 3 ( ) As condições de vida pioraram.

Por  
quê? \_\_\_\_\_  
—

31) O Agroamigo trouxe algum(ns) benefício(s) para o(a) Senhor(a) e sua família?

( ) Sim      ( ) Não

32) Se sim, qual foi o maior benefício?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

33) O senhor(a) é filiado(a) ao Sindicato de Trabalhadores Rurais?

( ) Sim      ( ) Não

Por  
quê? \_\_\_\_\_  
—

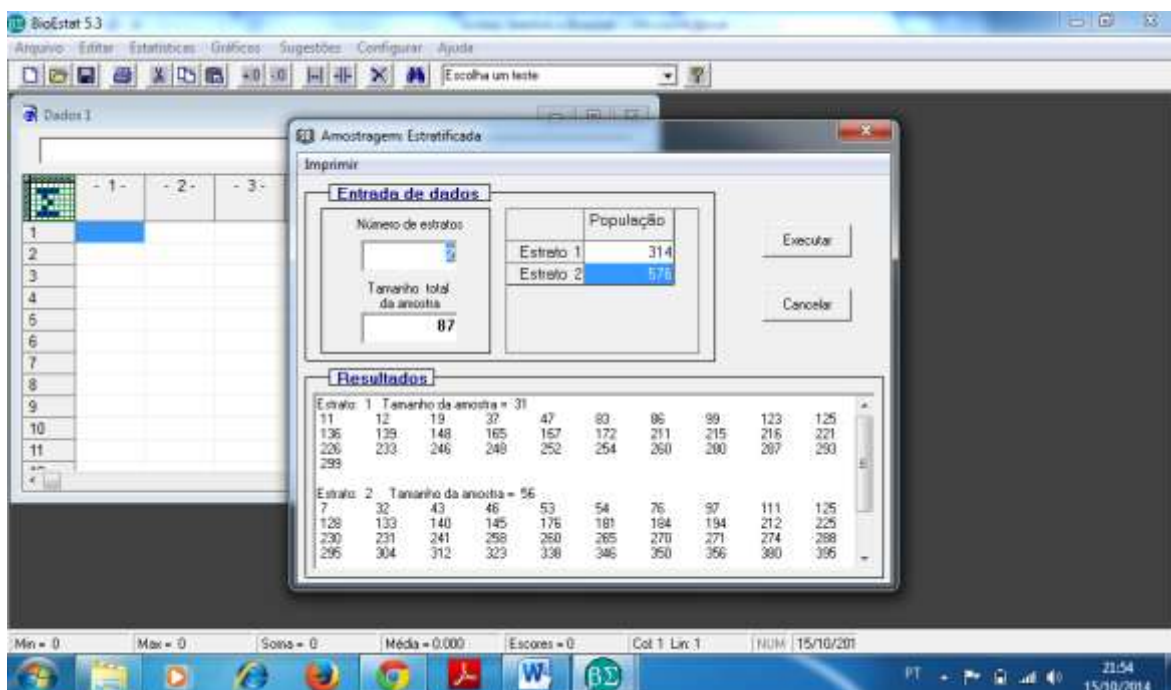
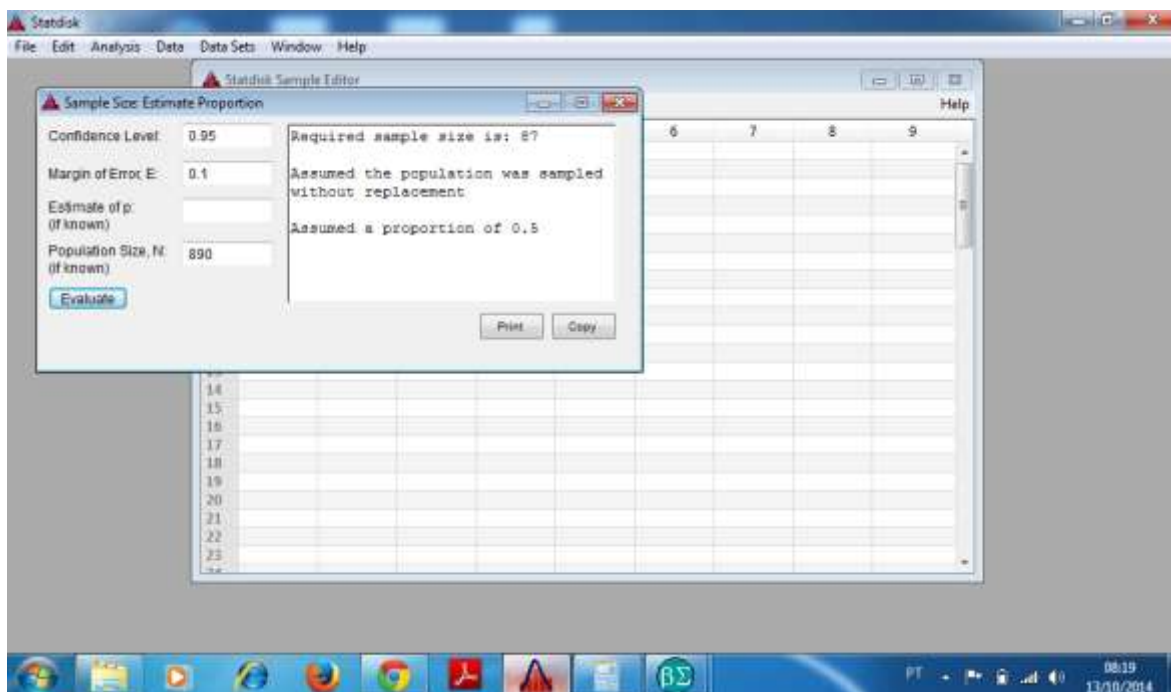
34) O senhor(a) é membro de alguma associação comunitária ou cooperativa de produtores rurais?

( ) Sim      ( ) Não

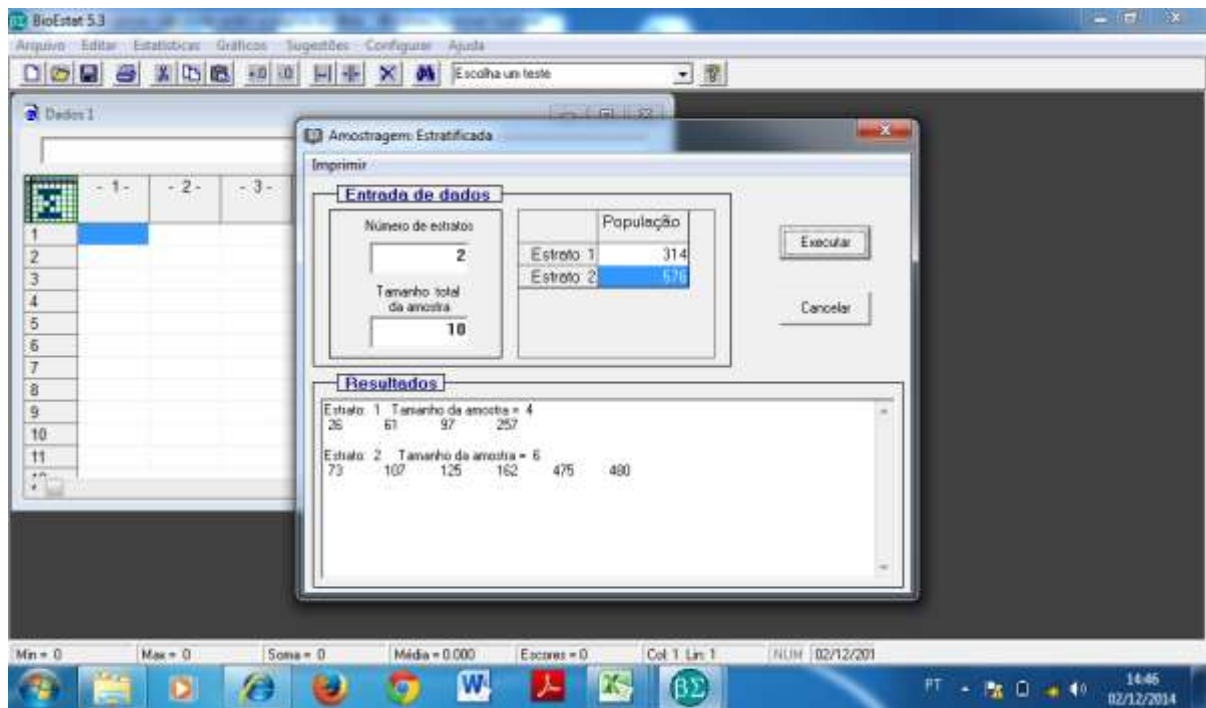
Por  
quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



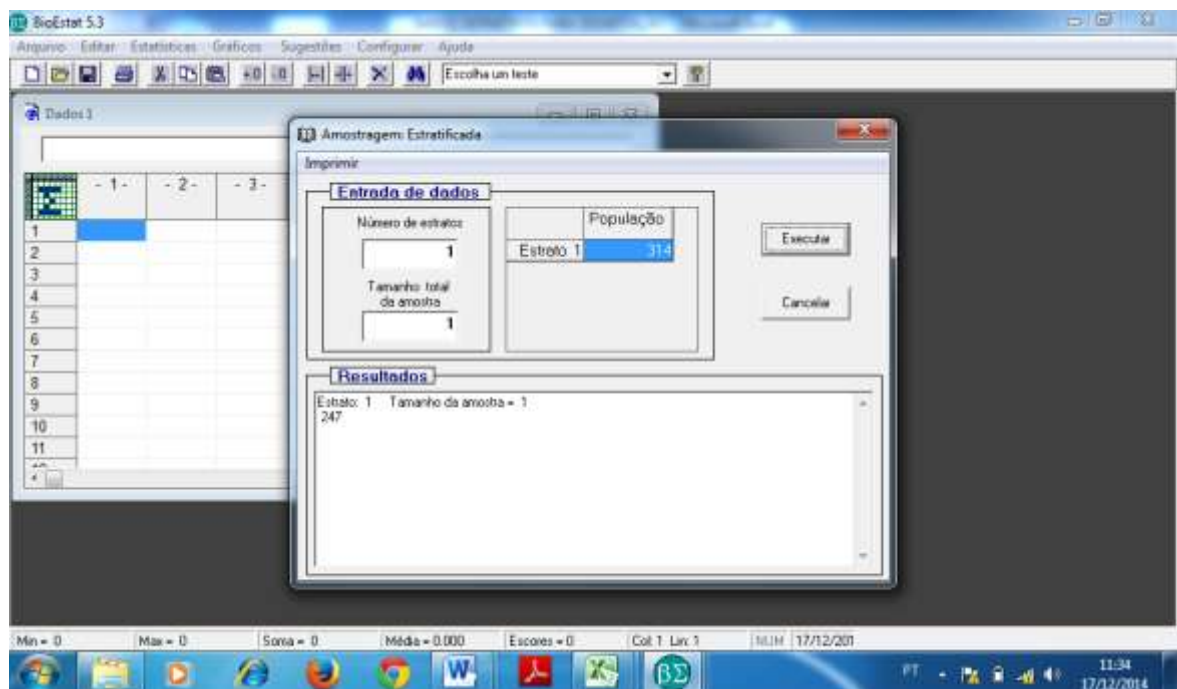
## APÊNDICE B – SORTEIOS STATDISK E BIOESTAT



### AMOSTRA RESERVA (02/12/2014)



### SEGUNDA AMOSTRA RESERVA Apenas para sexo masculino (17/12/2014)



**APÊNDICE C – GRUPOS FORMADOS PELA ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS -  
MATRIZ DE DISTÂNCIA DE GOWER E MÉTODO UPGMA**

**Tabela 1.** Grupos formados pela análise de agrupamento considerando a matriz de distância de Gower e método de agrupamento UPGMA.

<b>Grupos</b>	<b>Códigos</b>
1	11M; 231F; 233M
2	12M; 47M; 53F; 125F; 128F; 212F; 258F; 221M; 274F; 438F; 19M; 61M; 32F; 96F; 176F; 225F; 241F; 265F; 271F; 165M; 215M; 246M; 248M; 280M; 293M; 484F; 479F; 338F; 312F; 469F; 436F;
4	26M; 148M; 73F; 287M; 560F; 466F; 434F;
5	83M; 99M; 43F; 46F; 54F; 133F; 162F; 194F; 299M; 491F; 295F; 346F; 425F;
6	86M; 140F; 181F; 270F; 172M; 216M; 260M; 480F; 304F; 395F; 416F; 464F; 463F
7	97M; 136M
8	125M; 260F; 211M; 257M
9	139M; 288F; 442F
10	07F; 566F
11	107F; 475F
12	145F; 184F; 252M
13	247M; 356F
14	323F; 380F

CCC = 0.7355649

**APÊNDICE D - RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO  
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BA**



**FACULDADE MARIA MILZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
MEIO AMBIENTE**

**JASIEL COSTA DE SANTANA**

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO MUNICÍPIO  
DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BA**

**GOVERNADOR MANGABEIRA – BA  
2015**

**JASIEL COSTA DE SANTANA**

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO MUNICÍPIO  
DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BA**

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Professora orientadora: Dra. Áurea Fabiana Apolinário de Albuquerque

**GOVERNADOR MANGABEIRA – BA**

**2015**

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Distribuição dos Estabelecimentos por Condição de Uso da Terra.....	127
Gráfico 2 - Orientação para o uso sustentável dos recursos naturais, por sexo.....	132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado civil do entrevistado.....	122
Tabela 2 - Escolaridade do entrevistado.....	123
Tabela 3 - Cor (ou raça) declarada pelos entrevistados.....	124
Tabela 4 - Idade dos entrevistados.....	125
Tabela 5 - Renda Familiar Bruta Anual.....	125
Tabela 6 - Acesso a benefícios sociais.....	126
Tabela 7 - Percentual de agricultores por área da propriedade.....	127
Tabela 8 - Culturas principais.....	128
Tabela 9 - Área da propriedade ocupada pela (s) cultura (s) principal (is) .....	128
Tabela 10 - Destino do crédito por atividades agrícolas.....	129
Tabela 11 - Atividade pecuária financiada.....	130
Tabela 12 - Número de operações tomadas.....	130
Tabela 13 - Lucro após o crédito do Agroamigo.....	131
Tabela14 - Orientações para o uso adequado de recursos naturais X Assistência técnica.....	133
Tabela 15 - Recebimento de orientações para uso adequado de agrotóxicos.....	133
Tabela 16 - Prestação de orientações para preservação das nascentes.....	134
Tabela 17 - Disponibilidade de crédito.....	135
Tabela 18 - Pontos Positivos Agroamigo.....	137
Tabela 19- Pontos Negativos Agroamigo.....	137
Tabela 20 - Porque acha que as condições de vida melhoraram.....	138
Tabela 21 – Maiores benefícios proporcionados pelo Agroamigo segundo os entrevistados.....	139

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	120
<b>2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CLIENTES DO AGROAMIGO</b> .....	121
2.1 SEXO.....	122
2.2 ESTADO CIVIL.....	122
2.3 ESCOLARIDADE.....	123
2.4 COR (OU RAÇA) DECLARADA PELOS ENTREVISTADOS.....	124
2.5 IDADE DO ENTREVISTADO.....	125
2.6 RENDA FAMILIAR.....	125
2.7 ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	126
<b>3 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS</b> .....	126
3.1 TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS .....	126
3.2 CONDIÇÃO DE USO DA TERRA.....	127
3.3 CULTURAS PRINCIPAIS DOS ESTABELECIMENTOS .....	128
<b>4 CRÉDITO</b> .....	128
4.1 DESTINO DO CRÉDITO DO AGROAMIGO.....	129
4.2 NÚMERO DE OPERAÇÕES TOMADAS.....	130
4.3 LUCRO DO NEGÓCIO APÓS O AGROAMIGO.....	130
<b>5 DIMENSÃO AMBIENTAL</b> .....	131
5.1 ORIENTAÇÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.....	131
5.2 ORIENTAÇÕES PARA USO ADEQUADO DOS RECURSOS NATURAIS X ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	132
5.3 ORIENTAÇÃO PARA USO ADEQUADO DE AGROTÓXICOS.....	133
5.4 PRESERVAÇÃO DE NASCENTES.....	133
<b>6 INCLUSÃO FINANCEIRA</b> .....	134
6.1 BANCARIZAÇÃO.....	134
6.2 DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO.....	135
6.3 USOS DE OUTROS FINANCIAMENTOS ALÉM DO AGROAMIGO.....	135
<b>7 PERCEPÇÃO DO CLIENTE EM RELAÇÃO AO AGROAMIGO</b> .....	136
7.1 PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO AGROAMIGO.....	136
7.2 CONDIÇÕES DE VIDA DEPOIS DO CRÉDITO DO AGROAMIGO.....	137
7.3 BENEFÍCIOS DO PROGRAMA AGROAMIGO.....	138



<b>8 PARTICIPAÇÃO EM SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E/OU COOPERATIVAS.....</b>	<b>139</b>
<b>9 CONCLUSÃO.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento é fruto de uma pesquisa de campo realizada no município de Governador Mangabeira – BA em dezembro de 2014 com clientes do Programa Agroamigo Crescer do Banco do Nordeste (BNB) que adquiriram financiamentos junto à agência do BNB de Santo Antônio de Jesus – BA entre 01 de dezembro de 2008 e dezembro de 2013.

Trata-se de um produto apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

No recorte temporal escolhido para a realização desta pesquisa, o BNB havia contratado, em Governador Mangabeira, mais de 1.600 operações de crédito junto a 890 agricultores familiares do Grupo B do Pronaf, chegando ao montante de R\$ 3,2 milhões.

O saldo devedor no município em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1,1 milhão, correspondendo a pouco mais de 7,5% da carteira ativa da Agência de Santo Antônio de Jesus – BA, que neste período possuía jurisdição composta por 29 municípios, tendo Governador Mangabeira o maior saldo devedor dentre este grupo.

Dada a impossibilidade de coletar informações junto a todos os 890 agricultores, fez-se necessário definir uma amostra para a aplicação dos questionários semiestruturados. Para tanto utilizou-se o programa estatístico Statdisk versão 12.0.2, da Triola and Pearson Education, adotando como parâmetros uma margem de erro de 10% e nível de confiança de 95% e proporção de 0,5 gerando uma amostra composta por 87 indivíduos para aplicação dos questionários.

Este resultado também pode ser obtido a partir da fórmula a seguir:

$$n = N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 / \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N-1) \cdot E^2$$

Onde:

$n$  = nº de indivíduos na amostra.

$Z_{\alpha/2}$  = valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado. Utilizou-se 1,96 para intervalo de confiança igual a 95%.

$\hat{p}$  = proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.

$\hat{q}$  = proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que se está interessado em estudar ( $\hat{q} = 1 - \hat{p}$ ).

$E$  = Margem de erro.

De acordo com Levine (2000) sempre que  $p$  e  $q$  não forem conhecidos, deve-se utilizar 0,5.

A população em estudo foi agrupada por sexo (masculino e feminino); posteriormente, os dois grupos foram colocados em ordem alfabética e em seguida numerados. O próximo passo foi utilizar o programa Bioestat 5.0 para a realização do sorteio aleatório, respeitando a proporção entre os sexos. Com isso foram sorteados 56 indivíduos do sexo feminino e 31 indivíduos do sexo masculino para a aplicação dos questionários semiestruturados.

Dado que o trabalho em questão considerou a percepção dos agricultores no que concerne aos efeitos do crédito do Agroamigo sobre suas vidas, as informações aqui presentes podem auxiliar o BNB na tomada de decisões que contribuam para o aprimoramento do programa de crédito avaliado.

## **2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CLIENTES DO AGROAMIGO**

As informações levantadas a partir da aplicação de questionário com clientes do Agroamigo, assim como a análise da base de clientes disponibilizadas pelo BNB, permitiram traçar o perfil dos clientes do Agroamigo de Governador Mangabeira – BA.

Os resultados aqui expostos apontam a prevalência de clientes do sexo feminino, predominantemente casados ou vivendo em união estável, com baixo nível de escolaridade, de cor preta ou parda, com forte participação de indivíduos de mais de 50 anos e renda bruta familiar anual média igual a R\$ 5.035,00, sendo que mais de 60% tem acesso ao Bolsa Família. Estas variáveis serão detalhadas a seguir.

### **2.1 SEXO**

Os percentuais de homens e mulheres atendidos pelo Programa Agroamigo no município de Governador Mangabeira entre 01 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 foram, respectivamente, 36% e 64%.

Esse resultado revela um expressivo avanço no processo de inclusão financeira das mulheres agricultoras familiares, pois evidencia uma aproximação da distribuição por sexo dos agricultores familiares de Governador Mangabeira pertencentes ao Grupo B do Pronaf à distribuição por sexo dos clientes do Crediamigo<sup>22</sup>, e divergindo da distribuição por sexo para todo o Banco do Nordeste, que mostra um certo equilíbrio na distribuição por sexo. Em todo o banco a participação das mulheres, segundo os dados do programa, chegou a 47% em 2014<sup>23</sup>.

## 2.2 ESTADO CIVIL

Do total de agricultores familiares de Governador Mangabeira, pertencentes ao Grupo B do Pronaf, 50,5% se declararam casados, 21,8% viviam em união estável, enquanto que apenas 11,5 % declararam ser solteiros (tabela 1).

**Tabela 1 - Estado civil do entrevistado**

Estado Civil	Número de indivíduos	%
Casado(a)	44	50,6
Viúvo(a)	9	10,3
Solteiro(a)	10	11,5
Separado(a)/ Divorciado(a)	5	5,7
União Estável	19	21,8
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A soma do percentual dos que se declararam casados com os que afirmaram viver em união estável chega a 72,4% do total de indivíduos clientes do programa Agroamigo, consistindo em aproximadamente três quartos do público beneficiado com este crédito.

<sup>22</sup>De acordo com o Banco do Nordeste (2015e) Em 2014 as mulheres representavam 67% dos clientes do Crediamigo.

<sup>23</sup>Segundo o Relatório 2014: Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste, publicado em Julho de 2015.

## 2.3 ESCOLARIDADE

Os dados referentes à escolaridade dos clientes do Agroamigo de Governador Mangabeira revelaram um baixo nível de escolaridade, já que o somatório dos indivíduos com ensino fundamental incompleto com os que declararam ter ensino fundamental completo atingiu 65,51% dos entrevistados. O percentual de indivíduos com ensino médio incompleto somado aos indivíduos com ensino médio completo é de 27,59%, e o percentual dos que se declararam não alfabetizados é de 5,75%. Apenas 1,15% dos indivíduos afirmou ter ensino superior incompleto.

Embora atestem um baixo nível de escolaridade, quando comparado com os dados divulgados pelo Banco do Nordeste (2015) no *Relatório 2014 Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste*, os dados da pesquisa revelaram números favoráveis para o município de Governador Mangabeira, pois o percentual de indivíduos com nível médio verificado na pesquisa foi expressivamente superior ao resultado constante no relatório que mostrou que apenas 8% possuíam nível médio completo.

Embora o percentual de indivíduos com apenas nível fundamental incompleto (53%), segundo o mesmo relatório, seja expressivamente inferior aos dados desta pesquisa, quando somado ao percentual dos que se declararam apenas alfabetizados (26%), alcança mais de  $\frac{3}{4}$  dos clientes do Programa Agroamigo (79%), atestando o baixo nível de escolaridade dos agricultores familiares clientes do Agroamigo. A tabela 2 mostra a distribuição dos indivíduos participantes da pesquisa segundo a escolaridade.

**Tabela 2 - Escolaridade do entrevistado**

Nível de Ensino (ou Escolaridade)	Número de indivíduos	%
Fundamental incompleto	53	60,92
Fundamental completo	4	4,59
Médio incompleto	3	3,45
Médio completo	21	24,14
Superior incompleto	1	1,15
Não alfabetizado	5	5,75
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 2.4 COR (OU RAÇA) DECLARADA PELOS ENTREVISTADOS

Os resultados da amostra analisada, mostraram forte predomínio de indivíduos de cor (ou raça) parda (51,7%) e de cor (ou raça) preta (43,7%), que juntos representam 95,4% do total dos agricultores (Tabela 3). Esses resultados podem sinalizar uma influência das políticas de afirmação de raça ou cor no combate ao preconceito.

**Tabela 3 - Cor (ou raça) declarada pelos entrevistados**

<b>Cor (ou raça)</b>	Número de indivíduos	%
Branca	3	3,4
Preta	38	43,7
Parda	45	51,7
Indígena	1	1,1
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 2.5 IDADE DO ENTREVISTADO

Os resultados da pesquisa mostraram prevalência de indivíduos com idade compreendida entre 35 e 49 anos, atingindo o percentual de 40,2% dos agricultores familiares.

Para a faixa compreendida entre 25 e 34 anos o percentual foi de 18,3%, indicando a prevalência do acesso ao crédito do Agroamigo por indivíduos de meia idade no município de Governador Mangabeira. Além disto, o acesso ao crédito por indivíduos acima de 50 anos foi de 38,9%, e 21,7% dos agricultores possuíam 60 anos ou mais (Tabela 4).

**Tabela 4 - Idade dos entrevistados**

Faixa etária	Número de indivíduos	%
20 a 24 anos	2	2,3
25 a 29 anos	5	5,7
30 a 34 anos	11	12,6
35 a 39 anos	15	17,2
40 a 44 anos	10	11,5
45 a 49 anos	10	11,5
50 a 54 anos	9	10,3
55 a 59 anos	6	6,9
60 a 64 anos	5	5,7
65 a 69 anos	6	6,9
70 a 74 anos	6	6,9
75 a 79 anos	1	1,1
80 anos ou mais	1	1,1
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 2.6 RENDA FAMILIAR

Com relação à renda familiar bruta anual dos agricultores familiares do Grupo B de Governador Mangabeira, 83,9% dos agricultores declararam, na ocasião da tomada de crédito, terem renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 10.000,00, sendo que 62% dos entrevistados declararam renda familiar anual igual ou inferior a 5.000,00 (Tabela 5).

**Tabela 5 - Renda Familiar Bruta Anual**

Renda Familiar*	N.	%
Até R\$1.000,00	1,0	1,1
Mais de R\$1.000,00 a R\$2.000,00	18,0	20,7
Mais de R\$2.000,00 a R\$3.000,00	19,0	21,8
Mais de R\$3.000,00 a R\$4.000,00	9,0	10,3
Mais de R\$4.000,00 a R\$5.000,00	7,0	8,0
Mais de R\$5.000,00 a R\$6.000,00	3,0	3,4
Mais de R\$6.000,00 a R\$7.000,00	4,0	4,6
Mais de R\$7.000,00 a R\$8.000,00	7,0	8,0
Mais de R\$9.000,00 a R\$10.000,00	5,0	5,7
Mais de R\$10.000,00	9,0	10,3
Não informado	5,0	5,7
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

## 2.7 ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS

Apenas 13,8% dos agricultores familiares de Governador Mangabeira, clientes do Agroamigo, afirmaram não contar com nenhum benefício desta natureza. Por outro lado, o percentual que informou receber o Bolsa Família foi de 62%.

Além disto, 24,1% dos entrevistados informaram receber aposentadoria, e 5,7%, pensão (Tabela 6).

**Tabela 6 - Acesso a benefícios sociais**

Grupo de Benefícios	Número de indivíduos	%
Apenas Aposentadoria	14	16,1
Aposentadoria e pensão	5	5,7
Apenas Bolsa Família	49	56,3
Bolsa Família e Aposentadoria	2	2,3
Bolsa Família e Pensão	3	3,4
Apenas Pensão	2	2,3
Não recebe nenhum benefício	12	13,8
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 3 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS

Este capítulo apresenta as principais características dos estabelecimentos rurais ocupados pelos agricultores familiares do município de Governador Mangabeira – BA, clientes do Programa Agroamigo do BNB. Nele serão expostas as informações referentes ao tamanho dos estabelecimentos, condição de uso da terra e as culturas principais.

### 3.1 TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

O tamanho médio dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares de Governador Mangabeira, que acessaram o crédito do Agroamigo entre dezembro de 2008 e Dezembro de 2013, era de 1,52 hectares.

Mais de  $\frac{1}{4}$  dos indivíduos entrevistados informaram realizar suas atividades agropecuárias em áreas iguais ou inferiores a  $\frac{1}{2}$  ha. Se considerarmos os agricultores



familiares com área igual ou inferior a 1 ha, o percentual chega a 49,3%, praticamente metade dos indivíduos entrevistados.

A pesquisa também revelou que os agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA, clientes do Agroamigo, ocupavam em média 76,2% da área das propriedades com as culturas principais.

A tabela 7 apresenta a distribuição do percentual de agricultores da amostra, por área (em ha):

**Tabela 7 - Percentual de agricultores por área da propriedade**

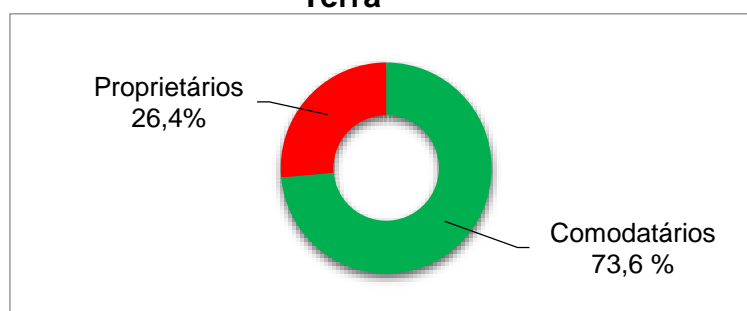
Área da propriedade	Nº de indivíduos.	%
Até 1/2 ha	23	26,4
Mais de 1/2 a 1 ha	20	23,0
Mais de 1 a 1,5 ha	15	17,2
Mais de 1,5 a 2 ha	12	13,8
Mais de 2 a 2,5 ha	8	9,2
Mais de 2,5 a 3 ha	3	3,4
Mais de 3 ha	6	6,9
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 3.2 CONDIÇÃO DE USO DA TERRA

No que toca à distribuição dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição de uso da terra, há expressiva prevalência de comodatários (73,6%) em relação aos proprietários (26,4%), revelando uma grande fragilidade em relação à propriedade dos meios de produção por parte dos clientes do Agroamigo no município em questão (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Distribuição dos Estabelecimentos por Condição de Uso da Terra**



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 3.3 CULTURAS PRINCIPAIS DOS ESTABELECIMENTOS

A pesquisa realizada em Governador Mangabeira revelou que 70,1% dos entrevistados informaram cultivar mandioca nos estabelecimentos explorados, enquanto 59,8% laranja, e 27,6%, limão. Os 16,1% restantes declararam plantar outras culturas (tabela 8).

**Tabela 8 - Culturas principais**

Cultura	Número de indivíduos	%
Laranja	52	59,8
Limão	24	27,6
Mandioca	61	70,1
Outras	14	16,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No que concerne à área da propriedade ocupada pela(s) cultura(s) principal(is), os resultados mostraram que 51,7% dos agricultores familiares ocupavam mais de 80% da área do estabelecimento, enquanto que apenas 11,5% dos entrevistados informaram utilizar até 40% da área da propriedade com a(s) cultura(s) principal(is) (Tabela 9).

**Tabela 9 - Área da propriedade ocupada pela (s) cultura (s) principal (is)**

% de Utilização da Terra	Número de indivíduos	%
Mais de 20 a 40%	10	11,5
Mais de 40 a 60%	17	19,5
Mais de 60 a 80%	15	17,2
Mais de 80 a 100%	45	51,7
Total	87	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 4 CRÉDITO

Este capítulo apresenta informações referentes à utilização do crédito do Agroamigo, o número de operações contratadas por agricultor familiar e a variação do lucro após o acesso ao crédito.

#### 4.1 DESTINO DO CRÉDITO DO AGROAMIGO

Apenas 35,6% dos agricultores do município de Governador Mangabeira, clientes do Agroamigo, tomaram crédito destinado ao financiamento agrícola. 86,2% deste público contraiu financiamentos destinados às atividades pecuárias diversas.

A cultura da laranja aparece como principal atividade agrícola financiada, concentrando 64,5% do crédito concedido. Já a mandiocultura aparece em segundo lugar, presente em ¼ dos financiamentos, participação que não condiz com a importância da cultura para o município, mas que pode ser explicada pelo fato desta atividade ser considerada custeio<sup>24</sup>, não sendo portanto permitido o seu financiamento isoladamente pelo Agroamigo (contudo, poderá ser financiada como custeio vinculado ao financiamento, desde que não ultrapasse 35% do montante financiado).

**Tabela 10 – Destino do crédito por atividades agrícolas**

Cultura	Número de indivíduos	%
Laranja	20	64,5
Limão	7	22,6
Hortaliças	2	6,5
Mandioca	8	25,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

As atividades de avicultura e suinocultura ocupam lugar de destaque dentre as atividades pecuárias financiadas, estando presentes, respectivamente, em 77,3,% e 60% das propostas financiadas (Tabela 11).

Uma explicação possível é o pequeno tamanho dos empreendimentos<sup>25</sup>, que inviabiliza o financiamento de outras atividades que demandem maiores áreas para sua exploração, a exemplo das pecuárias de corte e de leite presentes, respectivamente, em apenas 8% e 10,7%, das propostas de crédito.

<sup>24</sup> Segundo as regras do Programa - Microcrédito Produtivo Rural - PRONAF Grupo B, definidas pelo Manual Básico de Operações de Crédito do Banco do Nordeste, é vedado o crédito destinado a custeio agrícola e pecuário, podendo, no entanto, o projeto de investimento contemplar verbas típicas de custeio, até o limite de 35% do valor total do projeto.

<sup>25</sup>A área média das propriedades dos entrevistados é de, como anteriormente apresentado, 1,52 hectares.

**Tabela 11 - Atividade pecuária financiada**

	Número de indivíduos	%
Aves	58	77,3
Caprinos	2	2,7
Suínos	45	60,0
Bovinos de Corte	6	8,0
Bovinos de Leite	8	10,7
Ovinos	3	4,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

#### 4.2 NÚMERO DE OPERAÇÕES TOMADAS

O percentual de indivíduos do município de Governador Mangabeira – BA, que tomaram apenas uma operação de crédito no Programa Agroamigo entre 01 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, chegou a 46%, enquanto que os que tomaram quatro operações não ultrapassou 6,9% (Tabela 12).

**Tabela 12 - Número de operações tomadas**

Número de operações	Número de indivíduos	%
Uma operação	40	46,0
Duas operações	25	28,7
Três operações	16	18,4
Quatro operações	6	6,9
Total	87	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

#### 4.3 LUCRO DO NEGÓCIO APÓS O AGROAMIGO

Com base na percepção dos agricultores entrevistados, o Programa Agroamigo contribuiu para o aumento do lucro de seus respectivos negócios agropecuários. Os percentuais estão assim distribuídos: para 81,6% dos participantes, o lucro do negócio após a aquisição do crédito Agroamigo aumentou; para 14,9%, o lucro aumentou muito após a aquisição do referido crédito (Tabela 13).

**Tabela 13 - Lucro após o crédito do Agroamigo**

Varição do Lucro	Número de indivíduos	%
Aumentou	71	81,6
Aumentou muito	13	14,9
Diminuiu	1	1,1
Permaneceu	2	2,3
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 5 DIMENSÃO AMBIENTAL

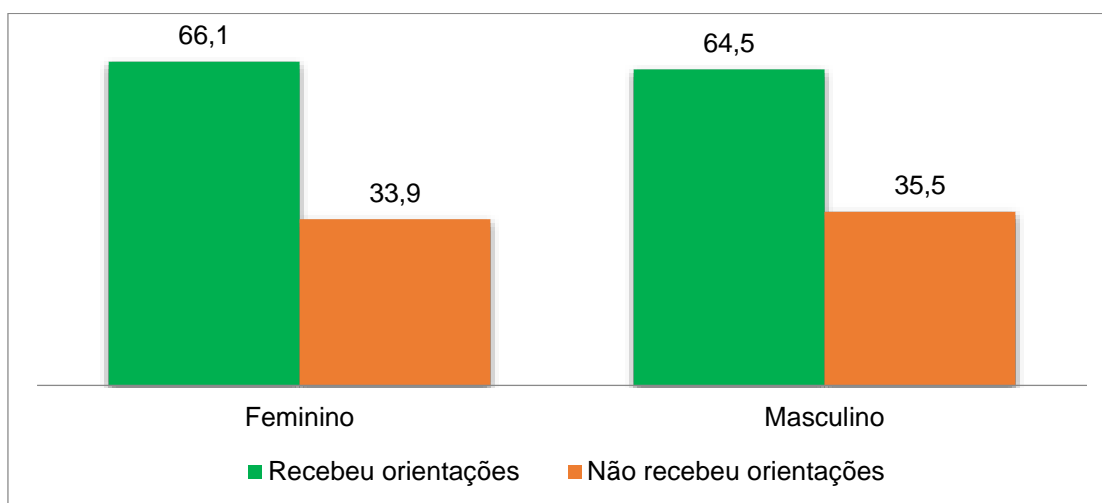
Um dos objetivos específicos da pesquisa realizada em Governador Mangabeira – BA foi identificar atitudes sustentáveis na produção agropecuária e exploração do ambiente, praticadas pelos clientes do Agroamigo exploradores de atividades agropecuárias no referido município.

Vale salientar que um dos objetivos definidos pelo programa é conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente. Com isso fez-se necessário verificar se os agricultores familiares receberam algum tipo de orientação desta natureza. Os resultados obtidos são brevemente discutidos a seguir.

### 5.1 ORIENTAÇÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

No que concerna à orientação para o uso sustentável dos recursos naturais, os resultados obtidos mostraram que 65,5% dos entrevistados informaram que receberam algum tipo de orientação neste sentido, com resultados muito parecidos quando separados os resultados por sexo (Gráfico 2).

O fato de quase 2/3 dos entrevistados terem declarado que receberam algum tipo de orientação para o uso sustentável dos recursos naturais é bastante positivo, mas de certa forma mostra que ainda há parcela considerável dos agricultores que não receberam qualquer orientação ou que não compreenderam as orientações repassadas a ponto de reproduzi-las. Isto mostra a relevância da assistência técnica e extensão rural à educação ambiental.

**Gráfico 2 - Orientação para o uso sustentável dos recursos naturais, por sexo**

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

## 5.2 ORIENTAÇÕES PARA USO ADEQUADO DOS RECURSOS NATURAIS X ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Embora aproximadamente 2/3 dos entrevistados tenham declarado que não recebem nenhum tipo de assistência técnica, o efeito desta atividade pode ser percebido quando cruzados com o recebimento de orientação para uso adequado de recursos naturais, já que 79,3% dos indivíduos que informaram ter recebido assistência também declararam ter recebido orientação para o uso sustentável de recursos naturais.

No caso daqueles que declararam não receber assistência técnica, 58,6% afirmaram que receberam orientação para uso adequado de recursos naturais. Em termos relativos, a oferta de assistência técnica parece ter efeito direto e positivo sobre a orientação para a preservação de recursos naturais (Tabela 14).

**Tabela14 - Orientações para o uso adequado de recursos naturais X  
Assistência técnica**

	Recebe assistência técnica		Não recebe assistência técnica	
	° de indivíduos.	%	Nº de indivíduos	%
Recebeu orientações	23	79,3	34	58,6
Não recebeu orientações	6	20,7	24	41,4
Total	29	100,0	58	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.3 ORIENTAÇÃO PARA USO ADEQUADO DE AGROTÓXICOS

Com relação ao uso de agrotóxicos, aproximadamente 39,1% dos entrevistados afirmaram que não receberam quaisquer orientações, e 60,9% afirmaram ter recebido orientação de variadas fontes (conforme tabela 15).

Os principais responsáveis por prestar orientação desta natureza, segundo os entrevistados, foram os fornecedores (37,7%), seguidos dos armazéns de fumo (20,8%) e da EBDA (13,2%).

**Tabela 15- Recebimento de orientações para uso adequado de agrotóxicos**

	Número de indivíduos	%
Fornecedor	20	37,7
Associação	4	7,5
Armazém Fumageiro	11	20,8
EBDA	7	13,2
Sindicato	5	9,4
Outros	6	11,3
Total	53	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 5.4 PRESERVAÇÃO DE NASCENTES

Os agricultores familiares também foram indagados acerca do recebimento de orientação referente à preservação das nascentes. Os resultados mostraram que 61% dos agricultores receberam alguma orientação desta natureza.

Os agentes de microcrédito do Agroamigo foram apontados por 39,6% dos que afirmaram ter recebido orientação para a preservação de nascentes. A tabela 16 traz as informações completas acerca deste questionamento.

**Tabela 16 - Prestação de orientações para preservação das nascentes**

Responsável pela orientação	%
Agroamigo	39,6
Associação	5,7
Armazém Fumageiro	5,7
EBDA	9,4
Sindicato	24,5
Outros	15,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 6 INCLUSÃO FINANCEIRA

Esta seção discute resultados obtidos na pesquisa realizada em Governador Mangabeira no que concerne ao impacto do Programa Agroamigo para a inclusão financeira dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf.

### 6.1 BANCARIZAÇÃO

Do total de indivíduos entrevistados, 51,7% declararam já possuir conta poupança antes do acesso ao crédito do Agroamigo, aumentando para 71,3% após o acesso ao crédito. Em relação aos que afirmaram ter acesso à conta corrente, antes do crédito do Agroamigo apenas 18,4% de todos os entrevistados declararam possuir este tipo de serviço.

Após o Agroamigo, 78,2% dos indivíduos passaram a ter acesso a este ativo financeiro. Estes resultados permitem afirmar que o Programa Agroamigo contribuiu para a bancarização dos agricultores familiares.



## 6.2 DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO

Antes do acesso ao crédito do Agroamigo, apenas 11,5% dos agricultores que participaram desta pesquisa afirmaram não ter acesso a outras fontes de crédito. Este percentual caiu para 9,2% após o acesso ao crédito do Agroamigo.

Dos 88,5% que afirmaram ter outras fontes de crédito antes de contratarem suas operações pelo Programa Agroamigo, 98,7% possuíam crediário, 6,5% tinham cartão de crédito, sendo que ninguém possui cheque especial. Após o acesso ao crédito do Agroamigo, o percentual dos que possuíam crediário caiu para 96,2%. Em contrapartida, 2,5% dos indivíduos passaram a ter acesso ao cheque especial, e 22,8% declararam possuir cartão de crédito (Tabela 17).

Os resultados encontrados contribuem para validar a afirmação de que o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste contribui significativamente para a bancarização e inclusão financeira dos agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA, pois apenas 6,5% dos agricultores que declararam ter acesso a outras fontes de crédito tinham acesso ao crédito bancário (cartão de crédito ou cheque especial), antes de passarem a ser clientes do Programa Agroamigo e após o acesso ao crédito do Agroamigo, este percentual aumentou para 25,3%. Embora ainda baixo, este percentual consiste em um avanço no processo de inclusão financeira.

**Tabela 17 - Disponibilidade de crédito**

Fontes de Crédito	Antes do Agroamigo		Depois do Agroamigo	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Cheque especial	0	0,0	2	2,5
Crediário	76	98,7	76	96,2
Cartão de crédito	5	6,5	18	22,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 6.3 USOS DE OUTROS FINANCIAMENTOS ALÉM DO AGROAMIGO

O percentual dos indivíduos que utilizam apenas o financiamento do Agroamigo em suas propriedades chegou a 79,3% dos agricultores familiares entrevistados. Apenas 17,2% afirmaram que, além do Agroamigo, tomaram o crédito do Programa

Crediamigo para atividades em suas propriedades, e apenas 3,5% afirmaram que também utilizam os financiamentos da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB). Esses resultados demonstram a importância do Agroamigo no que concerne ao fomento das principais atividades dos agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA.

## **7 PERCEPÇÃO DO CLIENTE EM RELAÇÃO AO AGROAMIGO**

A pesquisa realizada em Governador Mangabeira mostrou que o Programa Agroamigo é bem avaliado pela grande maioria dos agricultores familiares que contrataram operações de crédito entre dezembro de 2008 e dezembro de 2013.

Os resultados mostraram que o Agroamigo contribui para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf e que menos de 12% destes agricultores identificaram pontos negativos no programa.

### **7.1 PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO AGROAMIGO**

Do total de agricultores que compuseram o estudo, 41,4% apontaram como pontos positivos do programa Agroamigo o bônus e as condições de pagamento; já 24,1% consideraram como pontos positivos o aumento da produção e do lucro, e 11,5% indicaram o atendimento e orientação dos agentes de microcrédito como principais pontos positivos do programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste. A tabela 18 mostra todos os pontos positivos apontados pelos 87 entrevistados.

**Tabela 18 - Pontos Positivos Agroamigo**

	Número de indivíduos	%
Acesso à água	5	5,7
Acesso facilitado ao crédito	3	3,4
Atendimento e orientação dos agentes de microcrédito	10	11,5
Aumento da produção e do lucro	21	24,1
Bônus e condições de pagamento	36	41,4
Melhorias na propriedade	2	2,3
Melhoria na alimentação e qualidade de vida	2	2,3
Possibilidade de investir na produção e aumentar o lucro	4	4,6
Outros	4	4,6
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Um dado que chama a atenção é que 88,5% dos entrevistados não identificaram nenhum ponto negativo no programa Agroamigo. Entretanto, para os demais 11,5% dos entrevistados, há pontos negativos no programa em questão. A tabela 19 a seguir traz estes pontos negativos:

**Tabela 19 - Pontos Negativos Agroamigo**

	Nº de indivíduos	%
Data de pagamento não toma como base a data de liberação	3	30,0
Demora na liberação	1	10,0
Muitas exigências	1	10,0
Prazo curto	3	30,0
Vistoria rigorosa	2	20,0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## 7.2 CONDIÇÕES DE VIDA DEPOIS DO CRÉDITO DO AGROAMIGO

De acordo com 95,4% dos agricultores familiares, as condições de vida melhoraram após o acesso ao crédito do Agroamigo.

Dos indivíduos que perceberam melhora nas condições de vida, 47% afirmaram que fizeram esta avaliação porque o crédito do Agroamigo possibilitou que investissem na produção e que, conseqüentemente, obtivessem lucro. Para 20,5%, o

programa de microcrédito do BNB aumentou a renda da família, possibilitando à mesma adquirir produtos que antes não conseguia, e 15,7% afirmaram que com o bônus de adimplência foi possível investir na casa e/ou na poupança. A tabela 20 traz todas as respostas a este questionamento.

Em relação aos que disseram que as condições de vida permaneceram as mesmas, as justificativas foram as seguintes: por não terem aplicado os recursos adequadamente (50% dos casos); crédito insuficiente para melhorar as condições de vida (25%), e por conta dos animais financiados terem morrido (25%).

**Tabela 20 - Porque acha que as condições de vida melhoraram**

	Nº de indivíduos	%
Aumentou a renda da família possibilitando adquirir produtos que antes não conseguia	17	20,5
Ampliação no acesso à água	6	7,2
Investimentos na produção e obtenção de lucros	39	47,0
Com o bônus pôde investir na casa e/ou na poupança	13	15,7
Comprou meio de transporte e/ou investiu na casa	3	3,6
Outros	5	6,0
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

### 7.3 BENEFÍCIOS DO PROGRAMA AGROAMIGO

Apenas 2,3% dos entrevistados afirmaram que o Programa Agroamigo não lhes trouxe qualquer benefício. Dentre os benefícios mencionados pelos agricultores, o que mais se destacou foi o “aumento da produção, lucro e renda familiar”, presente na resposta de 38,8% dos entrevistados, seguido de “melhorou a qualidade de vida” com 11,8% das respostas, e do “acesso à água” lembrado por 10,6% dos entrevistados (Tabela 21).

**Tabela 21 – Maiores benefícios proporcionados pelo Agroamigo segundo os entrevistados**

	Nº de indivíduos	%
Compra de bens	4	4,7
Aumento da produção, lucro e renda familiar	33	38,8
Acesso ao crédito	6	7,1
Acesso à água	9	10,6
Aumento do rebanho	8	9,4
Investiu/ampliou a propriedade	3	3,5
O bônus	5	5,9
Melhorou a qualidade de vida	10	11,8
Reforma da casa	7	8,2
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

## **8 PARTICIPAÇÃO EM SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E/OU COOPERATIVAS**

A pesquisa constatou que 66,7% dos agricultores familiares de Governador Mangabeira, clientes do Agroamigo, são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Quando questionados acerca da razão que os levou a se filiarem ao sindicato, 53,4% disseram que tomaram esta decisão porque o sindicato facilita o acesso a benefícios como aposentadoria ou pensão, auxílio doença e licença maternidade. Outros 37,9 % afirmaram que se filiaram ao sindicato por que esta instituição traz benefícios, orienta e defende os interesses dos agricultores.

Em trabalho semelhante realizado no estado do Ceará, Maciel (2008) verificou que 46,3% dos que participaram da sua pesquisa são filiados ao STR, motivados, sobretudo, pelos benefícios da Previdência Social, mas também pela segurança proporcionada por alguns serviços adicionais prestados, a exemplo da assistência jurídica.

Quando indagados acerca da participação em alguma associação comunitária ou cooperativa, apenas 48,3% responderam que eram membros de associações comunitárias. Este percentual é quase idêntico àquele constante nos Microdados do Censo Agropecuário de 2006 verificado por Neri (2012). Segundo o autor 49,93% dos agricultores familiares nordestinos pertencentes ao Grupo B do Pronaf eram

associados a cooperativas a entidades de classe. Já os dados do IPEA (2013) mostraram que apenas 36,02% dos agricultores familiares do grupo B era associado à entidade de classe.

## 9 CONCLUSÃO

Os agricultores familiares que participaram desta pesquisa são em sua maioria do sexo feminino (64%), principalmente casados(as) (50,5%) ou vivem em união estável (21,8%), percebem renda bruta familiar anual média igual a R\$ 5.035,00, tem baixo nível de escolaridade, prevalecendo os indivíduos com ensino fundamental incompleto (61%), são em sua maioria de cor (ou raça) parda (51,7%) seguidos de cor (ou raça) preta (43,7%), que juntos representam 95,4%, além disto 62% dos agricultores familiares são beneficiários do Programa Bolsa Família .

Os estabelecimentos familiares apresentam as seguintes características: tem tamanho médio igual a 1,52 ha, sendo que 49,3 dos entrevistados exercem suas atividades agropecuárias em propriedades com área igual ou inferior a 1 ha; e ocupam em média 76,2% da área das propriedades com as culturas principais; são em sua maioria comodatários (73,6%). Estas características além de revelarem uma relação frágil com a terra, mostram a baixa capacidade destes empreendimentos de garantirem a subsistência destes agricultores.

Em se tratando do destino do crédito, 86,2% dos agricultores contraíram financiamentos destinados a investir em atividades pecuárias diversas.

A pesquisa mostrou que 65,5% dos entrevistados receberam algum tipo de orientação para uso sustentável dos recursos naturais. Trata-se de um resultado positivo, entretanto a parcela de agricultores que não receberam qualquer orientação ou que não compreenderam as orientações repassadas a ponto de reproduzi-las ainda é bastante significativo, o que reforça a importância da assistência técnica e extensão rural para a educação ambiental.

Os resultados da pesquisa também mostraram que há um percentual bastante significativo de indivíduos que não receberam nenhum tipo de orientação para o uso adequado dos agrotóxicos (39,1%).

Quase 2/3 dos indivíduos entrevistados receberam orientação para a preservação de nascentes sendo que os agentes de microcrédito do Agroamigo foram os maiores responsáveis pela prestação destas orientações.

O Programa Agroamigo trouxe algumas contribuições relevantes para a inclusão financeira e à bancarização dos agricultores familiares. No caso desta pesquisa, apenas 20% dos agricultores tinham acesso a outras fontes de crédito. Além disto, o percentual de indivíduos com acesso a conta corrente saltou de 18,4% para 78,2% e o percentual de indivíduos que possuíam poupança aumentou de 51,7% para 71,3%. Estes dados mostram a relevância deste programa de microcrédito para o processo de bancarização e inclusão financeira dos agricultores familiares de Governador Mangabeira pertencentes ao Grupo B do Pronaf.

Com base na percepção dos agricultores, a pesquisa realizada com clientes do Agroamigo no município de Governador Mangabeira mostrou como o referido programa é bem avaliado pela grande maioria dos agricultores familiares, já que menos de 12% destes agricultores identificaram pontos negativos no programa. Além disto, 95,4% destes agricultores afirmaram que as condições de vida melhoraram após o acesso ao crédito do Agroamigo. Outro fato de grande relevância é que para 97,7% dos entrevistados o Agroamigo trouxe benefícios para si próprio e para sua família

Desta forma, pode-se afirmar que o Programa Agroamigo é um instrumento eficiente para a inclusão financeira dos agricultores familiares de Governador Mangabeira – BA. O Programa também é um eficiente instrumento de combate à pobreza e para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Entretanto não foram encontradas evidências de que o Agroamigo seja o responsável por conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. **Manual Básico - Operações de Crédito. Fortaleza. 2015a.**

Disponível em : <<http://www.bnb.gov.br/normas-roteiros-e-recomendacoes>>.

Acesso em 01 Out. 2015

\_\_\_\_\_. **Relatório 2014 Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste.** Fortaleza. 2015b.

Disponível em :

<[http://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/relatorio\\_microfinancas\\_2014.pdf/cfd82dce-c521-44aa-b9a2-ba80f7220f51](http://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/relatorio_microfinancas_2014.pdf/cfd82dce-c521-44aa-b9a2-ba80f7220f51)>. Acesso em 11 Set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização do Público Potencial do PRONAF “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais**: Uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2013. 70 p.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/1.pdf>>. Acesso em: 01 Abr. 2015

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DO AGROAMIGO EM CAUCAIA-CE**. 2008. 252 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.mapp.ufc.br/images/dissertações/2008/DISSERTACAO-de-Iracy-Soares-Ribeiro-Maciel-230609.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

LEVINE, D. M. / BERENSON, M. L. / STEPHAN, David. **Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NERI, Marcelo Côrtes. **Microempresários Nordestinos Rurais e Impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro; FGV, CPS, 2012, 221 p. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/>>. Acesso em 04 Nov. 2013.



## ANEXO A – RELAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BA



ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA  
Prefeitura Municipal  
Departamento de Tributos



### Certidão

Certifico para os devidos fins, a quem possa interessar a relação das Comunidades Rurais de Governador Mangabeira BA. Como segue a relação abaixo:

- Retiro
- Mangueira
- Bonsucesso
- Gravata de cima
- Aldeia
- Barronda
- Bananeiras
- Cipoal
- Mão divina
- Sungaia
- Águia
- Lagoa do torto
- Lagoa da Rosa
- Palames
- Jacarezinho
- Jacaré Grande
- Jacaré Grande II
- Tocos
- Tocos I
- Tocos II
- Tocos III
- Encruzo
- Torto I
- Torto II
- Queimadas Velhas
- Queimadas Nova
- Quixabeira
- Quixabeira I
- Quixabeira II
- Meio de Campo
- Brejos
- Furtado I
- Furtado II
- Carpina
- 

*Luiz Carlos F. Ramos*  
Luiz Carlos F. Ramos  
Super. Geral de Fisc. e Dívida Ativa  
Dec. 020/2015

04/12/15

Prefeitura Municipal: Rua José Martins nº 201, Centro, Governador Mangabeira-BA.  
Fone: (75) 3638 - 2310, Fax: (75) 3638 - 2868, CEP: 44.350-000  
CNPJ: 13.828.498/0001-38  
Visite o nosso site: [www.governadormangabeira.ba.gov.br](http://www.governadormangabeira.ba.gov.br)

## ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DO MICROCRÉDITO BANCÁRIO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BA

**Pesquisador:** Jasiel Costa de Santana

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 38160514.2.0000.5025

**Instituição Proponente:** FACULDADE MARIA MILZA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 890.883

**Data da Relatoria:** 23/11/2014

#### Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa parte da análise do contexto político e econômico das últimas duas décadas, considerando o papel das instituições financeiras e as transformações socioeconômicas que implicaram na inclusão das classes menos abastadas da população brasileira, com destaque para os programas de microcrédito bancário, entre eles o Agroamigo do Banco do Nordeste.

#### Objetivo da Pesquisa:

Analisar os impactos do microcrédito do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste no processo de inclusão financeira dos agricultores familiares e no desenvolvimento regional, considerando a conservação ambiental.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O Projeto de Pesquisa em análise não apresenta riscos no processo de operacionalização da pesquisa. A pesquisa é de fundamental importância para avaliação do desenvolvimento local e regional, a partir das políticas públicas implementadas na área econômica, sobretudo, voltadas para o pequeno produtor rural em pequenos e médios municípios, onde a dinâmica do crescimento socioeconômico depende desses agentes sociais e vice-versa.

**Endereço:** Rodovia BR. 101, Km 215 - Zona Rural, Sungaia  
**Bairro:** Zona Rural **CEP:** 44.350-000  
**UF:** BA **Município:** GOVERNADOR MANGABEIRA  
**Telefone:** (75)3638-2549 **E-mail:** conselho.etica@famam.com.br



Continuação do Parecer: 890.883

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Quanto aos resultados, a pesquisa restringe-se a evidenciar a importância do Programa Agroamigo enquanto instrumento capaz de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento local, além da melhoria para a gestão e produtividade dos empreendimentos financiados, para as condições de vida dos microempreendedores rurais e para a exploração sustentável do meio ambiente. Desta forma, sugere-se uma análise crítica do Programa, observando os pontos falhos ou as lacunas a serem preenchidas, no sentido buscar o seu aprimoramento, inclusive a partir da percepção dos usuários. Ainda, a metodologia está colocada de forma genérica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O Projeto de Pesquisa encontra-se devidamente estruturado e acompanha todos os documentos necessários à realização da pesquisa.

**Recomendações:**

Descrever os procedimentos metodológicos de forma sistemática.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O Projeto de Pesquisa atende aos critérios éticos da pesquisa científica com seres humanos, encontrando-se em conformidade com a Resolução n.º 466/2012 do CNS.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GOVERNADOR MANGABEIRA, 28 de Novembro de 2014

---

**Assinado por:**  
**Robson Rui Cotrim Duete**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rodovia BR. 101, Km 215 - Zona Rural, Sungaia  
**Bairro:** Zona Rural **CEP:** 44.350-000  
**UF:** BA **Município:** GOVERNADOR MANGABEIRA  
**Telefone:** (75)3638-2549 **E-mail:** conselho.etica@famam.com.br